



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA-TOCANTINS**

**Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em  
Ciências Sociais**

Marabá-Pará

(Resolução nº 122 de 27 de abril de 2017 - Consepe/Unifesspa)  
(Atualização pelo Núcleo Docente Estruturante em 2024)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA-TOCANTINS**

Reitor: Prof. Dr. Francisco Ribeiro da Costa.

Vice-reitora: Profa. Dra. Lucélia Cardoso Cavalcante.

Pró-Reitor de Ensino de Graduação: Prof. Dr. Denilson da Silva Costa.

Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação Tecnológica: Profa. Dra. Gilmara Regina Lima Feio.

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Estudantis: Profa. Dra. Lúcia Cristina Cavalcante da Silva.

Diretor do Instituto de Ciências Humanas: Prof. Dr. Marcus Vinícius Mariano de Souza.

Diretor Adjunto do Instituto de Ciências Humanas: Prof. Dr. Geovanni Gomes Cabral

Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins (FACSAT)/Coordenador do curso de Licenciatura em Ciências Sociais: Prof. Me. Raimundo Wanderley Correa Padilha

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução</b>	5
<b>2. Justificativa de oferta do curso Licenciatura em Ciência Sociais</b>	7
2.1 Memória histórica do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais em Marabá	7
2.2 A Licenciatura em Ciências Sociais no contexto do Sul e Sudeste paraense	8
<b>3. Características gerais do curso</b>	13
<b>4. Diretrizes Curriculares do Curso</b>	13
4.1. Fundamentos Epistemológicos, Éticos/Didáticos/Pedagógicos	13
4.2 Objetivos do Curso	16
4.3 Perfil do Egresso	18
4.4 Competências e Habilidades	21
4.5 Acompanhamento do Egresso	22
4.6 Procedimentos Metodológicos	23
<b>5. Organização curricular</b>	24
5.1 Estrutura Curricular do Curso	24
5.2 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	32
5.2.1 Procedimentos da Banca Examinadora do TCC	34
5.2.2 Procedimentos de divulgação do TCC	35
5.2.3 Semana de Defesa de TCC	36
5.5 Atividades Complementares	37
5.6 Políticas Institucionais no âmbito do Curso	37
5.6.1 Política de Ensino	37
5.6.2 Política de Pesquisa	39
5.6.2.1 Linhas de Pesquisa	40
5.6.3 Política de Extensão	42
5.6.4 Política de Inclusão Social	44
5.6.4.1 Apoio ao Discente	45
5.6.4.2 Censo Estudantil	47
5.7 Laboratório de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais (LAPEX)	50
5.8 Estágio Supervisionado	50
<b>6. Planejamento do Trabalho Docente e técnico-administrativo</b>	55
6.1 Coordenação do Curso	55
6.2 Perfil do Corpo Docente	56
6.3 Trabalho Docente	57
6.4 Colegiado do FACSAT	58
6.5 Núcleo Docente Estruturante - NDE	60
6.6 Técnico Administrativo em Ensino Superior (TAES)	61
<b>7. Sistema de Avaliação</b>	62

7.1 Princípios e concepção de Avaliação	62
7.2 Avaliação Discente	63
7.3 Avaliação Docente	64
7.4 Avaliação de aprendizagem	65
7.5 Avaliação do Projeto Pedagógico	66
7.6 Avaliação do Curso	67
<b>8. Infraestrutura do Curso</b>	68
8.1 Instalações/Recursos	68
8.2 Instalações da coordenação: salas da Direção/Coordenação e Secretaria	69
8.3 Salas de aula	70
8.4 Sala para a reunião dos docentes	70
8.5 Gabinetes de trabalho dos docentes	70
8.6 Laboratório de informática	71
8.7 Laboratório de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais (LAPEX)	71
8.8 Biblioteca	71
<b>9. REFERÊNCIAS</b>	74
<b>10. ANEXOS</b>	75
Anexo I. Ata de aprovação do PPC na Subunidade	75
Anexo II. Desenho Curricular	77
Anexo III. Contabilidade Acadêmica	80
Anexo IV: Contabilidade Acadêmica II (por Eixos de Formação)	83
Anexo V. Atividades curriculares por período letivo	86
Anexo VI. Atividades curriculares por competências e habilidades trabalhadas	89
Anexo VII Tabela de equivalências referente ao antigo PPC de Licenciatura e Bacharelado (abrange as turmas 2013 e anteriores)	91
Anexo VIII: Tabela de equivalências referente ao antigo PPC de Licenciatura (abrange as turmas 2014 e 2015)	
Anexo IX. Representação Gráfica do Perfil de Formação	94
Anexo X. Ementas das disciplinas curriculares	96
Anexo XI. Lei Nº 6.888/1980: Dispõe sobre a profissão de Sociólogo/a	122
Anexo XII. Decreto nº 89.531/1984: Regulamenta a profissão de Sociólogo/a	124

# 1. INTRODUÇÃO

A Licenciatura em Ciências Sociais é ofertada pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), uma Instituição de Ensino Superior pública, multicampi, criada oficialmente em 5 de junho de 2013 com a sanção da presidenta Dilma Rousseff, como resultado do desmembramento do Campus de Marabá da Universidade Federal do Pará (UFPA). A Unifesspa possui como visão “Ser uma universidade inclusiva e de excelência na produção e difusão de conhecimentos de caráter filosófico, científico, artístico, cultural e tecnológico” (PDI 2020-2024) cuja missão é de “produzir, sistematizar e difundir conhecimentos filosófico, científico, artístico, cultural e tecnológico, ampliando a formação e as competências do ser humano na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e no avanço da qualidade de vida” (PDI, 2020-2024). Nesse sentido, seus princípios norteadores compreendem

“a) universalização do conhecimento; (b) o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológica; (c) o pluralismo de ideias e de pensamento; (d) o ensino público e gratuito; e) a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; (f) a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; (g) a excelência acadêmica; (h) a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.” (PDI, 2020-2024).

A Unifesspa é uma Universidade multicampi com cinco campi (Marabá, Rondon do Pará, Santana do Araguaia, São Felix do Xingu e Xinguará) em uma área de abrangência que envolve os 39 municípios da região Sul e Sudeste do Pará. É organizada a partir de suas unidades (Institutos), cada uma reunindo um conjunto de subunidades (Faculdades e cursos de pós-graduação) que representam campos disciplinares científicos com afinidades epistemológicas entre si. As Faculdades de: Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins (FACSAT); de Educação do Campo (FECAMPO), de Geografia (FAGEO), de História (FAHIST) e de Ciências da Educação (FACED) e os cursos de pós-graduação constituem o Instituto de Ciências Humanas (ICH), com representação nas instâncias deliberativas da administração superior.

O curso de Licenciatura em Ciências Sociais, mediante seu desenho curricular, busca desenvolver em seus discentes valores humanísticos, étnico-raciais, de diversidade e ambientais, noções de sustentabilidade e cidadania. Com componentes curriculares que visam promover habilidades e competências voltadas para o perfil de sujeitos críticos e reflexivos sobre o espaço de atuação, com destaque

para os estágios supervisionados e com o compromisso e a responsabilidade social nos trabalhos envolvendo pesquisa e extensão, necessários ao professor-pesquisador que objetivamos formar.

As práticas pedagógicas desenvolvidas no curso buscam organizar experiências estruturadas, planejadas pelos docentes com o objetivo de desenvolver habilidades e competências no processo de ensino e aprendizagem, podendo utilizar planos de trabalho com o uso das tecnologias digitais para que o aluno possa ser orientado para dar conta dos diferentes ambientes educacionais que se avistam em sua futura prática docente, com uma formação acadêmica e profissional capaz de desenvolver saberes essenciais à docência.

Nesse sentido, o curso de Licenciatura em Ciências Sociais, desde a sua criação e reformulação, tem o compromisso em estimular os princípios democráticos que geram e mantém diversos espaços coletivos, horizontalizados e participativos, de forma interna e externa à comunidade acadêmica, criando oportunidades de desenvolver novas práticas pedagógicas e metodologias que servem para melhorar os processos de ensino em indissociabilidade com a pesquisa e a extensão, criando uma universidade conectada com a comunidade acadêmica e demais sujeitos partícipes na educação, tendo como protagonista desse processo de ensino-aprendizagem o aluno, mediado pelos professores nas respectivas disciplinas curriculares.

Nesse contexto, o aluno em formação utiliza seus conhecimentos para contribuir na discussão sobre os desafios que são impostos na sociedade. O processo de formação dar-se-á mediante Eixos de Formação específico, complementar e livre com ações pedagógicas a partir de leituras, estudos, projetos e programas, baseados em vivências práticas que visam uma formação integral, acadêmica e humana, dentro da proposta de Missão e Visão da universidade, de acordo com o PDI da Unifesspa (2020-2024).

## **2. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO**

### **2.1 Memória histórica do curso de Licenciatura em Ciências Sociais em Marabá**

Em 1957, com a aprovação do Decreto-lei 3.191 foram criadas sete faculdades da UFPA: Medicina; Direito; Farmácia; Engenharia; Odontologia; Filosofia, Ciências e Letras, Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais. Segundo Palhano (2007), naquela época o Curso de Ciências Sociais já estava em funcionamento no Estado do Pará (visto que havia sido autorizado pelo Decreto-lei 35.456, de 04 de abril de 1954) na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belém - FFCL, uma das Faculdades que, reunidas em 1957, compuseram a UFPA.

Os cursos oferecidos pela FFCL foram os primeiros, em Belém, destinados à formação de docentes para disciplinas específicas. O curso de Ciências Sociais integrava a seção de Ciências, juntamente com Matemática, Química, Física, História Natural, História e Geografia. A FFCL adotava a estrutura desenvolvida pela Faculdade Nacional de Filosofia, na qual, os três primeiros anos eram dedicados à formação para o Bacharelado e, caso o discente desejasse, mais um ano para a Licenciatura (ALMEIDA, 2006, p. 89).

Com o desenvolvimento da UFPA, foi implementado o projeto multicampi de interiorização da educação superior, em diversos municípios do estado. Foi nesse processo, que foi criado o campus avançado de Marabá, o qual atendeu, prioritariamente, à necessidade de formação de docentes para o ensino fundamental e médio na segunda metade dos anos 1980.

No decorrer dos anos, a demanda por profissionais de pesquisa exigiu a inclusão da habilidade em Bacharelado em Ciências Sociais, envolvendo dimensões que pudessem integrar os três eixos: ensino, pesquisa e extensão. Em 1994, o Centro de Filosofia e Ciências Humanas, atual Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UFPA, ofertou quarenta (40) vagas para composição de uma turma com habilitação para Licenciatura e Bacharelado. Entre os anos de 1994 e 1999, o curso funcionou em regime intensivo, sendo realizado no período de recesso letivo na capital, (janeiro/fevereiro; julho/agosto) com os docentes deslocando-se de Belém para os diversos campi de interiorização. Em 1999, uma segunda turma foi composta também em caráter intensivo, ainda sob coordenação de Belém. Em meados do ano de 2000, a partir de uma discussão com entidades da sociedade civil do campo e da cidade, foi desenvolvida e aprovada a criação do curso de

Licenciatura em Ciências Sociais, em caráter extensivo, no Campus Universitário de Marabá.

A elaboração do projeto pedagógico foi realizada pelos docentes da UFPA do campus de Marabá. Este projeto foi submetido ao parecer do sociólogo Jean Hébette, docente da UFPA, em Belém, que foi favorável à criação do curso, regulamentado pelo parecer nº 09/2003, de 01 de outubro de 2003, da Câmara de Ensino da UFPA.

Em 2013, com a criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), novos desafios foram colocados à FACSAT, entre eles, a reforma e elaboração de novos Projetos Pedagógicos de seus Cursos, numa aproximação ainda maior com a sociedade e a integração interdisciplinar das Ciências Sociais com as outras Faculdades do Instituto de Ciências Humanas. Nesse sentido, o Projeto Pedagógico é um elemento importante no movimento de constituição de nossa autonomia e identidade enquanto Faculdade dentro de uma nova universidade.

Em 2014, com o desmembramento do curso em Licenciatura e Bacharelado, com base no Parecer CNE Nº 09 de 08 de maio de 2001, foi ofertada a primeira turma de Licenciatura em Ciências Sociais com 40 (quarenta) alunos. Em 2015, ofertamos 40 (quarenta) vagas para a segunda turma de Licenciatura. Em 2016, estabeleceu-se a alternância entre a licenciatura e o bacharelado com a Faculdade ofertando a primeira turma do Bacharelado em Ciências Sociais com 40 vagas. Em 2017, estabelecemos a simultaneidade do bacharelado e licenciatura ofertando duas turmas, uma de Licenciatura (20 vagas) e outra do Bacharelado (20 vagas), limitando o número de vagas a capacidade instalada de trabalho docente da FACSAT, (10 professores) ajustado a um currículo básico comum, tendo em vista a regularização total efetiva da nova estrutura formativa em 2019.

## **2.2 A Licenciatura em Ciências Sociais no Sul e Sudeste paraense**

A região Sul e Sudeste paraense encontram-se no espaço oriental da Amazônia Brasileira. Trata-se de uma região que se destaca pelo dinamismo econômico e por profundas transformações da sua base socioprodutiva, motivada por uma forte intervenção estatal e empresarial, a partir da década de 1960. Em um curto espaço de tempo, a região tornou-se objeto de uma expressiva expansão agropecuária, motivada por financiamentos e isenções fiscais da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), além da emergência da economia da mineração – seja através dos garimpos, como foi o caso de Serra Pelada, nos anos



1980, mas principalmente através da mineração industrial desenvolvida pela companhia VALE S/A, responsável pela exploração da maior jazida de ferro a céu aberto do mundo, localizada na Serra dos Carajás (HALL, 1989).

Essa região deve ser compreendida em sua extrema complexidade nas dimensões histórica, social, cultural e política. Estamos em uma das veias abertas do sistema econômico global, onde há um fluxo contínuo de dinheiro, impulsionado pelo comércio exterior e pelos investimentos estatais em infraestrutura, dentro de uma realidade contraditória em que os atores sociais estão constantemente em conflitos em relação à dinâmica local/global. Antigas e novas oligarquias locais, o capital industrial e as empreiteiras do Sudeste brasileiro, os novos e antigos movimentos sociais, os militares (que têm, em Marabá, um centro operacional significativo), disputam o protagonismo econômico e a hegemonia política local. O resultado é uma região em processo de crescimento acelerado, com fluxos migratórios massivos, com preços inflacionados, sofrendo com uma especulação fundiária violenta na cidade e no campo e com a ausência de políticas públicas voltadas às necessidades sociais (educação, saúde, habitação), tendo por consequência a progressiva proletarização de comunidades tradicionais, além de todos os conflitos sociais e exclusões que acompanham essas transformações.

Por isso, novas formas de contradições sociais de todos os matizes se configuraram e seguem se reconfigurando nesse processo de desenvolvimento; a região torna-se palco de intensos conflitos fundiários, devastação ambiental, massacre de etnias indígenas, camponeses, garimpeiros, desestruturação urbana, trabalho escravo, dentre outras mazelas sociais. Dessas contradições, surgiram miríades de focos de resistência e organizações sociais que compõem, em diversas frentes, forças políticas contra as mais variadas formas de opressão.

A região, vale lembrar, foi palco da Guerrilha do Araguaia, importante movimento de resistência armada contra a ditadura civil-militar, na década de 1970. Aqui temos um centro de intensas atividades do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), onde se conquistaram importantes assentamentos rurais, e foi nessa região, a menos de uma hora da cidade de Marabá, que aconteceu o Massacre de Eldorado dos Carajás em 1996, fato que assinala a extrema letalidade da violência estatal e, particularmente, das forças policiais estaduais do Pará. Além disso, deve-se ressaltar que o recurso a forças paramilitares por fazendeiros, empresários e oligarcas da região é muitíssimo recorrente (o Pará concentra 38% dos assassinatos

do Brasil por conflitos no campo, segundo pesquisa da Comissão Pastoral da Terra, 2013).

Outros importantes sujeitos sociais e políticos da região são os atingidos por barragens. Esse é o caso do município de Tucuruí, onde milhares de famílias foram deslocadas por ocasião da instalação dessa grande usina hidrelétrica. Existem projetos para instalação de outra represa no Rio Tocantins, bem na área do município de Marabá. Entre os atingidos por barragens está o povo indígena Gavião, constituído por três etnias, os Parkatejê, os Kyikatejê e os Akrãtikatejê, sendo que estes últimos já haviam sido deslocados de Tucuruí e possivelmente serão atingidos novamente caso a Usina de Marabá venha a ser construída (PNCSA, 2010).

Segundo informações da FUNAI, além dos Gavião, a Coordenação Regional do Baixo Tocantins, com sede em Marabá, atende a outros povos indígenas que se encontram na região: Amanayé, Anambé, Assurini do Tocantins, Atikum, Guajajara, Guarani M'bya, Parakanã (Awaeté), Suruí-Aikewara, Tembê e Xikrin do Rio Cateté, e estão com seus territórios continuamente ameaçados por fazendeiros, pelo agronegócio, pela mineração, promotores de contínuos danos ambientais causados pelo modelo de desenvolvimento econômico aqui levado a cabo.

Enquanto zona de fronteira de expansão agrícola e de intensa atividade mineradora em plena Amazônia, aqui encontramos um dos mais importantes campos de batalha dos movimentos ambientalistas nacionais e estrangeiros, bem como a incorporação de valores e articulação política entre o ambientalismo em nível mundial e os diferentes movimentos sociais atuantes na região. O desmatamento, a contaminação das águas e formação de cidades sem estruturas de saneamento, são consequências diretas de demandas do agronegócio e dos agentes econômicos que realizam o processamento de metais brutos aqui extraídos.

O avanço do capitalismo mundial sobre os territórios tradicionalmente ocupados evidencia-se na formação de novas identidades e na transformação das antigas, na destituição de antigos potentados locais e na configuração de novas oligarquias em disputa.

No encontro entre tantas séries históricas e suas contradições – que vão desde o local até o global, do “micro” ao “macro”, o curso de Licenciatura em Ciências Sociais é fundamental para formar professores pesquisadores que apropriem dessa complexidade e as traduzem em conteúdos curriculares necessários a formação de uma cidadania crítica, e capaz de compreender as relações entre esses múltiplos

fenômenos que, normalmente, são vistos de forma dispersa e fragmentária. Assim, as pesquisas em Ciências Sociais se fazem imprescindíveis para a problematização das relações socioeconômicas culturais e ambientais que produzem desigualdades com profundos impactos nas dinâmicas locais – bem como para a difusão pedagógica desse conhecimento na formação de cidadãos com o devido conhecimento da realidade social na qual estão inseridos.

Além dos elementos apontados, temos um olhar atento para a história de ocupação da região Sudeste do Pará, marcada por diferentes ciclos econômicos que serviram de atrativo tanto para agricultores como para o grande capital que para cá migraram e se encontraram com povos indígenas e demais comunidades tradicionais anteriormente aqui estabelecidos. Os diferentes ciclos de exploração extrativista de cristal de rocha, extrativismo vegetal e a exploração madeireira, e sobretudo o da Castanha-do-Pará (Brasil), exerceram pouca influência na construção de políticas públicas voltadas à educação na região. Com a implantação e expansão da pecuária e a instalação dos Grandes Projetos na região, como hidrelétricas, mineradoras e guseiras e a fixação de um importante contingente populacional adensando as áreas urbanas, surge a pressão por serviços de educação, saúde, moradia que começam a se fazer sentir junto às administrações municipais, estadual, e guíça, federal.

Os sujeitos e as dinâmicas sociais do Sul e Sudeste paraense demandam da Unifesspa a discussão dos problemas sociais, culturais, políticos, econômicos e educacionais gerados a partir das disputas e conflitos que nele se configuram também como reflexo de um contexto mais geral em nível nacional e internacional.

Considerando esse contexto, aspiramos formar Licenciados em Ciências Sociais professores-pesquisadores atuantes na sociedade civil, envolvidos diretamente na produção de conhecimento a partir da Sociologia, da Antropologia, da Ciência política e, também, na atuação objetiva junto aos sujeitos impactados na região, oferecendo a qualificação do debate político, social e educacional e as ferramentas de planejamento e de organização social garantindo instrumentos teóricos e práticos para atuar em sala de aula e fora dela, formando alunos reflexivos e críticos sobre a realidade vivenciada no contexto da região Sul e Sudeste paraense.

Em termos de relevância, a existência do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais possui grande importância para a educação na região, uma vez que ao longo de anos ele vem colaborando para a melhoria do ensino médio em nível estadual e contribuindo com resultados positivos em nível federal.

O Censo Escolar de 2023, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) em parceria com as diversas secretarias estaduais e municipais de educação do país, juntamente com as escolas públicas e privadas, vem demonstrando um avanço na busca de diagnosticar os problemas existentes na Educação e a construção de estratégias para solucionar alguns impasses que emergem do espaço educativo e com os sujeitos que dele fazem parte.

O Resumo Técnico Censo Escolar da Educação Básica 2023 (primeira etapa) evidencia que:

Um total de 538.781 professores atuaram no ensino médio em 2023. São 58,6% do sexo feminino e 41,4% do sexo masculino. Observando a distribuição dos docentes por idade verifica-se maior concentração nas faixas de 40 a 49 anos e de 30 a 39 anos. (INEP/Brasília-DF, 2024p.64)

Dos docentes que atuam no ensino médio, 96,0% têm nível superior completo (91,7% em grau acadêmico de licenciatura e 4,3%, bacharelado) e 4,0% possuem formação de nível médio ou inferior. (Idem, p.65)

De acordo com o indicador de adequação da formação docente para o ensino médio, o pior resultado é observado para a disciplina de Sociologia, em que apenas 36,9% das turmas são atendidas por professores com formação adequada. (Idem, p. 66).

Os dados apresentados explicitam em nível nacional a necessidade de qualificação de professores na área das Ciências Sociais, considerando que 52% dos professores que atuam na disciplina não possuem licenciatura na área, o que corrobora, ainda mais, a relevância de um curso de Licenciatura em Ciências Sociais na Unifesspa.

O curso de Licenciatura em Ciências Sociais no Sul e Sudeste paraense tem contribuído para que seus alunos tenham uma formação acadêmica e profissional adequada e de qualidade para dar resposta às adversidades existentes no espaço escolar e possa amenizar essa deficiência de professores acima destacados.

O Resumo Técnico do Estado do Pará referente ao Censo Escolar da Educação Básica (2021) evidenciou que: "Um total de 15.367 professores atuaram no ensino médio no ano de 2021. Desse total, 98,8% têm nível superior completo (93,3% em grau acadêmico de licenciatura e 5,5%, de bacharelado)". (INEP, Brasília, 2021, p.46).

Nesse âmbito, a disciplina Sociologia o censo estadual indica que apenas 58,4% dos professores (idem, p. 48), possui relação de adequação na disciplina Sociologia, o que expressa a necessidade de avançar na formação docente na

respectiva área de atuação escolar no Estado do Pará. Dessa forma, as instituições formativas de professores-pesquisadores no curso de Licenciatura em Ciências Sociais precisam atuar para a melhoria desse índice.

### 3. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO

<b>Nome do Curso</b>	Licenciatura em Ciências Sociais
<b>Local de Oferta</b>	Unifesspa. Unidade 1. Campus Marabá. Instituto de Ciências Humanas. Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins.
<b>Endereço de Funcionamento</b>	Folha 31, Quadra 07, Lote Especial-S/N. Bairro: Nova Marabá- Marabá/PA-CEP 68.501- 970.
<b>Forma de Ingresso</b>	Processo Seletivo aprovado pelo CONSEPE
<b>Número de Vagas</b>	20 vagas
<b>Turno de Funcionamento</b>	Matutino, Vespertino e Noturno
<b>Modalidade de Oferta</b>	Presencial
<b>Título Conferido</b>	Licenciado em Ciências Sociais
<b>Duração Mínima</b>	4 anos e meio
<b>Duração Máxima</b>	7 anos
<b>Carga Horária Total</b>	3.500 horas
<b>Período Letivo</b>	Extensivo, nos segundo e quarto períodos, de acordo com a organização do Regulamento de Ensino de Graduação da Unifesspa (Resolução n. 008 de 20 de maio de 2014).
<b>Regime Acadêmico</b>	Seriado Semestral, sendo realizado a cada período letivo, como regulamenta a Resolução n. 008 de 20/5/2014 da Unifesspa.
<b>Formas de Oferta das Atividades*</b>	Paralela

\* O curso poderá ofertar atividades na forma modular nas seguintes situações: 1) Em atividades ministradas por docentes de outras unidades ou IES. 2) Em situações extraordinárias, motivadas por alterações no calendário acadêmico.

### 4. DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO

#### 4.1 Fundamentos Epistemológicos, Éticos e Didático-Pedagógicos

O curso de Licenciatura em Ciências Sociais tem como princípio geral a responsabilidade social dos profissionais da educação de Ciências Sociais com a sociedade, de forma a contribuir ética e politicamente para a construção e

consolidação de uma “nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação.” (MEC/CNE, Resolução N.º 2 de julho de 2015, p. 4).

Este compromisso é construído a partir do conhecimento, da compreensão e intervenção crítica na realidade educacional em que os licenciados em Ciências Sociais irão atuar. Para tanto, é necessário que a construção deste compromisso se faça de maneira dialogada entre os sujeitos sociais e os profissionais a serem formados pelo curso. É nossa filosofia que aqui se formem professores-pesquisadores aptos a atuar em diferentes realidades sociais, com domínio de métodos e técnicas de ensino e pesquisa, próprios das Ciências Sociais, bem como habilidades em interagir com profissionais de outras áreas do conhecimento, de diferentes instituições, movimentos e organizações sociais, a fim de que também possam se tornar sujeitos transformadores da realidade.

O curso de Licenciatura em Ciências Sociais deverá trabalhar o ensino de maneira indissociável da pesquisa e da extensão, despertando em seus discentes a consciência de que são corresponsáveis por sua formação, e de que a construção do conhecimento científico deve partir do conhecimento da realidade, de forma que se crie um compromisso com ela e nela se possa intervir. Para além da simples competência técnica, o curso deve formar profissionais éticos.

Para atender a esta filosofia, o Curso de Graduação de Licenciatura em Ciências Sociais da Unifesspa adotará em sua formação os seguintes princípios:

- a) Formação teórico-prática:** que possibilite ao licenciado diagnosticar, problematizar, compreender e intervir de maneira competente e crítica nos problemas socio-educacionais, junto com os grupos sociais com os quais ele trabalha;
- b) Articulação teoria-prática:** princípio norteador da atividade socioeducativa, que pressupõe a discussão de conhecimentos articulados e interdisciplinares à prática docente, propiciando a reflexão da teoria/prática em relação à realidade vivenciada, possibilitando um exercício constante de revisão, crítica e reconstrução do conhecimento científico e das práticas docentes;
- c) Trabalho coletivo:** princípio fundamental para o desenvolvimento de ações sociais para a construção de sujeitos críticos dentro de uma democracia; fomentando a consciência de que a realidade social é fruto do trabalho coletivo, não sendo o licenciado em Ciências Sociais um profissional autossuficiente;

**d) Trabalho interdisciplinar:** a articulação dos diversos tipos de conhecimento, a partir da apropriação das racionalidades que os formam, percebendo as diferentes visões de mundo existentes e as diferentes concepções de construção do conhecimento, para que se possa estabelecer diálogo que se reflita em sua prática profissional

**e) Pesquisa como princípio socioeducativo:** o profissional a ser formado deverá compreender a pesquisa enquanto mediadora do “desencantamento, da revelação e reconstrução” do mundo social, norteadora da constituição de ações de intervenção que materializem suas práxis enquanto professores de Ciências Sociais;

**f) Extensão como produção de novos conhecimentos:** o conhecimento da realidade em que está inserido e a relação dela com o contexto global é de fundamental importância para a atuação do cientista social, que deverá conceber a extensão como via de mão dupla para a construção do conhecimento científico, devendo ser realizada de maneira dialogada com os diferentes sujeitos nele envolvidos. O conhecimento produzido na academia deverá partir da realidade e a ela retornar, enfatizando o compromisso do cientista social com a sociedade;

**g) Relações com o mundo do trabalho como princípio educativo:** A reflexão crítica sobre a organização do mundo contemporâneo a partir do conceito de trabalho como elemento síntese da teoria/prática social que se efetiva na busca por modificações dos aspectos degradantes das condições sociais e econômicas de vida, e, a formação profissional com preocupações voltadas para que os licenciados em Ciências Sociais atuem criticamente em suas atividades na perspectiva de obtenção de uma vida melhor para as pessoas em sociedade.

Nesse sentido, o curso de licenciatura em Ciências Sociais em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais (MEC/CNE Resolução N°2 de julho de 2015), em sua formação inicial, contempla o que está estabelecido no parágrafo 6º da referida resolução:

- I - sólida formação teórica e interdisciplinar dos profissionais;
- II - a inserção dos estudantes de licenciatura nas instituições de educação básica da rede pública de ensino, espaço privilegiado da práxis docente;
- III - o contexto educacional da região onde será desenvolvido;
- IV - as atividades de socialização e a avaliação de seus impactos nesses contextos;
- V - a ampliação e o aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa e da capacidade comunicativa, oral e escrita, como elementos fundamentais da formação dos professores, e da aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras);

VI - as questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade. (MEC/CNE, 2015, p. 5).

## 4.2 Objetivos do Curso

O objetivo do curso de Licenciatura em Ciências Sociais é formar professor-pesquisador, considerando os princípios orientadores na relação entre teoria e prática, com comprometimento ético e político à luz dos valores fundamentais da defesa da dignidade humana, da igualdade social, dos direitos humanos, do respeito às diferenças culturais e de gênero, da valorização das culturas tradicionais, do bem-estar das populações locais, da mobilização, do fortalecimento e da autonomia de todos os atores sociais oprimidos e marginalizados no processo de desenvolvimento econômico da região.

O professor-pesquisador que esperamos formar está ligado ao sistema público de ensino, aos movimentos sociais, ao terceiro setor, às redes internacionais de *advocacy*, a sindicatos e outras organizações sociais e políticas, aos povos indígenas da região, às instâncias de decisão do poder público, a todas as formas de associação humana para as quais seu trabalho contribuirá visando a promoção de justiça social e dos direitos humanos. Em vista disso, a partir dos conteúdos disciplinares que integram nossa estrutura curricular, aspiramos formar licenciados em Ciências Sociais, comprometidos com a educação e atuantes na sociedade civil, a partir da produção de conhecimento na docência em Sociologia, Antropologia, e Ciência Política, ou na atuação profissional para além da escola, oferecendo qualificação ao debate político e social, ferramentas de planejamento e organização social, conhecimentos necessários para o exercício de cidadania.

O educador, cientista social e gestor de instituições educativas que desejamos formar tem um firme compromisso com os valores sociais acima reconhecidos e com a qualidade do conhecimento científico produzido e difundido pelas instituições acadêmicas e escolares. Nossa concepção é a de que a qualidade do trabalho docente de nossos licenciados tem como condição direta sua qualidade como professor-pesquisador, na medida em que o trabalho docente e a curiosidade acadêmica os façam questionar e desconstruir o senso comum e assim permita a aquisição contínua de novos conhecimentos, sem a qual o trabalho docente reduz-se a uma mera reprodução do senso comum.



Em uma região de muitos recursos naturais, capitais e profunda desigualdade socioeconômica, não se pode jamais perder de vista que a educação básica no estado do Pará, particularmente na região do Carajás (onde localiza-se a região Sul e Sudeste paraense), apresenta precariedades e contradições, a exemplo dos 68,69% estudantes que estão matriculados em escolas cujos níveis socioeconômicos são qualificados como baixos, enquanto nacionalmente esse dado é de 31% dos estudante; 75,54% dos estudantes do 3º ano do ensino fundamental tiveram um desempenho insuficiente no teste de leitura e apenas 4,01% dos estudantes tem uma condição que indica que são capazes de compreender o texto mais complexo (COSTA; MONTEIRO; OLIVEIRA, 2023), ou ainda uma taxa de distorção idade-série no primeiro ano do ensino médio, onde 54,1% dos alunos e 41,7% das alunas possuem idades não correspondentes às séries cursadas (INEP/MEC, 2022, p. 17),

Esta particularidade regional traz algumas implicações importantes acerca da configuração de um curso de licenciatura. Como parte de nossas iniciativas em resposta a esta situação, introduzimos a disciplina Leitura e Produção Textual, especificamente voltada para o fim de oferecer ferramentas cognitivas que permitam melhora do desempenho dos licenciandos, com vista à produção textual no ensino médio. Outrossim, o uso de Tecnologias de Informações Educacionais, visando à apropriação de mídias e tecnologias digitais inovadoras para novas práticas emergentes no campo da Educação, proporcionando a atualização e o aprimoramento técnico-científico dos discentes. Assim, nossa missão é melhorar a qualidade geral do ensino de Ciências Humanas em nossa região, formando docentes no curso de licenciatura de Ciências Sociais, que atuarão no ensino fundamental e médio, em contextos rurais, urbanos e socio-culturalmente diferenciados, na educação escolar indígena; na educação do campo; na educação escolar quilombola; na educação de jovens e adultos, como também com aporte para atuar na educação especial.

Deste modo, o curso de licenciatura em Ciências Sociais em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais (MEC/CNE Resolução Nº2 de julho 2015), em sua formação inicial, objetiva que seus egressos apropriem-se de habilidades técnicas e competências éticas conforme consta neste PPC, ao longo de sua trajetória acadêmica, por meio da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão e em sintonia com as diretrizes do PDI da Unifesspa.

### 4.3 Perfil do Egresso

O perfil do Licenciado em Ciências Sociais formado pela FACSAT orienta-se segundo os *Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura*, publicados em 2010 pela Secretaria de Educação Superior do MEC, a saber:

O Licenciado em Ciências Sociais é o professor que planeja, organiza e desenvolve atividades relativas ao Ensino das Ciências Sociais. Sua atribuição central é a docência na Educação Básica, que requer sólidos conhecimentos sobre os fundamentos das Ciências Sociais, sobre seu desenvolvimento histórico e suas relações com diversas áreas, assim como sobre estratégias para a transposição do conhecimento científico social em saber escolar. Além de trabalhar diretamente na sala de aula, o licenciado elabora e analisa materiais didáticos, como livros, textos, vídeos, programas computacionais, ambientes virtuais de aprendizagem, entre outros. Realiza ainda pesquisas em Ensino das Ciências Sociais, coordena e supervisiona equipes de trabalho. Em sua atuação, prima pelo desenvolvimento do educando, incluindo sua formação ética, a construção de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico. (MEC/SESU, 2010).

Ainda segundo o documento, o Licenciado em Ciências Sociais trabalha como professor-pesquisador em instituições de ensino que oferecem cursos de nível fundamental e médio; em editoras e em órgãos públicos e privados que produzem e avaliam programas e materiais didáticos para o ensino presencial e a distância. Além disso, atua em espaços de educação não-formal, em empresas que demandam certas formações específicas e em instituições que desenvolvem pesquisas educacionais. Também pode atuar de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultoria. (MEC/SESU, 2010).

Como dissemos anteriormente, o licenciado em Ciências Sociais deve ter, uma consistente formação didático pedagógica, e, também uma formação sólida em pesquisa para que não reduza sua atuação profissional à reprodução em sala de aula do senso comum; deve ser, portanto, um profissional inquieto e sempre interessado em estender e aprofundar seus conhecimentos.

Por essa razão, o perfil de nossos egressos – licenciados em ciências sociais – contempla um profissional com habilidades de, p. ex., produzir relatórios sobre os problemas sociais da escola e da comunidade, de promover uma gestão escolar estratégica focada nas especificidades da realidade social em que trabalha. Estes licenciados em Ciências Sociais devem poder reconhecer as conexões entre a escola e as diferentes instâncias do poder público, devem ter as ferramentas necessárias

para oferecer visibilidade aos problemas e às demandas locais; planejar e executar projetos no interior e no exterior do espaço escolar; captar recursos de agências estatais, empresas e organismos internacionais para execução destes projetos; promover pontes entre diferentes escolas, entre a escola e movimentos sociais, entre a escola e fundações culturais.

O licenciado em Ciências Sociais deve também ter a formação necessária para “participar da elaboração, supervisão, orientação, coordenação, planejamento, programação, implantação, direção, controle, execução, análise ou avaliação de qualquer estudo, trabalho, pesquisa, plano, programa ou projeto global, regional ou setorial, atinente à realidade social” (Decreto nº 89.531/1984, Art. 2º, Inciso IV)<sup>1</sup>.

Os graduandos do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, em sua trajetória acadêmica, cumprem o perfil estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a formação inicial em nível superior conforme seu artigo 8º :

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II - compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

III - trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica;

IV - dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

V - relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;

VI - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

---

<sup>1</sup> Apenas a carreira de Sociólogo – que junto com a Antropologia e a Ciência Política compõem as Ciências Sociais brasileiras – está regulamentada.

VII - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;

VIII - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;

IX - atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;

X - participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XI - realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;

XII - utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;

XIII - estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério.

Parágrafo único. Os professores indígenas e aqueles que venham a atuar em escolas indígenas, professores da educação escolar do campo e da educação escolar quilombola, dada a particularidade das populações com que trabalham e da situação em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão:

I - promover diálogo entre a comunidade junto a quem atuam e os outros grupos sociais sobre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprios da cultura local;

II - atuar como agentes interculturais para a valorização e o estudo de temas específicos relevantes.

Para formar os egressos do curso com esse perfil, desenvolvemos durante o percurso formativo dos discentes as competências e habilidades a seguir.

#### **4.4 Competências e Habilidades**

O desenho curricular do curso de Licenciatura em Ciências Sociais deverá proporcionar aos discentes um conjunto de atividades e experiências acadêmicas, que assegurem a formação das seguintes competências e habilidades:

- Conhecer e dominar procedimentos teórico-metodológicos referentes aos três (03) campos das Ciências Sociais: Antropologia, Ciência Política e Sociologia, e serão acompanhados de disciplinas de outras áreas do saber.

- Compreender as diferentes realidades sociais e nelas atuar de maneira comprometida a partir dos enfoques sociológicos, antropológicos, políticos e econômicos de maneira crítica.

- Estabelecer diálogo interdisciplinar entre as Ciências Sociais e as demais áreas do conhecimento humano.

- Compromisso com a ética profissional e ideal de justiça e igualdade social, bem como os valores referentes aos direitos humanos fundamentais como norteadores de sua atuação.

- Produzir novas análises e conhecimentos sobre as realidades em que atua, considerando que a educação é resultado de processos formais e informais, estes últimos com o mesmo potencial formativo que o primeiro.

- Contribuir para a construção de instrumentos que visem melhorias na qualidade de métodos e técnicas pedagógicas, mas também de vida da população das realidades em que intervém.

- Ter capacidade de intervenção que contribua para a transformação da realidade, possibilitando a construção de uma sociedade justa e igualitária, com educação de qualidade para todos.

- Familiaridade com a prática da docência e da pesquisa científica junto aos atores e agentes sociais participantes do processo de construção do conhecimento;

- Conhecer e dominar o processo de pesquisas científicas diagnosticando problemas e propondo soluções para eles. Conhecer e aplicar tecnologias às atividades de ensino e pesquisa nas Ciências Sociais.

- Articular teoria e prática nos diferentes níveis do trabalho social.

- Identificar problemas socioculturais e educacionais, propondo respostas criativas às questões da qualidade de ensino.

- Conhecer, criar e utilizar diversas estratégias de ensino e pesquisa, adequando-as aos objetivos propostos.

- Atuar em diferentes realidades na esfera do estado, terceiro setor, movimentos sociais.

As competências que aspiramos desenvolver nos discentes são aquelas presentes na seção específica sobre a Licenciatura em Ciências Sociais dos *Referenciais Curriculares Nacionais para os Cursos de Bacharelado e Licenciatura*, da Secretaria de Educação Superior do MEC, instituídos no Parecer CNE/CES nº 492/2001, a saber:

a) gerais

Competência 1: Domínio da bibliografia teórica e metodologia básica

Competência 2: Autonomia intelectual

Competência 3: Capacidade analítica

Competência 4: Articulação entre teoria, pesquisa e prática social

Competência 5: Compromisso social

Competência 6: Competência na utilização da informática

b) Específicas para as licenciaturas

Competência 7: Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio

Competência 8: Domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transposição do conhecimento para os diferentes níveis de ensino

#### **4.5. Acompanhamento dos egressos**

O curso de Licenciatura em Ciências Sociais tem buscado meios de aperfeiçoar suas políticas de atendimento e apoio ao estudante, com vistas a criar as condições de manter uma relação permanente com seus egressos.

Esse esforço tem sido realizado através do cadastramento dos egressos do curso, pois busca-se manter uma relação ativa de divulgação de eventos culturais e científicos, além de informações via e-mail sobre programas de Pós graduação "Lato Sensu e Stricto Sensu" para que os mesmos possam decidir sobre suas trajetórias acadêmicas e profissionais e, em muitos casos, envolvendo a comunidade interna e externa. O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais vem possibilitando aos alunos que concluíram o ensino superior formas favoráveis de serem inseridos na vida profissional.

#### **4.6 Procedimentos metodológicos**

A formação do licenciado em Ciências Sociais está comprometida com uma perspectiva acadêmica crítica, reflexiva, inclusiva e de permanência. Desenvolve ações visando à apreensão de saberes diversos através do estudo teórico e prático, dando ênfase ao ensino e à aprendizagem, fortalecendo o conhecimento e a capacitação do aluno no exercício da prática interdisciplinar e autônoma, como agente proativo no processo formativo. Dessa forma, permitindo a acessibilidade e a autonomia no processo de ensino, busca-se a construção de aulas expositivas dialogadas, seminários e trabalhos em grupos, numa aprendizagem articulada com a pesquisa e a extensão.

A Metodologia desenvolvida no Curso de Licenciatura em Ciências Sociais tem atendido às Diretrizes Curriculares Nacionais, conforme a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB, N. 9.394/96), a partir dos conteúdos curriculares, estratégias de ações dos discentes e docentes, e do acompanhamento pedagógico do aluno. Assim, ao longo do curso se desenvolverá como metodologia aulas expositivas dialogadas, seminários e trabalhos em grupos, oficinas, cursos e minicursos, palestras, grupo de estudos, reuniões científico pedagógicas, visitas científicas, seminários de integração e conclusão do curso, diálogos de pesquisa, laboratórios de pesquisa e extensão, viagem de campo, culminando com a apresentação pública do trabalho de conclusão de curso. Ressalta-se, ainda, práticas com métodos informacionais e tecnológicos.

A composição das ações metodológicas pode ser visualizada nos planos de ensino das disciplinas curriculares do curso, assegurando a mediação docente em todo processo formativo. Nas atividades desenvolvidas no ensino, na pesquisa e na extensão estão as linhas de pesquisa. Destacam-se, ainda, as ações do LAPEX (Laboratório de Pesquisa, Ensino e Extensão), como um espaço de apoio às atividades curriculares do curso.

O LAPEX tem se destacado como uma metodologia inovadora do curso de licenciatura, enquanto espaço relevante para a formação de docentes-pesquisadores por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão com organização de eventos extracurriculares com temas transversais e interdisciplinares envolvendo os diversos sujeitos, internos e externos, à Unifesspa, além do apoio de infraestrutura de sala de estudo e computadores de uso discente e docente,

favorecendo espaços para a produtividade acadêmica dos alunos sem acesso às TICs.

O NDE do curso de Licenciatura em Ciências Sociais é um espaço fundamental para a organização da metodologia do trabalho docente a cada período letivo, pois a partir dele planejam-se ações conjuntas visando ao diálogo entre ensino, pesquisa e extensão, de forma a proporcionar aos discentes experiências holísticas e interdisciplinares, visando à sua formação enquanto um futuro docente-pesquisador.

Outro destaque em relação à metodologia do curso diz respeito à diversidade dos discentes, em que temos a presença de indígenas, quilombolas e Pessoas com Deficiência, por exemplo. Isso nos coloca a necessidade de pensar metodologias de ensino para a diferença, e para tanto, contamos com o apoio de setores na universidade destinados a atendimentos específicos, como é o caso do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica (NAIA) e do Núcleo de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (NUADE).

A partir do NAIA os docentes e discentes recebem orientações e suportes para o desenvolvimento das atividades acadêmicas com os discentes com deficiência. O material que é utilizado nas disciplinas é enviado ao NAIA antes do início do período letivo para torná-lo acessível aos discentes. A partir do NUADE há orientações e formação docente no campo das ações afirmativas, diversidade, autonomia cultural e defesa dos direitos humanos.

Dando cumprimento à curricularização da extensão, adotam-se, como prática metodológica no percurso formativo do discente, ações a partir de algumas disciplinas do curso.

## **5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO**

### **5.1 Estrutura curricular do curso**

Em conformidade com a Resolução CNE/CES 17, de 13 de março de 2002 e com a Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015, às Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação expressas no Parecer nº492/2001, o desenho curricular do curso de Licenciatura em Ciências Sociais está organizado em três eixos de formação:



A) Eixo de Formação Específica: neste eixo estão as disciplinas que conferem a identidade profissional do licenciado em ciências sociais, contendo os conhecimentos aprofundados das três dimensões do curso: a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política.

B) Eixo de Formação Complementar: neste eixo se concentram as disciplinas que contemplam a ampliação do objeto das Ciências Sociais e as que “fazem interface com aqueles conjuntos advindos de outros cursos de Instituição de Ensino Superior” (Parecer nº 492/2001 do CNE/MEC).

C) Eixo de Formação Livre: “atividades acadêmicas de livre escolha do discente no contexto da Instituição de Ensino Superior” (Parecer nº 492/2001 do CNE/MEC).

Os eixos são entendidos como o conjunto de conteúdos articuladores da formação profissional do Licenciado em Ciências Sociais, por agregarem os conhecimentos teóricos e metodológicos necessários à apreensão do fazer profissional do licenciado. O desenho curricular oferece maior flexibilidade para contemplar os diferentes interesses de pesquisa, ensino e extensão e expectativas intelectuais dos discentes, à medida que se concentram os esforços em um conjunto de disciplinas fundamentais obrigatórias, comuns a todos/as, e permite-se a abertura institucional aos discentes em seus processos individuais de formação intelectual; logo, contemplam-se seus interesses mais específicos com as disciplinas optativas do Eixo de Formação Livre.

Esse desenho curricular visa à formação de sujeitos críticos e reflexivos capazes de confrontar situações-problema, analisar, problematizar e produzir conhecimento relevante à educação e à sociedade, tomando a realidade amazônica de maneira central na formação para a docência. Como resultado desse conjunto de elaborações e práticas temos um processo formativo exitoso de nossos egressos, dotando-lhes de habilidades e competências, o que têm possibilitado seu acesso ao mercado de trabalho regional, contribuindo de forma crítica para empreender iniciativas educacionais formais e/ou não formais, dinamizando o desenvolvimento social, cultural e ambiental na região, podendo ainda prosseguir, com sua formação em programas de pós-graduação *stricto-sensu*.

Para o Eixo de Formação Específica (A), são destinadas 1.292 horas de ensino em disciplinas obrigatórias. Neste eixo estão as disciplinas teóricas específicas das Ciências Sociais, as disciplinas de método e de formação científica.

No Eixo de Formação Complementar (B), são destinadas 816 horas de ensino e extensão em disciplinas obrigatórias. Como dito anteriormente, estão neste eixo as disciplinas que fazem interface e/ou contemplam um objeto ampliado das Ciências

Sociais, base para o desenvolvimento da interdisciplinaridade, a exemplo das disciplinas Economia Política, Formação social, econômica e política da Amazônia, Formação social, econômica e política do Brasil, Formação do Mundo Contemporâneo. Nessa sessão está também a disciplina Leitura e Produção Textual nas Ciências Sociais por meio da qual é proporcionado aos discentes a oportunidade de adquirirem ferramentas de compreensão básica de texto e de redação científica. Encontram-se, também, as disciplinas Diálogos de Pesquisa em Ciências Sociais I e II, onde se reúnem tanto a relação entre teoria e prática, quanto a relação entre ensino-pesquisa-extensão. Nesse eixo desenvolvem-se componentes curriculares voltados à inclusão e à diversidade a exemplo da disciplina LIBRAS, assim como o debate das relações étnico-raciais, direitos humanos e ambientais, a exemplo das disciplinas: Relações étnico-raciais; Corpo, gênero e sexualidade: teorias e métodos; e Etnologia Indígena. Na interface entre Ciências Sociais e Educação, trabalham-se as disciplinas Sociologia da Educação, Antropologia da Educação, Política Educacional, Didática e LIBRAS com carga horária teórica, prática e de extensão, contemplando o Plano Nacional de Educação (2014-2024) aprovado pela Lei 13.005 de 2014. Deste modo, a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, educação em direitos humanos, relações étnico-raciais (Lei 10.639/2003) e o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena (Lei n. 11.645/2008) estão contemplados no curso de licenciatura em ciências sociais por meio de disciplinas, nas linhas de pesquisa, na política de extensão e na política de inclusão social. Considerando a diversidade sociocultural, de raça e de gênero, tendo o combate à discriminação e a promoção dos direitos humanos integrados em componentes curriculares obrigatórios, desenvolvendo conteúdos críticos para transformação social e a formação de cidadãos reflexivos.

Para o Eixo de Formação Livre (C) são destinadas 272 horas em disciplinas optativas no âmbito do Instituto de Ciências Humanas e de toda a Unifesspa. A cada período letivo além das disciplinas ofertadas pela FACSAT, também são ofertadas disciplinas oriundas de outras faculdades da Unifesspa, fomentando o trabalho interdisciplinar e contemplando as múltiplas trajetórias de formação discente. Nesta seção encontra-se ainda o componente curricular Tecnologia, Trabalho e Sociedade, onde são debatidas as transformações científico-tecnológicas e suas potencialidades para o uso educacional e escolar. Estão neste eixo as Atividades Complementares,

momento de formação baseando nas inclinações intelectuais, artísticas, políticas e culturais dos discentes, é de 200 horas.

A carga horária de Estágio, disciplina estruturante na formação do profissional docente e momento decisivo da integração da universidade com a rede de ensino básico, é de 400 horas.

Para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso são destinadas 520 horas para que o discente e seu orientador realizem todas as etapas que envolvem a construção dessa produção científica.

A Licenciatura em Ciências Sociais tem duração total de 3.500hs, carga horária compatível com nossa estratégia pedagógica da formação dos licenciados, cujo limite mínimo para integralização é de quatro anos e seis meses (54 meses), e o limite máximo de sete anos, em conformidade com a Resolução nº 2 de 18 de junho de 2007, sob pena de prescrição da vaga do discente.

A estruturação do curso nesses moldes está de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial (Resolução CNE/CES 17, de 13 de março de 2002 e Resolução nº 2/2015, CNE/CP/MEC). Devemos constatar que os conteúdos pedagógicos trabalhados nas disciplinas obrigatórias e optativas se orientam diretamente ao fortalecimento dos conhecimentos necessários para a prática de ensino em Ciências Sociais. Nessas disciplinas, portanto, estão abrangidos os conteúdos preconizados no Núcleo de Formação Geral (Art. 12, Inciso I da Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015) e no Núcleo de aprofundamento e diversificação de conteúdos (Art. 12, idem). Deve-se também levar em conta que, na carga horária prática total nas disciplinas do curso, que somam 544 horas, está contido o comprometimento do curso com a formação de educadores, atendendo ao disposto no Inciso I, do Art. 13 desta mesma Resolução. Algo reforçado pela exigência de que os formandos da Licenciatura em Ciências Sociais elaborem um plano de aula com base nos achados de pesquisa e concretizem-no na forma de apresentação didática no momento da defesa pública do TCC.

#### **Atividades curriculares por período letivo e Carga Horária**

Períodos	Disciplinas	Carga Horária
	Teoria Sociológica I	68

1º Período	Teoria Antropológica I	68
	Teoria Política I	68
	Epistemologia das Ciências Sociais I	68
	Leitura e produção textual nas Ciências Sociais	68
	Subtotal	340
2º Período	Teoria Sociológica II	68
	Teoria Antropológica II	68
	Teoria Política II	68
	Epistemologia das Ciências Sociais II	68
	Didática	68
	Subtotal	340
3º Período	Teoria Sociológica III	68
	Teoria Antropológica III	68
	Teoria Política III	68
	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais I	68
	Fundamentos Filosóficos da Educação	68
	Subtotal	340
4º Período	Teoria Sociológica IV	68
	Teoria Antropológica IV	68
	Teoria Política IV	68
	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II	68

	Formação histórica do mundo contemporâneo	68
	Subtotal	340
5º Período	Formação social, econômica e política do Brasil	68
	Formação social, econômica e política da Amazônia	68
	Estágio Supervisionado de Docência I	100
	Etnologia indígena	68
	Relações étnico-raciais	68
	Subtotal	372
6º Período	[Formação Livre I]	68
	[Formação Livre II]	68
	Estágio Supervisionado de Docência II	100
	Sociologia da educação	68
	Antropologia da educação	68
	Subtotal	372
7º Período	[Formação Livre III]	68
	[Formação Livre IV]	68
	Estágio Supervisionado de Docência III	100

	Corpo, gênero e sexualidade: teorias e métodos	68
	Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais I	68
	Subtotal	372
8º Período	Estágio Supervisionado de Docência IV	100
	Política educacional	68
	Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais II	68
	Subtotal	168
9º Período	LIBRAS	68
	Subtotal	68
	Subtotal de disciplinas	2780
Atividades complementares		200
Espaço sem atividades em sala de aula, reservado para elaboração do TCC		520
Total de horas		3500

## Disciplinas da Formação Livre ofertadas pela FACSAT

Religião e Sociedade	68h
Teoria e Pesquisa sobre Violência	68h
Estudos de Povos Indígenas	68h
Questões urbanas: Teorias e Métodos	68h
Instituições Políticas Brasileiras	68h
Sistemas Partidários e Eleitorais no Brasil	68h
Pensamento Social Brasileiro	68h
Tópicos Temáticos em Antropologia	68h
Sociedade, natureza e Educação Ambiental	68h
Conflitos Sociais: Terra e Território	68h
Tecnologia, trabalho e sociedade	68h
Estado, movimentos sociais e políticas públicas	68h

## Formação Livre Ofertadas por outras Faculdades

Formação Territorial do Sul e Sudeste do Pará	FGEO	68
Desenvolvimento Sustentável	FAECON	60
Economia Política Afro-Brasileira	FAECON	60h
África Colonial e Pós-Colonial	FAHIST	34h
História e Cultura Afro-Brasileira	FAHIST	68h
História do Sul e Sudeste do Pará	FAHIST	34h
História Indígena e Indigenismo na Amazônia	FAHIST	68h
Ações Afirmativas e Educação	FAHIST	34h
História, Cidade e Políticas Públicas	FAHIST	34h
Direitos Humanos, Diversidade, Cidadania e Educação	FACED	60h
Vivência e Educação Especial na Perspectiva Inclusiva	FACED	60h
Psicologia da educação	FACED	68h

## 5.2 Trabalhos de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) representa a linha de chegada do processo contínuo de formação e avaliação do licenciado em Ciências Sociais. Cumpridas todas as condições necessárias para tal, nos três primeiros anos do curso, a experiência de construção de um TCC é um dos momentos mais profícuos da formação discente.

Compreendemos que o TCC é parte indispensável na formação dos licenciados em Ciências Sociais, imprescindível para a formação dos discentes como professores-pesquisadores, mas também no sentido de uma devolução que o discente de uma universidade pública deve oferecer à sociedade, contribuindo no avanço dos estudos científicos na região Amazônica.

O TCC da Licenciatura em Ciências Sociais, em consonância com a Resolução Nº 008, de maio de 2014 que trata do Regimento de Graduação da Unifesspa, é uma produção científica, artística ou tecnológica integrada às atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo normatizado pela Resolução da FACSAT Nº 01 de 2024, que estabelece as regras que regem os TCCs, indicando os seus anexos necessários. Visamos, com essas normas, realizar o princípio de integração entre as atividades de ensino regulares da Licenciatura em Ciências Sociais e as atividades de pesquisa e extensão dos discentes, e ter um processo organizado e contínuo na faculdade.

No processo de construção e defesa de seu TCC, os discentes disporão de pelo menos 520 horas, distribuídas ao longo do curso, aprofundando seus conhecimentos na literatura sobre o tema, coletando materiais e dados primários e/ou secundários para redigir e elaborar sua monografia. O tempo dedicado pelo discente às atividades de pesquisa estão contemplados pelo Artigo 61 do Regulamento de Graduação da Unifesspa, onde se lê: “Os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação poderão prever um período letivo para que os discentes desenvolvam, exclusivamente, atividades de pesquisa e/ou extensão, como estratégias de formação” (Resolução Nº 008, 2014, p.14).

Assim, a elaboração e defesa do TCC não se configuram apenas como disciplinas *stricto sensu*, é parte indispensável de sua formação acadêmica, estando ligada a diversos períodos letivos no curso de Licenciatura, sobretudo a partir do terceiro e quarto períodos em que as disciplinas de Métodos e Técnicas de Pesquisas



nas Ciências Sociais I e II introduzem os discentes na escrita acadêmica, os provocando na delimitação de temas/objetos de TCC.

A construção da monografia tem continuidade do quinto ao oitavo períodos do curso, quando os discentes realizam os estágios supervisionados de docência (I, II, III, IV). Nesses quatro estágios, os discentes entram em contato com as diversas realidades educacionais escolares na região, nas públicas da cidade, escolas do campo, escolas indígenas e quilombolas. A experiência dos estágios e relatórios produzidos, inclusive, tem potencial para se transformar em TCC, pois a partir da inserção nas escolas, os discentes podem problematizar as questões teórico-metodológicas relacionadas ao ensino das Ciências Sociais e a gestão na educação básica, analisar o material didático, contextos socio-educacionais e escolares e condições de aprendizagens, refletindo sobre o seu papel enquanto futuro docente e atuação em espaços formativos.

Um aspecto relevante no processo de construção do TCC é o trabalho nos grupos de pesquisa dos docentes, que proporcionam aos discentes a discussão de seus objetos de investigação, conectados aos temas de pesquisas de seus orientadores, dinamizando, dessa forma, integralmente, as linhas de pesquisa descritas neste PCC.

Nos sétimo e oitavo períodos do curso as disciplinas Diálogos de Pesquisa em Ciências Sociais I e II são também atividades curriculares que fundamentam os discentes para a construção de TCC que deverá ser defendido no último período, no nono, quando o discente se dedica, exclusivamente, ao TCC e o defende de forma pública durante a Semana de defesas, seguindo todas as normas prescritas na resolução de TCC da FACSAT.

Segundo esta resolução, o TCC na Licenciatura em Ciências Sociais pode ser apresentado nas seguintes modalidades:

I. Trabalho de caráter monográfico e científico sobre um tema relacionado às Ciências Sociais e à educação que esteja, preferencialmente, contemplado em uma das Linhas de Pesquisa do PPC do curso de licenciatura em Ciências Sociais.

II. Artigo científico individual, ou em coautoria com o/a orientador/a, publicado, ou com aceite para publicação, em revista científica de mérito reconhecido na área, e que verse sobre material de pesquisa original produzido pelo/a discente. O artigo também será submetido a defesa diante de Banca Examinadora, nos mesmos termos de um trabalho monográfico.

III. Material de apoio pedagógico, que consiste na elaboração de recursos didáticos que ofereçam suporte para professores e/ou alunos no âmbito do processo de ensino-aprendizagem.

O material de apoio pedagógico deve ser acompanhado de um texto analisando o resultado de atividades de pesquisa de campo e bibliográfica.

Também deverá ser aprovado por uma Banca Examinadora, nos mesmos termos de um trabalho monográfico. Podem ser da seguinte espécie: a) Recursos didáticos como jogos, documentários, kits de imagens, músicas ou objetos, por exemplo. b) Produção de textos originais voltados a subsidiar a formação docente, ou à utilização direta em sala de aula (não se trata de planos de aula, mas de produção textual para uso em sala de aula), organização de dicionários, antologias ou traduções, cadernos pedagógicos, catálogos.

Nosso entendimento é o de que, para garantir a qualidade da produção científica dos futuros licenciados em Ciências Sociais, assim como para que a experiência de ensino, pesquisa e extensão seja satisfatória, o discente necessita do acompanhamento frequente do orientador. Assim, o docente/orientador deverá responder, oficialmente, a uma carta de aceite de orientação conforme a Resolução de TCC do curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

### **5.2.1 Procedimentos da Banca Examinadora do TCC**

O TCC é avaliado em procedimento de Defesa Pública nas Semanas de Defesas de TCC da FACSAT, organizada pela Coordenação de TCC e sempre definida em reunião de planejamento do curso, no início do período letivo. A definição da banca ocorre em acordo entre orientador e orientando, seguindo critérios de conhecimento e/ou afinidade ao tema e aqueles descritos na Resolução Nº 1/2024, somente assim é que o orientador poderá apresentá-la para homologação pelo Colegiado do curso.

Aprovada a banca avaliadora, o orientador tem autonomia para decidir sobre o envio do trabalho escrito aos examinadores, indicando a data e local de defesa. A partir dessa homologação, a Coordenação TCC organizará a Semana de defesas e todos os documentos necessários ao rito.

O discente concluinte deverá submeter seu trabalho à avaliação de uma banca examinadora, presidida por seu orientador, que avaliará a exposição de seu trabalho, cabendo a ele responder às arguições dos examinadores convidados. A defesa

pública é um momento importante não apenas para o discente que está concluindo seu curso, senão também para toda a comunidade acadêmica da FACSAT, pois ela tem alto valor pedagógico na formação de docentes-pesquisadores capacitados para o trabalho crítico e analítico.

Os examinadores deverão preencher uma ficha de avaliação com 10 itens discriminados, a partir dela o conceito final é atribuído, em sessão restrita, dirigida pelo presidente da banca, ao trabalho do discente, considerando sua apresentação oral e o texto escrito, e, posteriormente, divulgada com a leitura da ata de defesa. Busca-se, através desse procedimento avaliativo, que o discente possa ter um autoconhecimento acurado e preciso sobre seus pontos fortes e seus pontos fracos, melhorar seu texto dissertativo. Os critérios da ficha de avaliação são elementos importantes, já que o processo de construção do conhecimento do Cientista Social não se encerra com a defesa do TCC e a colação de grau, é necessário que ela esteja pautada em uma prática científica com ética na pesquisa. A avaliação séria e crítica nos afasta mais ainda das armadilhas de acharmos que “inventamos a roda” a cada vez que iniciamos a orientação de um discente, nos afastando, ainda, de equívocos do que vem a ser um trabalho científico, negando a concretização de um princípio básico da produção acadêmica, que é o da *cumulatividade do trabalho científico*, resultado também do debate pedagógico crítico.

### **5.2.2 Procedimentos de divulgação do TCC**

Após a defesa dos TCCs e suas possíveis correções textuais, seguindo as sugestões da banca e as orientações do orientador, o discente deverá entregar a versão final do TCC, na modalidade defendida, à secretaria do curso, com a ficha catalográfica, emitida pela biblioteca da universidade, para que se possa dar publicização do TCC no repositório da Unifesspa e no site da FACSAT (<https://facsat.unifesspa.edu.br/>). É importante considerar que a Unifesspa, através do Centro de Biblioteca Universitária, disponibiliza um Guia de Trabalho Acadêmico, que fornece os principais elementos textuais para elaboração de um TCC. Esse guia está disponível no link: [https://sibi.Unifesspa.edu.br/images/Guia\\_Trabalhos\\_Acadmicos.pdf](https://sibi.Unifesspa.edu.br/images/Guia_Trabalhos_Acadmicos.pdf).

A publicização compulsória dos TCCs (e os avanços de pesquisa que representam) faz com que se facilite o avanço das futuras pesquisas para além da produção discente anterior, na medida em que os achados desses discentes-

pesquisadores podem ser incorporados por todos os outros pesquisadores, sejam estes docentes ou discentes. Destaca-se, ainda, que essa publicização faz parte da dinâmica das linhas de pesquisa do curso de Licenciatura de Ciências Sociais, uma vez que as monografias também são resultado do aprofundamento de questões relacionadas ao ensino de Ciências Sociais e à Educação, evidenciando a integração entre a pesquisa realizada pelos docentes e os TCCs da Licenciatura em Ciências Sociais.

### **5.2.3 Semanas de Defesa do TCC**

A Semana de defesas torna-se uma ação didático-pedagógica profícua à construção de um ambiente dialógico, favorecendo avanço e/ou ampliando as questões de pesquisa da comunidade acadêmica. Ela se constitui em encontros abertos à toda comunidade acadêmica da Unifesspa, cuja participação é obrigatória aos discentes envolvidos na tarefa de elaboração do TCC, tendo lugar central aqueles discentes que concluíram seu trabalho e farão – no âmbito desses Seminários, apenas – a sustentação pública de seus TCCs perante bancas examinadoras designadas e aprovadas pelo Conselho da FACSAT.

A Semana de defesa é organizada pela Coordenação de TCC e se realiza, preferencialmente, no último mês do período letivo do curso, portanto segue o planejamento aprovado pelo colegiado da FACSAT, que considera suspensa as atividades didáticas em sala de aula estimulando os discentes de todas as turmas a assistirem as defesas de seus colegas graduandos e as arguições dos docentes examinadores. Para isso, a frequência nos Seminários contará também como carga horária válida para contabilidade das Atividades Complementares dos discentes-ouvintes

Sendo um evento que envolve toda a comunidade – docentes, discentes e técnicos administrativos – ele é importantíssimo pelo fato de fazer com que os discentes mais novos na instituição se familiarizar, desde cedo, com a defesa pública, tanto no que diz respeito aos procedimentos desse ritual acadêmico, quanto no que se refere aos diálogos críticos no processo de argumentação e contra argumentação. Além disso, contribui para que os discentes se habituem com um ambiente de apresentação e defesa pública de trabalhos acadêmicos. Vale destacar que, salvo

casos excepcionais, decididos neste colegiado, algumas defesas públicas podem acontecer ao longo do semestre.

### **5.3 Atividades Complementares**

As atividades complementares da Licenciatura em Ciências Sociais estão estabelecidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN, Resolução n. 2/2015), e são aquelas atividades “teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes” (p.11), para além das atividades contidas na matriz curricular.

As vivências extracurriculares são essenciais para que a formação dos discentes se expanda de forma autônoma e interdisciplinar, proporcionando-lhes diferentes itinerários formativos.

As atividades complementares podem ser realizadas nos diversos Institutos da Universidade ou oferecidas por instituições de caráter acadêmico na forma de seminários, palestras, minicursos e Workshop. Nesse sentido, o LAPEX vem cumprindo um calendário de ações que corroboram de forma exitosa com várias dessas atividades complementares ofertadas aos discentes, tais como os seminários de tese, debates de conjuntura, palestras, mini cursos, oficinas, atividades artístico-culturais, iniciação científica, monitoria, iniciação à docência, todas elas com certificados para comprovação de carga horária, conforme Resolução nº 1, de 04 de julho de 2024-FACSAT . As atividades complementares realizadas pela FACSAT e pelo LAPEX são divulgadas por meio das redes sociais e do *site* da Faculdade.

O curso de Licenciatura em Ciências Sociais possui resolução aprovada pela FACSAT, (Resolução nº 1, de 04 de julho de 2024-FACSAT) na qual regulamenta as atividades complementares estabelecendo a pontuação correspondente a cada uma delas, quadro em Anexo I à Resolução. A documentação que comprove a participação em atividades complementares deverá ser fornecida pelo discente à Secretaria da Faculdade para ser comprovada e consolidada.

### **5.4. Políticas Institucionais no Âmbito do Curso**

#### **5.4.1. Política de Ensino**

Conforme o PDI da Unifesspa, em sua política de ensino, os princípios orientadores para o ensino de graduação são: a indissociabilidade entre ensino,

pesquisa e extensão; o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológica; o pluralismo de ideias e de pensamento.

A Licenciatura em Ciências Sociais, em acordo com as políticas institucionais, implantou em seu PPC:

- 1- Estrutura curricular fundamentada na articulação e a indissociabilidade entre o ensino, a iniciação científica e a extensão;
- 2- Desenvolvimento da interdisciplinaridade, por meio do diálogo teórico com áreas do conhecimento diferentes;
- 3- Consideração da diversidade sociocultural, de raça e de gênero, tendo o combate à discriminação e a promoção dos direitos humanos integrados em componentes curriculares obrigatórios, desenvolvendo conteúdos críticos para transformação social;
- 4- Fortalecimento do estágio supervisionado a partir da integração do ensino, pesquisa e extensão;
- 5- Avaliação e acompanhamento da qualidade da formação dos futuros profissionais.

Por se tratar de licenciatura, os estágios supervisionados desenvolvidos em escolas públicas da zona rural e/ou urbana, em aldeias e/ou quilombos desempenham importante papel para o exercício do licenciando enquanto futuro professor-pesquisador, uma vez que é a partir dos estágios que os discentes do curso entram em contato com as realidades educacionais vivenciadas por diferentes grupos sociais na região Sul e Sudeste do Pará.

Além dos estágios supervisionados, os discentes do curso também podem vivenciar práticas diferenciadas de educação pública a partir de atividades de ensino que oferecem, por meio de projetos e programas desenvolvidos pelos professores do curso, bolsas aos estudantes, proporcionando melhorias nos processos de ensino-aprendizagem, a exemplo dos projetos de monitoria, e daqueles que têm a inclusão e a diversidade como mote, como é o caso do Programa de Apoio ao Estudante Indígena (PAIND) e do Programa de Apoio ao Estudante Quilombola (PAEQUI), vinculados à PROEG.

Para atender e promover ações voltadas aos direitos de pessoas com deficiência (PCD), a Unifesspa conta com o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica (NAIA) que orienta os docentes e elabora/adapta materiais didáticos de acordo com as necessidades específicas dos discentes. O curso de Licenciatura em Ciências Sociais tem solicitado ao NAIA apoio e o acompanhamento aos discentes PCDs, por meio de tecnologias assistivas e estruturas de acessibilidade. Soma-se a

essas iniciativas, a oferta do ensino de LIBRAS, considerando a obrigatoriedade da Lei nº 10.436/2002.

Quanto ao reconhecimento e à valorização da diversidade na universidade, o curso de licenciatura em Ciências Sociais, em consonância com o PDI (2020-204) da Unifesspa, conta com o apoio das ações de formação desenvolvidas pelo Núcleo de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (NUADE), a partir do qual se discutem questões voltadas aos temas das relações étnico-raciais e diversidade de gênero, por exemplo, presentes no dia a dia da universidade.

#### **5.4.2. Política de pesquisa**

A política de pesquisa está indissociavelmente ligada ao ensino e à extensão em conformidade com o PDI (2020-2024), tendo como pressuposto a integração aos processos e instituições educacionais da região amazônica. A integração da teoria com a prática no seu processo de ensino-aprendizagem ocorre tanto na extensão como na pesquisa que os discentes desenvolvem no curso. Essa dimensão visa à formação de professor-pesquisador crítico, produzindo conhecimento relevante à sociedade.

A política de pesquisa do curso de Licenciatura em Ciências Sociais obedece às seguintes orientações: Iniciar os discentes na pesquisa científica; Desenvolver a capacidade crítica, reflexiva e científica do discentes; Estimular à formação de grupos de pesquisa, núcleos e desenvolvimento de projetos de investigação de professores-orientadores que integrem discentes; Incentivar a participação discente em projetos, eventos acadêmicos e publicação científica.

Com o objetivo de fornecer instrumentos conceituais e metodológicos para os discentes desenvolverem suas pesquisas, a estrutura curricular do curso oferta as seguintes disciplinas: Leitura e produção textual em Ciências Sociais, Métodos e técnicas de pesquisa em Ciências Sociais (I, II), os Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais (I e II); Estágio Supervisionado (I ao IV).

Na Iniciação Científica discente, destaca-se: acesso aos editais de bolsa a partir do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic); o Laboratório de Pesquisa, Ensino e extensão (LAPEX), como espaço adequado para discentes trabalharem na universidade em horários de contraturno; realização e

participação de discentes em eventos acadêmicos; e a criação e desenvolvimento de núcleos e grupos de pesquisa.

Isso se manifesta nas linhas de pesquisa que abrangem vários campos disciplinares das Ciências Sociais, incluindo diálogos com outras disciplinas e a participação de discentes e pesquisadores externos à FACSAT, criando um ambiente favorável à interdisciplinaridade. As linhas de pesquisa são: Estado, Sociedade e Política Públicas; Povos originários, comunidades tradicionais, ações afirmativas e Educação para diversidade; Práticas de ensino e conteúdos curriculares.

Esforçamo-nos ao máximo para que o papel do docente-pesquisador não se dissocie de seu papel como educador em sala de aula. As atividades contínuas de pesquisa do quadro docente, estimulada por todos os ângulos possíveis, beneficia não apenas seus próprios currículos, senão também que atinge diretamente a profundidade dos conhecimentos trabalhados com os discentes, permitindo-nos transmitir nossa ambição de excelência aos licenciandos em Ciências Sociais em formação nas salas de aula.

O estímulo à produção científica está presente em todas as disciplinas da Licenciatura em Ciências Sociais. Trata-se de um objetivo comum compartilhado por todos os docentes da FACSAT no processo ensino-aprendizagem. Nessa subseção, demonstramos alguns componentes curriculares especialmente voltados para a formação de professores-pesquisadores em Ciências Sociais e que integram nossa política de pesquisa.

#### **5.4.2.1. Linhas de pesquisa**

Enfatizamos desde o início, nos Seminários de Integração, as diferentes linhas de pesquisa existentes de acordo com os itinerários intelectuais de nosso corpo docente. A pesquisa discente seguirá necessariamente essas linhas de pesquisa. Esse é um elemento importante para assegurar a qualidade dos trabalhos de pesquisa dos discentes, já que o orientador poderá oferecer contribuições mais decisivas em direção ao estado da arte em suas áreas de trabalho. Mas é um aspecto importante também para que, em sentido inverso, seguindo o princípio de integração entre ensino e pesquisa, as pesquisas discentes contribuam na produção científica de nosso corpo docente.



Longe de se constituir um obstáculo à imaginação científica, nossas linhas de pesquisa – como poderemos ver a seguir – são abrangentes para que sejam poucos os temas de trabalho que eventualmente não encontrem orientação adequada. Mais ainda, na medida em que os orientadores, em suas linhas de pesquisa, poderão oferecer subsídios fundamentais para a pesquisa discente, nossa concepção é a de que um trabalho bem desenvolvido estimula a ambição intelectual e constitui uma fonte permanente de motivação de nossos futuros licenciados em Ciências Sociais.

A seguir indicamos as linhas de pesquisa tal como configuradas pelo corpo docente do curso. Ressaltamos que nelas integramos alguns docentes de outras faculdades e outras universidades com as quais temos parcerias e afinidades de pesquisa.

#### Sociedade, Estado, Políticas Públicas e Educação

Esta linha de pesquisa visa ao estudo de Políticas Públicas no Brasil, focando-nos na Educação em diferentes níveis de ensino, seja a educação básica (fundamental, Médio e EJA), superior, profissional, tecnológica e a distância. Nesse âmbito, analisa os conflitos e tensões que envolvem a formulação das políticas socio-governamentais, a gestão democrática na escola, currículo, avaliação institucional, regulação e reorganização desse espaço que possui diversidade de gênero, étnico-raciais e geracionais. Analisa ainda os aspectos afetivos, sociais, cognitivos em relação à prática pedagógica e o processo de aprendizagem no cotidiano escolar e na realidade social.

Docentes: Marilza Sales Costa (FACSAT) e Raimundo Wanderley Padilha (FACSAT), Simone Cristina Contente Padilha (FACSAT); Edma do Socorro Silva Moreira (FACSAT)

#### Povos originários, comunidades tradicionais, ações afirmativas e Educação para diversidade

Esta linha de pesquisa se propõe a compreender, problematizar e estabelecer parcerias com povos e comunidades tradicionais para a realização de educação escolar diferenciada, a implementação de ações afirmativas na universidade e o fortalecimento da educação para a diversidade no Sul e Sudeste do Pará. Entre os temas trabalhados a partir dela estão: gênero; racismo; relações étnico-raciais; educação escolar indígena; educação escolar quilombola; educação especial; educação do campo; territórios etnoeducacionais, podendo esses ser ampliados conforme o conhecimento das diferentes realidades educacionais da região.

Simone Cristina Contente Padilha (FACSAT); Luiza de Nazaré Mastop de Lima (FACSAT); Edma do Socorro Silva Moreira (FACSAT); Marilza Sales Costa (FACSAT); Fabiano Bechelany (FACSAT)

### PRÁTICAS DE ENSINO E CONTEÚDOS CURRICULARES

Reúne investigações voltadas para o entendimento dos elementos que compõem a prática escolar e seus saberes. Abrange as formas de intervenção em sala de aula, as mediações pedagógicas, a transposição do saber científico para o saber escolar, a seleção de conteúdos curriculares, os elementos cognitivos constitutivos do processo ensino-aprendizagem, as articulações entre pesquisa e ensino, a formação docente, os materiais didáticos, as legislações municipais, estaduais e nacionais, a organização escolar, novas tecnologias de informação, comunicação e seus usos na escola.

Marilza Sales Costa (FACSAT) e Raimundo Wanderley Padilha (FACSAT); Luiza de Nazaré Mastop de Lima (FACSAT)

#### **5.4.3. Política de Extensão**

Na Unifesspa a política de extensão como dimensão formativa dos discentes está integrada ao currículo. O PDI (2020-2024) afirma a importância da extensão que priorize a interação dialógica entre os conhecimentos acadêmicos e os saberes da comunidade externa. No âmbito das Licenciaturas, essas ações estão voltadas para a interculturalidade, no diálogo com comunidades socioeconomicamente vulneráveis, movimentos sociais, comunidades tradicionais e povos indígenas.

As atividades curriculares de extensão visam estimular o acadêmico a buscar autonomia e criticidade na sua formação. Na Unifesspa, elas compõem, no mínimo, 10% (dez por cento), mantendo-se a carga horária curricular total do curso de graduação, com intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas à instituição e em articulação com os conteúdos curriculares.

Considerando a extensão como via de mão dupla para a construção do conhecimento científico, a política de extensão do curso de Licenciatura em Ciências Sociais deverá estar associada às políticas de ensino, de pesquisa e de inclusão social como forma de possibilitar uma relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade. A partir da relação com o ensino e com a pesquisa são propostas

ações extensionistas à sociedade de uma maneira geral, assim como às comunidades urbanas e rurais locais e regionais com as quais deverá discutir e planejar o atendimento destas demandas, pois através das atividades de extensão o discente amplia sua formação ao desenvolver ações que permitam refletir sobre questões e construir uma relação compromissada com a sociedade.

Desta forma, com o intuito de possibilitar que a extensão faça parte da vida acadêmica do curso de licenciatura em Ciências Sociais é assegurado, no mínimo, 10% da carga horária total do curso para realização de atividades extensionistas (Resolução Nº 7/2018/CNE). A política de extensão no curso de Licenciatura em Ciências Sociais é implementada através da submissão de projetos aprovados em editais; incentivo a participação dos discentes em projetos de extensão universitária; participação na organização de cursos, eventos técnicos, científicos ou culturais; apoio a programas e projetos de extensão e de arte-cultura-educação; apoio à realização de eventos culturais e acadêmicos; apoio a ações que visem à democratização do acesso ao ensino superior e incentivo à organização de projetos participação em atividades comunitárias com estruturação de escritórios de assessoria sociocultural. Os docentes e discentes respondem aos editais internos da Unifesspa, através da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis, como o Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), e editais externos que fomentem as atividades de extensão através da concessão de bolsas.

No âmbito do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, a extensão é realizada a partir de diversos componentes curriculares: Estágios de Docência I, II, III e IV; Antropologia da Educação; Sociologia da Educação; Política Educacional; Relações Étnico-raciais; Corpo, Gênero e Sexualidade: teorias e métodos, LIBRAS, totalizando 604 horas.

Dentro da política de extensão da Licenciatura em Ciências Sociais, inclui-se nossa aproximação com as diversas e diferentes realidades educacionais, realizadas a partir dos movimentos sociais, dos grupos de ativismo em direitos humanos, de sindicatos de trabalhadores do campo e da cidade, das instituições do poder público, dos povos e comunidades tradicionais e da sociedade civil. Nesse sentido, as ações do LAPEX (Laboratório de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais), já descritas em item anterior, ocupam posição privilegiada para o desenvolvimento da extensão de forma conjugada à pesquisa e ao ensino.

A participação dos discentes em atividades de extensão coordenadas por docentes, técnicos e mesmo pelos próprios discentes, resulta em carga horária reconhecida na estrutura curricular, podendo resultar em até 40 horas registradas na forma de Atividades Complementares, como visto no item que discorre sobre estas.

#### **5..4 Política de inclusão social**

Os estudantes da licenciatura em Ciências Sociais são oriundos, em sua grande maioria de outros lugares, demonstrando intenso processo migratório e diversidade sociocultural que caracterizam nosso corpo discente. São predominantemente provenientes da escola pública, prioritariamente em uma faixa etária jovem, o que requer da Unifesspa uma política permanente de assistência e integração estudantil, de modo a oferecer apoio contínuo, aspirando superar os efeitos das desigualdades de condições socioeconômicas entre os discentes da Universidade e, assim, evitar ao máximo que essas disparidades se aprofundem e impactem de forma negativa o desempenho acadêmico.

Além disso, os discentes do curso de licenciatura em Ciências Sociais apresentam diferenças quanto às suas pertencas socioculturais e às suas especificidades de aprendizagem. No curso, temos discentes indígenas, quilombolas, PCDs e de vários gêneros que compõem a diversidade na universidade e que, assim como os demais discentes, também são público da política de inclusão social da Unifesspa e do curso. A educação inclusiva é uma diretriz seguida pelo curso, tal como consta no PDI (2020-2024) da Unifesspa, sendo que ela é pensada e organizada a partir do diálogo com dois núcleos e um departamento na universidade: o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica (NAIA), o Núcleo de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (NUADE) e o Departamento de Apoio Psicossociopedagógico (Dapsi). Essa diretriz é trabalhada no curso de licenciatura em Ciências Sociais tanto a partir de discentes com deficiência, quanto de discentes pertencentes a povos indígenas e comunidades quilombolas, além da inclusão referente à diversidade de gêneros.

O NAIA trabalha a educação inclusiva de discentes com deficiência, transtorno do espectro do autismo e altas habilidades/superdotação. De acordo com o PDI (2020-2024) da Unifesspa, a partir do NAIA a inclusão é feita através da acessibilidade de materiais didáticos, tradução e interpretação de LIBRAS, audiodescrição, materiais em braile, ampliados, em relevo 3D, serviços de orientação

e mobilidade nas dependências da Unifesspa, uso de tecnologias assistivas e formação neste tema para todos os servidores e discentes da universidade. Além disso, no âmbito da inclusão a pessoas com deficiência, a Unifesspa também oferece o “Programa de Apoiadores a discentes com deficiência em ações de acessibilidade e inclusão”, mais uma importante ferramenta que é acessada pelo curso de licenciatura em Ciências Sociais, quando necessário.

A inclusão é pensada a partir da diferença e, portanto, requer o atendimento às especificidades dos discentes que pertencem a diferentes identidades coletivas, a valorização dessas diferenças na permanência na universidade, ofertando condições materiais e psicológicas para o desenvolvimento do processo formativo deles, culminando com a conclusão do curso, formando profissionais treinados no combate a toda e qualquer forma de discriminação.

#### **5.4.4.1 Apoio Discente**

O curso de licenciatura em Ciências Sociais recebe discentes indígenas, quilombolas, negros, PCDs, LGBTQIAPN+ e em contextos de vulnerabilidade social, valorizando essa pertença no cotidiano das atividades acadêmicas, em sala de aula ou fora dela, apoiando esses discentes através de órgãos e serviços voltados para a inclusão na Unifesspa.

No que diz respeito às políticas de assistência à permanência, o curso de licenciatura divulga e incentiva a participação discente em editais de apoio a programas institucionais voltados para este público. Na estrutura organizacional da Universidade, a Diretoria de Assistência Integração Estudantil (DAIE) que aglutina a Divisão de Assistência Estudantil (DIAIE) a qual implementa Programa de Apoio à Permanência (PROAP), o Programa de Inclusão Digital (PID), como uma ação permanente de extensão, e ainda uma Coordenadoria de Integração Estudantil (CAEST), que trata da vivência estudantil, de ações afirmativas e do gerenciamento do Programa Bolsa Permanência do Ministério da Educação (PBP). Cabe ressaltar que essas políticas afirmativas e programas de bolsas do MEC, são viabilizadas por intermédio da PROEX.

Em relação às ações de acolhimento, acessibilidade e diversidade, atuamos junto ao Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica (NAIA), a partir de onde os docentes recebem orientação metodológica voltada para os discentes PCDs, e os discentes recebem material acessível às suas necessidades pedagógicas,

metodológicas e instrumentais; e ao Núcleo de Ações Afirmativas, diversidade e equidade (NUADE), a partir do qual os docentes também recebem orientações para a valorização pedagógica da pertença socioculturalmente diferenciada dos discentes indígenas, quilombolas, e LGBTQIAPN+. Através desses órgãos suplementares da Unifesspa, fortalecemos a trajetória acadêmica desses discentes respeitando seus saberes e suas histórias de vida e na defesa de suas comunidades tradicionais, assim fazendo parte das demais comunidades existentes nas regiões Sul e Sudeste paraense.

Ainda tratando de questões voltadas para a permanência dos estudantes e diminuição dos índices de evasão no curso, os discentes também contam com o Departamento de Apoio Psicossociopedagógico (DAPSI), criado em 2015, vinculado a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação.

Além disso, a coordenação do curso de licenciatura em Ciências Sociais dá orientações a esses discentes para o acesso a editais da Pró-reitoria de Extensão (PROEX) destinados a apoiar a sua permanência na universidade, como é o caso do Programa de Apoio à Permanência, que abrange as modalidades permanência, moradia, transporte e creche.

No âmbito do ensino, pesquisa e extensão, temos proposto projetos vinculados a programas específicos a esse público, tais como: Programa de Apoio ao Estudante Quilombola (PAEQUI), Programa de Apoio ao Indígena (PAIND), e do Programa de Apoio ao Discente Ingressante (PADI). Ao mesmo tempo, oferecemos bolsas de cotas em todos os projetos por nós aprovados, tais como o Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) e programas de monitoria.

A licenciatura em Ciências Sociais, possibilita três tipos de mobilidades estudantis. A primeira destas modalidades é denominada Mobilidade Interna (MOBIN) que possibilita a mudança de um curso para outro oferecido pela Unifesspa; a segunda mobilidade é a denominada Mobilidade Externa (MOBEX), que permite que qualquer pessoa possuidora de um diploma universitário possa ingressar em algum curso de acordo com as vagas remanescentes oferecidas pelos diversos cursos da Unifesspa; o terceiro tipo de mobilidade é a Mobilidade Acadêmica, aqui qualquer discente pode frequentar parte das disciplinas em outra instituição de ensino superior que serão submetidas a um processo de aproveitamento de estudos em conformidade com as ementas das disciplinas correspondentes ao curso na

Unifesspa. A Unifesspa possui ainda uma Assessoria de Relações Internacionais (ARNI) que entre suas ações faculta aos discentes a realização de intercâmbio acadêmico, em diversos países com os quais estabelece essas relações.

No que diz respeito ao apoio à ambientação acadêmico-pedagógica, tornou-se primordial, no ingresso do alunado no Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA da Unifesspa, o qual oferece acolhimento e acessibilidade aos alunos nos espaços informativos online.

No sistema online o alunado pode obter: atestado de matrícula. consultar notas. consultar e solicitar histórico, emitir declarações (vínculo e matrícula), acessar o acervo da biblioteca, acessar Certificados; comunicar-se com ambientes virtuais, obter informações sobre formação complementar, acessar editais e bolsas solicitar ensino individual, obter informação sobre trancamento de matrícula, consultar calendário acadêmico e de cursos, obter informações sobre os componentes curriculares e a estrutura curricular, como também ter acesso a turma do semestre e Unidades acadêmicas (UCs).

No SIGAA, o aluno tem acesso às informações sobre estágios, mural de vagas e bolsas internas e externas, além disso há um espaço para atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais

A Unifesspa ainda disponibiliza um site "[desk.unifesspa.edu.br](http://desk.unifesspa.edu.br)" semelhante ao "Wikipedia", em que os discentes têm acesso a tutoriais de "como criar uma conta no SIGAA", "criar um e-mail institucional", "como participar de editais" de extensão, pesquisa e ensino, entre outros, com objetivo de obter conhecimento sobre a estrutura acadêmica e suas vivências.

Os discentes da licenciatura, junto com os discentes do Bacharelado, se organizam no Centro Acadêmico de Ciências Sociais (CACS), e desenvolvem com os docentes projetos como o CinemaAção, debates de conjuntura, recepção de calouros, permitindo acesso a recursos que são destinados às diligências políticas pensadas pela Diretoria do CACS, que tem mandato de 2 anos.

#### **5.4.4.2 Censo Estudantil**

O perfil de "Dados de Ingressantes do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais" regular, gerados a partir das bases de dados estatísticos do Centro de

registro e Controle Acadêmico (CRCA) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), é formalizado desde o início de aprovação do Curso.

Na forma de ingresso/ano, o curso teve 20 ingressantes em 2017, 24 em 2018, ambos em períodos vespertinos, 28 em 2019, no período noturno, 29 em 2020, no vespertino, 25 em 2021 no período noturno, 17 em 2022 no vespertino, 31 em 2023 no noturno e 19 em 2024 no período vespertino. Alunos esses ingressantes dentro da política institucional governamental de acesso por ampla concorrência, escola cor, escola cor renda, escola, PCD e sem cotas.

Em termos de matriculados, ao longo dos anos, nas bases de dados estatísticos do Centro de registro e Controle Acadêmico (CRCA) da Unifesspa obtemos os seguintes resultados: 53 (2017), 60 (2018), 71 (2019), 74 (2020), 49 (2021), 54 (2022), 74 (2023), 68 2024. O curso de Licenciatura em Ciências Sociais, no decorrer dos anos, após seu Ato Autorizativo, obteve número considerado de alunos cursando, ao mesmo tempo, Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais, correspondendo, ainda, ao desenho curricular anterior. Ao diplomar esses alunos matriculados no curso, as vagas foram sendo ajustadas a 25 alunos ingressantes por ano.

Preocupados em manter uma política de inclusão social, a Unifesspa abre o espaço público de cursos superiores as camadas da população mais baixa, à uma política permanente de assistência e integração estudantil. Assim com objetivo de conhecer o perfil dos alunos ingressantes, de 2018 a 2023 registou-se o ingresso de sete (7) indígenas, e nos anos de 2017, 2020 e 2023, foram quatro (4) quilombolas, além de um (1) aluno PCD em 2020. Todos ingressaram na Unifesspa através do processo seletivo ENEM/SISU. Na política de inclusão social, os matriculados de 2017 a 2021 foram quatorze (14) alunos indígenas de algumas etnias Parkatejê, AKrätikatêjê e Guajajara de 2017 a 2023, treze (13) alunos quilombolas, e um (1) aluno com deficiência em 2020. A cada ano a Universidade e o curso de Licenciatura em Ciências Sociais amplia o acesso à alunos diversos por meio de sua política de inclusão social.

Com objetivo de conhecermos o perfil socioeconômico dos discentes do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, realizamos anualmente uma avaliação com o objetivo de obter um instrumento de reflexão e diálogo sobre práticas acadêmicas e relações sociais da comunidade discente, docente e técnico administrativo da Faculdade de Ciências Sociais. Cabe ressaltar que no ano de



2023, a FACSAT possuía 245 discentes matriculados, dos quais numa amostra de 93 alunos, responderam à autoavaliação. Desses alunos matriculados, 46 (quarenta e seis) eram discentes da Licenciatura e 47 (quarenta e sete) do Bacharelado. (Pesquisa FACSAT, 2023)

Na análise preliminar, dos 46 (quarenta e seis) alunos que responderam o formulário e estavam matriculados no Curso de Licenciatura em Ciências Sociais no período de 2023 a 2020, 84% responderam ao formulário. Em relação à renda familiar, 69% informaram que ganhavam até um salário mínimo, alguns recebiam dois salários mínimos (19%), outros de três a cinco salários mínimos (8%), e poucos recebiam mais de cinco salários mínimos (2%). Vimos que prevalece uma renda baixa dos alunos que estavam cursando o curso de Licenciatura em Ciências Sociais, o resultado evidenciou que a Universidade, e o curso tem acolhido e incluído grande parte de alunos com baixa renda, assim participando de um processo inclusivo e em condições de oportunidades iguais.

Destacando a questão de cor/raça houve a predominância do pardo com 56%, e 28% pretos, branco com 6% e indígena, 8%, não havendo asiáticos no curso matriculados e nem ingressantes. Isso demonstra que a Universidade acolhe múltiplos sujeitos com direitos a uma educação inclusiva e de qualidade. Outra questão muito importante tem relação com a inclusão de pessoas com deficiência (PCD) no curso, auditivo, físico, baixa visão, cegueira, inseridos no processo seletivo de forma inclusiva, em ambientes coletivos de aprendizagens, assim passando a favorecer as oportunidades e a participação inclusiva de acordo com as necessidades individuais e em condições ambientais nos espaços escolares da Universidade (mesas, cadeiras, quadros e teclados adaptáveis) respeitando a sua condição de deficiência e sem discriminação, mas com acolhimento e acessibilidade em igualdade de condições.

Os estudantes de Licenciatura em Ciências Sociais são oriundos, em sua grande maioria, de outros lugares, demonstrando um intenso processo migratório e uma diversidade sociocultural que caracteriza nosso corpo discente. São predominantemente provenientes da escola pública, prioritariamente em uma faixa etária jovem o que requer da Unifesspa, através da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (PROEX), uma política permanente de assistência e integração estudantil, de modo a oferecer apoio contínuo, aspirando superar os efeitos das desigualdades de condições socioeconômicas entre os/as discentes/as da

Universidade e, assim, evitar ao máximo que essas disparidades se aprofundem e impactem de forma negativa o desempenho acadêmico.

### **5.5 Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão (LAPEX)**

O LAPEX é um laboratório da faculdade de Ciências Sociais, que se insere como elemento eminentemente prático do processo de acumulação de conhecimento dos discentes e pesquisadores, visando ser espaço de articulação entre as disciplinas do curso de graduação com as políticas de pesquisa e extensão da Faculdade.

Está ativo desde 2019, tendo nos sucessivos anos submetido projetos ao programa de apoio a laboratório (PROLAB) ofertados pela PROEG/Unifesspa, dos quais tem conseguido bolsas de monitoria importantes para o funcionamento das atividades cotidianas do laboratório junto a seu coordenador.

O LAPEX é composto por um bloco anexo com três ambientes: um destinado ao acervo bibliográfico e documental e às reuniões da FACSAT; uma sala de estudantes com computadores e mesas de estudo, para o acesso discente voltada ao estudo e a pesquisa; e outra sala da coordenação e dos bolsistas (Lapex e projetos de pesquisa e extensão), para a realização de reuniões de Monitoria e Grupos de Pesquisa da FACSAT.

O LAPEX enquanto um laboratório da FACSAT, tem servido ao curso de licenciatura, proporcionando a integração do ensino, pesquisa e extensão e favorecido a experimentação de metodologias de ensino e recursos didático-pedagógicos para a formação de professores-pesquisadores por meio da organização de eventos extra-curriculares com temas transversais e interdisciplinares envolvendo os diversos sujeitos, internos e externos à Unifesspa.

O LAPEX e a FACSAT por meio de suas mídias virtuais, divulgam atividades extracurriculares, incentivando a participação dos alunos nos eventos acadêmicos.

### **5.6 Estágio Supervisionado**

O Estágio Supervisionado de Docência é parte importante da experiência discente no curso de Licenciatura em Ciências Sociais da FACSAT. É componente curricular obrigatório no qual o aluno acumula uma experiência de 400 horas (Resolução nº 2, de 1 julho de 2015, CNE/CP/MEC) em atividades tanto no interior das escolas públicas de nossa região. Buscamos através desta atividade que nossos

futuros educadores vivenciem as diferentes e diversas realidades sociais das escolas e das comunidades por ela atendidas, aproximando-se dos professores da rede pública, dos alunos do Ensino Básico e de suas famílias. Destacamos a possibilidade de os estágios supervisionados serem desenvolvidos a partir de escolas em aldeias, quilombos, comunidades ribeirinhas e de assentamentos rurais onde a educação realizada nas escolas deve incluir a educação tradicionalmente realizada nessas comunidades. Nesses contextos educacionais, conta-se com o diálogo e apoio de lideranças tradicionais na construção coletiva de educação inclusiva.

As 400 horas do Estágio Supervisionado dividem-se em quatro componentes curriculares (Estágio Supervisionado I, Estágio Supervisionado II, Estágio Supervisionado III e Estágio Supervisionado IV), que se iniciam no 5º e se encerram no 8º período letivo do curso de Licenciatura em Ciências Sociais. Ao longo destes quatro períodos letivos, buscamos organizar reflexões sobre a educação (formal e não formal) a partir da inserção nas escolas, nas comunidades onde elas estão inseridas, seus problemas e contradições sociais; a história da instituição escolar e sua relação com o desenvolvimento local e suas estruturas físicas; o perfil dos professores do ensino básico, sua dinâmica interna e relações de poder; a experiência em sala de aula garantindo o princípio da “efetiva participação do aluno em situações reais de trabalho” (Resolução nº16 - Consep/Unifesspa), os múltiplos aspectos das relações entre o aluno e a instituição; as diferentes perspectivas envolvidas e condensadas no Projeto Político Pedagógico da escola; a estrutura administrativa e organizacional e os desafios enfrentados na gestão escolar, a problematização da sociologia no ensino médio, além da apropriação da legislação que rege os diferentes tipos de educação escolar, como é o caso da legislação voltada à educação escolar indígena, a educação escolar quilombola, a educação especial e a educação do campo, por exemplo.

Como parte importante deste processo de imersão nas diferentes e diversas realidades educacionais, nossos estagiários articulam-se com os professores do ensino básico para vivenciar responsabilidades no exercício de docência, para ministrar aulas orientadas por eles, acompanhar a correção de trabalhos e provas, auxiliar nas tarefas cotidianas do labor docente; os estagiários organizam intervenções pedagógicas, fazem planejamento de aulas e desenvolvem metodologias de ensino, sempre acompanhado de seu supervisor.

O curso de Licenciatura em Ciências Sociais promove a relação entre a teoria e a prática no Estágio Curricular Supervisionado, amparado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução nº2/2015, CNE/CP/MEC), na Lei das Diretrizes e Bases da Educação - n. 9.394/96 e na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Nos espaços escolares onde os estagiários são inseridos, ocorrem reuniões de planejamento escolar, reuniões de atividades, observação, regências de aulas, atividades de intervenções, processos de avaliação, que deverão constar do relatório parcial e final produzido durante e ao final do estágio, propiciando a reflexão e a análise crítica das ações realizadas, indicando os ajustes necessários à prática do estagiário, e de sua atuação orientada por um preceptor na turma estagiada, e a mediação de um professor supervisor na escola, e de sua relação com os alunos e o corpo educacional da escola, propiciando-lhe experiências para sua formação docente. A articulação teoria/prática é intrínseca à realização do estágio docente, considerando-se a natureza reflexiva dessa atividade.

O Estágio supervisionado possui como objetivos a aplicação e a ampliação dos conhecimentos próprios de sua formação profissional; a percepção da realidade do seu meio profissional e social e o desenvolvimento da sua capacidade crítica; a autonomia intelectual pela aproximação entre a formação acadêmica e a formação profissional; o desenvolvimento de habilidades e atitudes necessárias à aquisição das competências profissionais e humanistas; e o desenvolvimento do senso de responsabilidade e compromisso com sua carreira.

Em suas ementas é visível a expressão da busca desses objetivos por meio da abordagem da escola em suas múltiplas dimensões, desde a contextualização territorial da escola e seus efeitos nos processos de aprendizagem, passando pelo conhecimento da organização social da escola enquanto uma instituição social atravessada pelas relações de poderes presentes em seus documentos basilares, a problematização da juventude enquanto fator socio-antropológico fundamental para uma prática institucional de aprendizagem consistente, e os diversos mecanismos e processos que constituem a prática do *bom professor* desde as formulações dos processos pré-aula, passando pela construção de práticas docentes vocacionados ao sucesso escola, até a definição de mecanismos de avaliação não punitivos, diagnósticos e que apontem para a superação das diversas limitações que acompanham o processo de aprendizagem escolar.

O estágio supervisionado de docência na Licenciatura em Ciências Sociais é regido externamente pela Lei Federal 11.788/2008, que dispõe sobre estágios de estudantes, estabelecendo entre outras coisas, as obrigações da Universidade, da Instituição de Ensino concedente e do Estagiário, e internamente à Unifesspa, os estágios seguem a norma instituída pela Resolução nº 016/2014 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). Segundo a supracitada Resolução, o Estágio Supervisionado tem como objetivo:

I - A aplicação e a ampliação dos conhecimentos próprios da sua formação profissional; II - A percepção da realidade do seu meio profissional e social e o desenvolvimento da sua capacidade crítica; III - A autonomia intelectual pela aproximação entre a formação acadêmica e a formação profissional; IV - O desenvolvimento de habilidades e atitudes necessárias à aquisição das competências profissionais e humanísticas; V - O desenvolvimento do senso de responsabilidade e compromisso com sua carreira (Resolução nº16/2014, Consepe, Unifesspa, Art. 11, p.3).

Cada etapa do estágio de docência conta com um Supervisor, indicado a partir do planejamento do trabalho docente no âmbito do NDE do curso e aprovado pelo Colegiado da Faculdade, um preceptor cujas atribuições são as seguintes:

I - Orientar, acompanhar e avaliar a execução do Plano de Atividades do Estágio; II - Avaliar o desempenho do discente estagiário, em conformidade com o Plano de Atividades; III - Encaminhar à Coordenação de Estágio os Relatórios de Atividades do estagiário, semestral ou anualmente, conforme definido pelo Órgão Colegiado” (Resolução nº 16/2014, Consepe, Unifesspa, Art. 20, p.6).

O estágio supervisionado de docência é componente curricular obrigatório que, além das atividades na escola, conta com orientação dirigida e debates teóricos em sala de aula. Quanto a esse embasamento teórico, as referências trabalhadas com os alunos estagiários, dialogam com as práticas internas e externas à escola, com as relações de poderes que envolve a comunidade escolar, a relação comunidade-escola e as perspectivas que orientam a ação pedagógica dos professores em exercício. No geral, os componentes curriculares do curso de licenciatura são formatados para o embasamento geral do aluno no que diz respeito ao campo científico da disciplina curricularizada a ser ministrada no ensino médio; outros conteúdos estão dirigidos ao campo da habilidade e competência profissional docente garantindo as bases teóricas necessárias para inserção e práticas no estágio.

Em um curso de regime seriado, como é nossa Licenciatura em Ciências Sociais, cada turma conta com um supervisor que a acompanha, garantindo assim que os alunos dessas turmas tenham uma experiência contínua o mais plena o possível.

O curso conta com um Coordenador de Estágio, cujas atribuições são:

I - Propor estratégias de avaliação da política de Estágio do Curso ao respectivo Conselho; II - Auxiliar na identificação das instituições com condições satisfatórias para oferta de Estágio, em conformidade com o estabelecido no art. 12; III - Elaborar diagnóstico das situações de Estágio interno e externo do Curso; IV - Alimentar os bancos de dados mantidos e gerenciados pela Coordenação de Estágio/PROEG; V - Analisar os relatórios de atividades de Estágio obrigatório e não obrigatório; VI - Encaminhar, à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (SEPLAN), a relação dos estudantes em estágio Obrigatório, para fins de contratação do Seguro Coletivo contra acidentes pessoais. VII - Propor critérios para o aproveitamento de Estágio não obrigatório a ser apreciado pelo Conselho da Subunidade, nos casos previstos no Projeto Pedagógico do Curso; VIII - estabelecer as atividades a serem desenvolvidas no Estágio não obrigatório, em conformidade com o percurso acadêmico do estudante; IX - acompanhar e colaborar com a realização dos Planos de Atividade do estagiário; X - acompanhar o cumprimento das cláusulas do convênio” (Resolução nº 16/2014, Consepe, Unifesspa, Art. 19, p.5).

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG) conta com um departamento próprio para cuidar deste importante momento da formação profissional dos discentes. Através da Coordenação de Estágios Supervisionados todas as partes interessadas no exercício de estágio – a Faculdade e os discentes – podem encontrar orientações para lidar com os aspectos administrativo e jurídico dessa atividade. Através deste mesmo órgão, faz-se valer as tratativas da Universidade com as instituições públicas relacionadas às políticas educativas tanto em nível municipal quanto estadual.

O Curso de licenciatura em Ciências Sociais da FACSAT usufrui do Termo de Convênio entre a Unifesspa e a SEDUC (Secretaria de Estado de Educação do Estado do Pará) e a SEMED (Secretaria de Educação do Município de Marabá) que rege a relação entre Universidade, discente e Redes Públicas de Ensino e a relação de escolas municipais e estaduais conveniadas.

Outra importante questão a se destacar em relação aos estágios supervisionados é que os relatórios produzidos a partir deles podem indicar temas para a elaboração de TCCs no curso, nas diferentes modalidades indicadas no PPC e em resolução específica, relacionados às linhas de pesquisa dos docentes do curso, que discutam questões referentes às diferentes e diversas realidades de

ensino da Sociologia, da Ciência Política e da Antropologia na rede básica de ensino, constituindo em importantes instrumentos para a formação de nossos discentes como futuros professores-pesquisadores, de acordo com o perfil do egresso que propomos.

## **6 PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO**

### **6.1 Coordenação do Curso e política de gestão**

O atual coordenador do curso de Licenciatura em Ciências Sociais (2022-2024) possui graduação no Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA), mestrado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) UFPA, possui 26 anos de experiência docente no magistério superior e 12 anos de gestão.

Sua experiência em gestão se dá a partir do ingresso como professor efetivo no curso de pedagogia da faculdade de Educação na Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus de Altamira, em 2000, onde esteve por dois anos como vice-coordenador.

Em 2007, após realizar redistribuição por permuta, se desloca para o Campus de Marabá da UFPA, Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins (FACSAT) no curso de Ciências Sociais. Desde então tem experienciado um longo período de gestão nessa Faculdade, tanto na condição de Coordenador de curso, como na de diretor ou vice-diretor da FACSAT. Baseando-se no princípio da gestão democrática, busca incentivar os docentes a participar ativamente do cotidiano do curso no qual a Faculdade deve criar as condições para que isso se concretize.

No que diz respeito à gestão dos recursos humanos, o Plano de Capacitação Docente da Faculdade é uma contribuição para que isto aconteça de fato, de acordo com a realização das atividades curriculares propostas. Nessa perspectiva, são necessárias a criação e a manutenção de uma política de formação continuada de docentes e de técnico-administrativos na viabilização da qualificação de seus quadros com apoio interno e externo à Unifesspa.

Em relação ao apoio interno à Unifesspa, é fundamental que o curso acione a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG) para solicitar cursos de capacitação necessários à organização de atividades que articulem o ensino, a pesquisa e a

extensão, assim como a política de inclusão do curso. Além de solicitar ações específicas conforme as demandas dos cursos da Faculdade, os docentes também deverão atentar para o Plano de Capacitação que a Unifesspa oferece a seus servidores.

O afastamento de docentes para qualificação deverá ser discutido e aprovado pelo conselho da Faculdade, devendo-se observar o planejamento feito. Após a aprovação do afastamento do docente, a Faculdade deverá encaminhar ao Conselho do Instituto de Ciências Humanas, para que o mesmo referende o afastamento do docente.

Como parte da concepção democrática de gestão, os docentes são chamados a planejar em conjunto as atividades curriculares a serem ofertadas a cada período letivo.

O curso de Licenciatura em ciências sociais, que integra a FACSAT, possui como espaço deliberativo o Colegiado da Faculdade, onde docentes, discentes e técnicos-administrativos se reúnem regularmente para tratar e deliberar assuntos pedagógicos e administrativos do curso e da FACSAT.

O plano de ação do coordenador do curso de licenciatura em ciências sociais é atualizado a cada mudança de gestão e é disponibilizado no site da faculdade para acesso de todo o público.

## **6.2 Perfil do Corpo Docente**

O curso de A Faculdade de licenciatura em Ciências Sociais que integra a (FACSAT), onde situa-se o curso de licenciatura em Ciências Sociais conta com 10 (dez) professores efetivos. Dos dez docentes do curso de licenciatura, nove contam com titulação acadêmica de doutor, e um com a titulação de mestre. Entre as diversas especialidades temos um docente doutor em sociologia; três docentes doutores em Ciências Sociais; uma docente doutora em Ciências Sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade; um docente doutor em desenvolvimento sustentável do trópico úmido; três docentes doutores em Antropologia Social e um mestre em Educação.

Todo o corpo docente é concursado em regime de dedicação exclusiva (DE), que se efetiva no ensino, através de aulas semanais em salas de aula e preparações dos conteúdos relacionados a cada disciplina, e na realização de pesquisa, extensão e gestão universitária. Esse regime de trabalho possibilita que o atendimento integral



da demanda discente seja feito de maneira mais efetiva de acordo com a estrutura curricular do curso, onde o planejamento, correção das avaliações, integram o processo de ensino e aprendizagem.

Outrossim, o corpo docente tem se dedicado a discutir o PPC e promover oportunidades para participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Cada docente possui suas atividades registradas em Planos Individuais de Trabalho. A experiência de magistério em ensino superior do corpo docente apresenta uma média de quatorze anos e nove meses.

A seguir a relação dos docentes e suas respectivas titulações:

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luiza de Nazaré Mastop de Lima

Prof. Me. Raimundo Wanderley Correa Padilha

Prof. Dr. Andre Augusto Inoue Oda

Prof. Dr. Armando Wilson Tafner Junior

Prof. Dr. Cloves Barbosa

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Edma do Socorro Silva Moreira

Prof. Dr. Fabiano Campelo Bechelany (Cedido)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gisela Macambira Villacorta

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marilza Sales Costa

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Simone Cristina Contente Padilha

### **6.3 Trabalho Docente**

No que diz respeito a organização do trabalho, cada docente deverá, ao início de cada atividade curricular, apresentar um plano de ensino, referenciado no SIGAA, com elementos básicos para o desenvolvimento de sua atividade, tais como ementa, metodologia, bibliografia básica e complementar, critérios de avaliação, a ser discutidos e ajustados com os discentes.

Durante a semana de planejamento acadêmico deverão ser discutidas as estratégias a serem adotadas pelos docentes para a realização de interdisciplinaridade, o planejamento de atividades complementares ofertadas pelo curso, a socialização dos trabalhos realizados pelas linhas de pesquisa, assim como a relação dos mesmos com as atividades de extensão que deverão ser concretizadas conforme as políticas de pesquisa e extensão do curso.

As atividades curriculares ofertadas pelo curso de licenciatura em Ciências Sociais são planejadas pelo quadro docente da Faculdade, segundo princípio de gestão democrática e dialogada, com o planejamento das atividades realizando-se antes do início dos períodos letivos. As mudanças de maior escopo, caso surjam, serão decididas no âmbito do Núcleo Docente Estruturante (NDE) que deve prever em consonância com o calendário acadêmico dos cursos, períodos de até uma semana, reservados para que os docentes possam se reunir, discutir e planejar as atividades.

#### **6.4 Colegiado da FACSAT**

A Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins (FACSAT) congregando os cursos de Licenciatura e Bacharelado, expressa uma concepção de gestão educacional democrática, onde o colegiado constitui-se num organismo de poder desta subunidade administrativa que integra o Instituto de Ciências Humanas (ICH), unidade da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa).

O colegiado da FACSAT está devidamente institucionalizado e possui diversas competências e atribuições, entre elas, orientar e se responsabilizar pelas demandas existentes no colegiado; considerar as discussões realizadas do Núcleo Docente Estruturante (NDE); discutir o perfil do egresso e suas competências e habilidades; debater a aprovação de projetos de pesquisa, extensão; aprovar a oferta de disciplinas em cada período letivo; divulgar e participar da avaliação do curso, em consonância com o cronograma de avaliação institucional, traçando planos de ação com base nos resultados da avaliação; apreciar a aprovação das demandas originária de reuniões do colegiado superior; colocar em discussão e aprovar os gastos que serão utilizados de acordo com as demandas do curso; tomar decisões, observando as normas institucionais e a legislação em vigor; aprovar licenças e designar comissões examinadoras de concursos destinados ao provimento de vagas do corpo docente, professores substitutos e efetivos, além de manifestar-se sobre acordos, parcerias e convênios, eventos e outros.

Presidido pela Direção da FACSAT, o colegiado emite as convocatórias com a divulgação da pauta da reunião, horário e local dela. As reuniões do colegiado dos cursos ocorrem ordinariamente uma vez por mês, ou

extraordinariamente a cada vez que a direção da faculdade necessitar da decisão coletiva da comunidade acadêmica das Ciências Sociais. Excepcionalmente o presidente do colegiado, o diretor da FACSAT, também pode emitir decisões que apresentem extrema urgência na forma de um *ad referendum*, o qual precisa obrigatoriamente ser aprovado na primeira reunião ordinária que acontecer após tal decisão.

As reuniões do Colegiado são, geralmente, secretariadas pelo TAES que integra o colegiado e gravadas em meio eletrônico.

As proposições aprovadas ou rejeitadas nas reuniões do Colegiado da FACSAT serão registradas em atas de reunião, as quais são destinadas à preservação da memória das decisões coletivas dessa instância de poder presente na estrutura administrativa da universidade.

Após as reuniões, as decisões ficam a cargo da direção da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins para serem encaminhadas, do TAES lotado na FACSAT ou de outro(a) membro qualquer que integre esse colegiado, contanto que tal atribuição esteja designada na ata e a responsabilidade de efetivá-la indicada a quem de direito.

As deliberações das reuniões do colegiado, são acompanhadas, em cada item, pelos sujeitos nelas envolvidos, e quando não realizadas, são alvo de cobranças nos expedientes do diretor ou nas reuniões posteriores do colegiado pelo responsável por encaminhá-las.

As reuniões do colegiado dialogam com as pautas debatidas e indicadas pelo NDE, deliberando sobre as necessidades dos cursos que conformam o colegiado: Licenciatura e Bacharelado.

É nas reuniões do colegiado da FACSAT que também são discutidas, analisadas os resultados das avaliações institucionais, realizadas pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA).

O Colegiado da FACSAT é formado pelos seguintes professores, TAES e discente:

Prof. Dr. André Augusto Inoue Oda

Prof. Dr. Armando Wilson Tafner Junio

Prof. Dr. Cloves Barbosa

Profª Drª Edma do Socorro Silva Moreira

Prof. Dr. Fabiano Campelo Bechelany  
Profª Drª. Gisela Macambira Villacorta  
Profª Drª. Luiza de Nazaré Mastop de Lima  
Profª Drª. Marilza Sales Costa  
Prof. Me. Raimundo Wanderley Correa Padilha  
Profª Drª Simone Cristina Contente Padilha  
TAES. Rudson Resplandes Orlando  
Representante discente - matriculado no curso.

### **6.5 Núcleo Docente Estruturante - NDE**

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Licenciatura em Ciências Sociais foi instituído em 2015, por meio da Resolução Nº 070, de 26 de novembro de 2015, que dispõe sobre a estruturação e definição das funções e de carga horária para os membros dos NDEs dos cursos de graduação da Unifesspa. A composição do NDE segue conforme o disposto na referida resolução, sendo suas reuniões realizadas mensalmente e mais de uma vez ao mês em caso de necessidade.

O NDE da licenciatura em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins (FACSAT), nos termos de suas atribuições, tem desempenhado importante papel na construção da avaliação do curso de licenciatura em suas múltiplas dimensões acadêmicas e trabalha em ações permanentes de organização e acompanhamento dos processos avaliativos do Projeto Pedagógico do Curso, apontando os mecanismos de avaliação para os sujeitos partícipes do curso: docentes, técnicos e discentes, conforme estabelecido no Regulamento do Ensino de Graduação da Unifesspa.

Para as reuniões, quando necessário, são convidados membros da sociedade civil, em geral lideranças de movimentos sociais, importantes para a construção crítica e compromissada do curso na região.

Nas reuniões do Núcleo Docente Estruturante, o conjunto de docentes discute questões referentes às atividades formativas do licenciado em Ciências Sociais e avalia a implementação do Projeto Pedagógico do Curso, propondo ajustes e reformas no mesmo quando necessário. Quanto ao aspecto propriamente acadêmico, o Núcleo Docente Estruturante se reúne ao menos uma

vez por mês para planejar atividades, propor projetos coletivos e avaliar as possibilidades de aperfeiçoamento do Projeto Pedagógico do Curso.

Segundo Resolução do Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEPE), decidida no dia 23 de março de 2015, os integrantes dos NDE dispõem de 02 horas semanais de liberação de carga horária de para as reuniões que efetivam esse processo permanente de auto avaliação.

As demandas e avaliações discentes, por sua vez, repercutem nas reuniões do NDE Licenciatura pelas contribuições que a representação discente manifesta nas reuniões do colegiado da faculdade, onde suas reclamações e sugestões são acolhidas, analisadas e deliberadas, considerando que o segmento discente é parte integrante do colegiado da FACSAT, com direito a voz e voto nas decisões tomadas por essa instância de poder.

O NDE, como órgão de avaliação, elaboração e proposição, não define a política do curso de Licenciatura em ciências Sociais, pois o mesmo não se constitui em instância deliberativa, e, portanto, não possui caráter decisório sobre a política pedagógica do curso, cumprindo apenas a função de proponente de atualizações e reformas do PPC ao colegiado da FACSAT.

A coordenação do NDE de Licenciatura é uma atribuição do vice-diretor da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins (FACSAT) – Unifesspa, sobre o qual recai a responsabilidade de convocatória das reuniões e a preservação de sua memória por meio de atas, lavradas por ele mesmo.

Composição atual do NDE de Licenciatura (Portaria ICH N. 148/2022):

Coordenação: Prof. Me. Raimundo Wanderley Correa Padilha

Profª Drª. Luiza de Nazaré Mastop de Lima

Profª Drª Edma do Socorro Silva Moreira

Profª Drª Marilza Sales Costa

Profª Drª Simone Cristina Contente Padilha

## **6.6 Técnicos Administrativo em Ensino Superior (TAES)**

A FACSAT conta, desde o primeiro semestre de 2015, com um TAES (Técnico Administrativo em Ensino Superior) concursado e dedicado à organização administrativa da Faculdade junto à Direção e as Coordenações de Curso. A

faculdade conta, ainda, com o apoio, sempre que necessário, dos técnicos do Instituto de Ciências Humanas, para o encaminhamento de processos em instâncias superiores.

Quadro 4: Relação de Técnicos da FACSAT

TÉCNICO	FORMAÇÃO
Rudson Resplandes Orlando	Graduando em Engenharia de Minas e Meio Ambiente

Temos ainda, por demanda, a admissão de um segundo TAES para que possamos dar conta das diversas tarefas administrativas e acadêmicas, segmentadas entre a parte especificamente acadêmica – registro dos alunos, organização de eventos acadêmicos intra e extrassalas, organização das atividades de estágio, etc. –, e a parte dos aspectos especificamente administrativos – compromissos da FACSAT com as Pró-reitorias e outras instâncias da Administração Superior, comunicação com outras Faculdades e Institutos, registro das atividades nos sistemas eletrônicos, demanda de materiais e serviços, controle de gastos e prestação de contas, organização dos arquivos passados, etc.

Nas reuniões do Colegiado da Faculdade o TAES, possui assento com direito a voz e voto, constituindo-se dessa forma em sujeito ativo dos processos acadêmico-político-administrativos conforme registrado nas atas das reuniões, das quais a lavra são de sua competência, nessa instância administrativa da FACSAT.

## **7. SISTEMA DE AVALIAÇÃO**

### **7.1 Princípios e Concepção de Avaliação**

|A avaliação, em nosso entender, deve ser sustentada em princípios democráticos onde a participação e a dialogicidade guiam as ações e reflexões dos processos de aprendizagem, a autonomia intelectual se coloca como meta desse percurso, a solidariedade anula o princípio da concorrência entre os pares, e o trabalho coletivo supera a visão individualista de sucesso ou fracasso escolar.

A avaliação do processo de aprendizagem constitui-se como um exercício sistemático, pensado para a consolidação de habilidades e competências a ser

construído no processo educativo do curso em consonância com os objetivos gerais, específicos e o perfil profissional objetivado no discente egresso.

Nesse sentido, a avaliação a ser realizada no percurso deve ter caráter formativo, processual, diagnóstico e contínuo, por permitir as análises no que se refere ao processo de conhecimento dos sujeitos envolvidos, com vistas a repensar e reavaliar as ações pedagógicas, assim preponderando as avaliações qualitativas sobre as quantitativas, fazendo uso de metodologias diversas.

## 7.2 Avaliação Discente

Na avaliação discente observamos os resultados dos processos de aquisição das ferramentas intelectuais necessárias à produção científica no campo educacional, fugindo do limite da medição simples e aferição de uma nota ou conceito. O fim desse processo é proporcionar a reflexão intelectual dos discentes, fomentando o pensamento crítico, o debate qualificado com outros atores e, em última instância, fazer com que a construção do conhecimento científico no campo educacional se torne algo prazeroso e instigante, fixado na experiência de nossos egressos.

Nesse sentido, a avaliação não deve apenas mensurar, mas também ensinar, estimulando nos discentes, a formação de conjecturas próprias, o desejo de expressar suas reflexões, a construção textual adequada ao trabalho científico-pedagógico, e também na consolidação dos valores éticos que compõem o perfil do egresso.

A Unifesspa adota, para a avaliação discente nas disciplinas, o modelo de avaliação conceitual: Excelente, Bom, Regular e Insuficiente. Nos programas das disciplinas, pode-se usar, não obstante, um sistema de notas de 0,0 a 10,0. Nesses casos, via de regra, o registro dos conceitos finais dos discentes são inseridos na plataforma digital Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) que se dá através da seguinte tabela de referência:

Nota	Conceito
0,0 a 4,9	Insuficiente
5,0 a 6,9	Regular
7,0 a 9,0	Bom
9,0 a 10,0	Excelente

Entre os instrumentos de avaliação disciplinar, poderão ser utilizados no processo de aprendizagem atividades práticas, provas objetivas/dissertativas, seminários, produção de relatórios, análises de casos, avaliação entre pares, divulgação de trabalho científico (pôster), portfólio, visitas de campo, exercícios, trabalhos teórico-práticos aplicados individualmente ou em grupos. Para além desses recursos, os docentes da FACSAT dispõem de autonomia para formulação de avaliações que se adequam a sua prática de ensino.

O discente também é avaliado e se autoavalia no seminário anual de avaliação do curso de graduação da FACSAT, e periodicamente em avaliações nacionais do ENADE.

Os processos de avaliação da Licenciatura em Ciências Sociais são, por isso, instrumentos de vital importância no desenvolvimento das competências e habilidades, do comprometimento social e humano, requeridas pelo/a profissional que desejamos formar: ou seja, um/a professor(a) pesquisador(a) qualificado/a e comprometido/a com a equidade, a justiça social e os direitos humanos.

Nesse sentido, para os fins de avaliação discente, seguimos o quadro de Atividades Curriculares por Competências (cf. abaixo) como objetos e objetivos primários de avaliação.

Competência 1: Domínio da bibliografia teórica e metodologia básica

Competência 2: Autonomia intelectual

Competência 3: Capacidade analítica

Competência 4: Articulação entre teoria, pesquisa e prática social

Competência 5: Compromisso social

Competência 6: Competência na utilização da informática

### **7.3 Avaliação Docente**

O docente da FACSAT é avaliado formalmente ao final de cada atividade curricular em sala de aula, nesse momento são avaliadas a preparação/organização da disciplina e sua condução, num diálogo construtivo entre docentes e discentes. Além disso, o docente também participa do Seminário de Avaliação do curso, sendo avaliado pelos discentes e também fazendo sua autoavaliação.

Ao se reportar ao processo de avaliação do docente é necessário que o discente avalie a execução dos conteúdos curriculares; a metodologia de ensino; a



bibliografia utilizada bem como relacionamento professor-aluno, entre outros aspectos que possam surgir.

#### **7.4 Avaliação de Aprendizagem**

A avaliação do processo educativo tem por objetivo possibilitar o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem. Para tanto, deve estar claro para aquele que avalia que ele também é parte integrante do processo avaliativo, uma vez que foi o responsável pela mediação no processo de ensino-aprendizagem. Ao avaliar deve-se ter em mente o processo como um todo, bem como aquele a quem se está avaliando.

Compreendemos que a avaliação deve permear todas as atividades em sala de aula e fora desta, principalmente na relação professor/aluno e no tratamento dos conhecimentos trabalhados neste e fora deste espaço. Assim, a intervenção do professor ajuda a construir as mediações necessárias para a construção do conhecimento. Ao professor e discente cabe aferir o desempenho acadêmico no processo de ensino-aprendizagem quanto à apropriação de competências e habilidades no processo educativo. Ao conjunto do corpo acadêmico deve-se aferir o desempenho docente e discente previsto no Projeto Pedagógico do Curso.

Para atender ao perfil profissional que se deseja formar a avaliação discente precisa ser desenvolvida por meio de um processo que englobe não somente habilidades e competências técnicas próprias do professor pesquisador, mas também a dimensão humana e ética de sua formação e atuação. A avaliação discente no curso de licenciatura em Ciências Sociais necessita estar em consonância com o perfil profissional do docente que atuará nesta região. A relação ensino, pesquisa e extensão deverá nortear as avaliações, seja por meio de atividades escritas (elaboração de trabalhos acadêmicos como artigos científicos), orais ou audiovisuais (seminários, vídeos, exposições fotográficas, entre outras). Dessa forma, além da frequência obrigatória em 75% na carga horária das disciplinas, alguns critérios deverão ser adotados para as avaliações do processo ensino-aprendizagem durante as atividades curriculares, entre as quais se podem destacar:

- 1) Domínio Teórico: avaliar compreensão e domínio do discente acerca dos conceitos discutidos;

- 2) Relação teoria-Prática: avaliar a reflexão dos acontecimentos a partir dos conceitos das Ciências Sociais;
- 3) Atuação dos discentes da licenciatura em Ciências Sociais nos diversos espaços sociais por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- 4) Organização e divulgação das atividades desenvolvidas por meio de eventos que poderão integrar o Ensino, Pesquisa e Extensão;
- 5) Inserção dos licenciandos em Ciências Sociais no processo de construção do conhecimento, a partir dos métodos e técnicas de pesquisa, bem como da importância deste para as pessoas inseridas na dinâmica sócio-educacional de nossa região;
- 6) Adequação de linguagem aos diversos sujeitos com os quais interage para a construção do conhecimento científico educacional;
- 7) Postura ética, combate aos preconceitos na realização das atividades solicitadas.

É pertinente ressaltar que os critérios de avaliação deverão ser discutidos entre docentes e discentes conforme planejamento das atividades do curso. Serão consideradas, ainda, para a avaliação as normas vigentes no Regulamento da Graduação quanto à frequência, à segunda-chamada, à revisão de conceitos, e às avaliações substitutivas.

### **7.5 Avaliação do Projeto Pedagógico**

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais é avaliado, revisado e aprimorado na medida em que se faz necessário e oportuno. A cada final de semestre a Faculdade realizará reuniões com o corpo docente para avaliar as atividades ofertadas para o período letivo como forma de aprimorar as ações planejadas e promover a integração pedagógica e a relação entre os conteúdos ministrados.

Realizando uma reunião para avaliação e planejamento das atividades realizadas, ao final de cada semestre e momentos específicos (encontros, fóruns, seminários, entre outros) com participação de docentes, discentes, técnico-administrativos e convidados para avaliação deste projeto pedagógico, a pelo menos cada dois anos de vigência, a Faculdade de Ciências Sociais pretende refletir sobre a formação do profissional desejado, reformular competências e conteúdos, se assim se fizer necessário, enfim discutir e identificar situações favoráveis ou desfavoráveis à realização do projeto pedagógico do curso, em todas as suas dimensões e a partir

disto encaminhar novo texto aos órgãos competentes para apreciação e implementação das mudanças.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) da FACSAT, nos termos de suas atribuições, irá trabalhar em ações permanentes de organização e acompanhamento do processo de avaliação do projeto pedagógico, envolvendo os sujeitos partícipes do curso: docentes, técnicos e discentes, conforme estabelecido no Regulamento do Ensino de Graduação da Unifesspa e membros da sociedade cível, importantes para a construção crítica e compromissada do curso na região.

Nas reuniões do Núcleo Docente Estruturante, o conjunto de docentes avalia, entre outros elementos, o andamento do processo pedagógico, além de reformas no Projeto Pedagógico do Curso (cf. item abaixo).

Quanto ao aspecto propriamente acadêmico, o Núcleo Docente Estruturante se encontra periodicamente – duas vezes por mês – para avaliar as possibilidades de aperfeiçoamento do Projeto Pedagógico do Curso. Segundo Resolução do CONSEPE (decidida no dia 23 de março de 2015), os integrantes dos NDE dispõem de liberação de carga horária de 02 horas semanais para esse processo de autoavaliação.

## **7.6 Avaliação do Curso**

No processo contínuo de avaliação sobre o curso de licenciatura em ciências sociais, discutimos alguns aspectos estruturais, de atividades e finalidades da instituição e do respectivo curso, onde destacamos:

- a) Avaliação Interna da FACSAT - que consiste em uma avaliação do ensino da graduação realizada anualmente por docentes, discentes e técnico-administrativo do curso, objetivando com os resultados identificar deficiências e potencialidades no ensino-aprendizagem;
- b) Avaliação Interna da Unifesspa - que decorre de ações de avaliação do curso elaborado pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), alinhada com as metas estabelecidas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI- 2020-2024) da Unifesspa, com vista a promover o aperfeiçoamento da Universidade como um todo.
- c) Avaliação Externa a Unifesspa - estando relacionada à visita in loco, realizada para renovação de reconhecimento do curso, momento de avaliação das três dimensões que dizem respeito a adequação ao projeto proposto: a organização didático-pedagógica; o corpo docente e técnico-administrativo e as instalações

físicas. Também contempla os resultados obtidos pelos alunos do curso no ENADE e os apresentados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Tais avaliações servem para indicar o alcance dos objetivos esperados, presentes no Projeto Pedagógico de Curso de licenciatura em Ciências Sociais, possibilitando ações acadêmico-administrativas visando à melhoria continuada do curso.

Os resultados dessas avaliações institucionais e interinstitucionais nos dão subsídios para a avaliação de nosso Projeto Pedagógico e as reformas efetivadas na infraestrutura disponível que são necessárias para as atividades ordinárias do quadro docente, e que é também um item de avaliação do curso pelo MEC.

Além desses elementos que operam cotidianamente na formação do conhecimento do curso sobre si mesmo, atualmente três mecanismos – institucionais e interinstitucionais – atuam no processo de avaliação do ensino.

Entre os mecanismos externos de avaliação, dos discentes e, nesse sentido, do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, está o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Os resultados dessas avaliações institucionais e interinstitucionais nos dão subsídios para a avaliação de nosso Projeto Pedagógico e as reformas que são efetivadas.

## **8. INFRAESTRUTURA**

### **8.1 Instalações/Recursos**

A Faculdade de Ciências Sociais, onde está integrado a Licenciatura em Ciências Sociais, localiza-se na Folha 31, Quadra 7, Lote Especial - Nova Marabá, CEP: 68.507.970, Marabá/PA - no Campus I da Unifesspa.

A infraestrutura do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, proporciona um bom ambiente de trabalho, e está dividido da seguinte forma: três (3) salas de aula, nove (9) gabinetes de trabalho à disposição de todo o corpo docente, duas (2) salas para as Coordenações de curso e Diretoria e Vice diretoria da Faculdade; uma (1) sala de convívio dos Professores; uma (1) sala reservada para o trabalho de nosso(s) técnico(s) administrativo(s) em Educação e também para o atendimento ao

público; e um (1) espaço onde projetamos organizar uma sala de estudos e informática para nosso corpo discente. Possui ainda 1 biblioteca setorial. Na Unidade 1 funciona ainda o DAPSI e Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica (NAIA)

## **8.2 Instalações da coordenação: salas da direção-coordenação e secretaria**

Nos altos do prédio da biblioteca do campus 1, existem diversas salas administrativas, com a da direção do ICH, a Secretaria do ICH, as salas da Direção da Faculdade de Educação, da Faculdade de Geografia e a da Faculdade de Ciências Sociais. A Sala da FACSAT está dividida em dois ambientes isolados, onde funciona uma secretaria para o atendimento ao público, e o gabinete destinado à Direção e Vice direção da FACSAT. A diretora da FACSAT é ao mesmo tempo Coordenadora do Bacharelado em Ciências Sociais, e o Vice-diretor da licenciatura em Ciências Sociais, conforme resolução da Unifesspa.

A sala da direção-coordenação possui os mobiliários necessários ao bom atendimento das necessidades da FACSAT, com computador conectado à internet, móveis e utensílios, possuindo ótima iluminação, acessibilidade e comodidade para o atendimento personalizado de professores e alunos. Todos os dias pela manhã, antes do início do expediente normal de trabalho, a sala é limpa e preparada para receber o público.

O mobiliário da sala da Direção-coordenação é constituído de 1 impressora, 1 computadores de mesa, 1 mesa de escritório com gavetas à chave, 1 escrivaninha, 3 cadeiras, um gaveteiro pra material de expediente, 1 um sofá e 1 frigobar. A sala da secretaria da FACSAT, onde labora o TAES, possui 1 bebedouro, 1 ar condicionado, 1 impressora, 1 computador de mesa, 4 armários, 1 mesa de escritório com gavetas à chave, 3 cadeiras e 1 telefone com ramal da Unifesspa.

Além disso, a Coordenadora de Bacharelado e o vice coordenador da Licenciatura em Ciências Sociais e o corpo docente e discente contam com um bom sistema de controle acadêmico online, utilizado para consulta e imprimir notas, históricos, planos de ensino, acessar a biblioteca virtual e solicitar serviços e documentos à secretaria acadêmica, acessado a página <https://crca.unifesspa.edu.br/>.

### **8.3 Sala de aula**

O curso de Licenciatura em Ciências Sociais ocupa rotineiramente três (3) salas de aulas, a sala 4, 5 e 10. Cada sala com aproximadamente 46 cadeiras, incluindo 1 cadeira para cadeirantes, 1 para pessoas canhotas e 1 para pessoas com obesidade mórbida. As salas possuem ainda 1 lixeira, 2 ar-condicionados, quadro branco, mesa, cadeira, cada. As salas 4 e 5, possuem suporte e datashow instalado no teto para uso ordinário dos professores; na sala 10, para o uso de datashow, o professor deve agendar na secretaria. Os banheiros utilizados pelos discentes/docentes e visitantes, 10 ao todo, estão localizados em pontos estratégicos no campus 1 com a devida acessibilidade.

### **8.4 Sala para a reunião dos docentes**

O curso de Licenciatura em ciências Sociais possui 1 sala própria de reunião dos docentes, que fica em dependência próxima aos gabinetes dos professores e comporta 1 mesa, 6 cadeiras, 1 quadro de avisos, 1 sofá, 1 bebedouro. Além desta sala, existe a sala de reunião do ICH, a qual pode ser utilizada pela FACSAT com agendamento.

### **8.5 Gabinete de trabalho dos docentes**

O curso de Licenciatura em ciências sociais dispõe de nove (9) gabinetes de trabalho docentes, seis em uma sala e três em outra, para atender ao leque de atividades docentes que acontecem no espaço acadêmico, incluindo-se aqui orientações, preparação de aula, pesquisa e produção científica, empréstimo do espaço para bolsistas dos docentes, etc.

Os gabinetes de trabalho dos docentes estão localizados em duas salas no prédio da Unifesspa campus I:

- 1) 6 gabinetes, com 4 armários, 6 mesas, 17 cadeiras, 2 estantes, 5 computadores e 2 ar condicionado, na sala 14.
- 2) No pavilhão de Ciências Sociais, onde ficam as salas de aula 4 e 5. Possui 3 gabinetes, com 3 mesas, 7 cadeiras, 1 lixeira, 1 ar condicionado, 1 armário, na sala de Gabinetes.

Os gabinetes são destinados a professores em regime de trabalho em Dedicção Exclusiva (DE). Cada gabinete apresenta dimensões ajustáveis às necessidades docentes, equipados com computadores pessoais conectados à

internet, móveis e utensílios, contando com limpeza nos horários de expediente normais de trabalho, com uma boa iluminação, acessibilidade, ventilação e comodidade.

### **8.6 Laboratório de Informática**

Laboratório de informática coletivo que atende todos os discentes do Instituto de Ciências Humanas/ICH/campus I, mediante agendamento, e também o LAPEX, laboratório da FACSAT, que auxilia os(as) professores(as), nesse processo.

### **8.7 LAPEX - Laboratório de ensino, pesquisa e extensão**

Um Laboratório de ensino, pesquisa e extensão - LAPEX com três ambientes, sendo um de acervo, uma sala com computadores para uso da comunidade da Faculdade e outra sala para reuniões. Edificação que fica em frente às Salas 04 e 05 da Unidade I do Campus Marabá, onde pretendemos contar com 6 computadores “all-in-one”, mesas de estudos e bolsistas encarregados de administrar os equipamentos para uso didático nas aulas e para as pesquisas individuais dos discentes. Todos esses espaços têm como finalidade precípua o desenvolvimento de atividades acadêmicas e administrativas da Licenciatura em Ciências Sociais.

O LAPEX (Laboratório de ensino, pesquisa e extensão) funciona sob a Coordenação de uma docente do quadro da FACSAT e com a colaboração de 4 bolsistas alocados por meio editais de monitorias em laboratório e por projetos de ensino.

Os bolsistas realizam as seguintes atividades no LAPEX:

- a) digitalização e catalogação do material acumulado, organização do Banco de dados e disponibilização deste na internet;
- b) auxílio no trabalho administrativo das diferentes instâncias do curso de Licenciatura em Ciências Sociais tendo por alvo as comunidades/instituições vinculadas às atividades do LAPEX.

### **8.8 Biblioteca**

A Biblioteca Setorial Josineide da Silva Tavares (BSJST), está localizada na Unidade I do Campus Marabá e integra o Sistema de Bibliotecas da Unifesspa

(SIBI/UNIFESSPA), que é composto por sete bibliotecas setoriais. Destas, três estão localizadas no Campus Marabá (Unidade I, II e III). As bibliotecas são distribuídas por Unidade, com o acervo direcionado aos cursos que ali funcionam, facilitando, portanto, o atendimento aos alunos dessas Unidades. O SIBI/UNIFESSPA, é coordenado tecnicamente pelo Centro de Biblioteca Universitária (CBIU).

A Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará possui contrato vigente com a biblioteca virtual “Minha Biblioteca”, com a finalidade de complementar as bibliografias dos cursos. A biblioteca virtual oferece aproximadamente 12 mil títulos acadêmicos, disponíveis para acesso simultâneo, integral e ilimitado.

As bibliografias básica e complementar são complementadas pelos títulos existentes na biblioteca virtual, além dos periódicos de acesso gratuito do Portal de Periódicos da CAPES, ampliando, portanto, o acesso as fontes de informações científicas nacionais e internacionais contribuindo para a pesquisa, o ensino e a extensão.

A biblioteca possui entrada com vão acessível e identificação em Braille na porta. Disponibiliza a toda comunidade 10 computadores com acesso à internet, sendo que, todos possuem os programas de acessibilidade DOVOX (sintetizador de voz) e NVDA (leitor de tela). São disponibilizadas, ainda, duas mesas reguláveis que pode ser usada tanto por pessoas usuárias de cadeira de rodas, quanto por pessoas com nanismo. As identificações nas estantes estão em fonte verdana no tamanho 32 para melhor visualização das pessoas com baixa visão e em Braille para pessoas cegas. Ainda em relação à acessibilidade, a distância entre as estantes é de 92 cm em atendimento a NBR 9050/2020, que recomenda uma distância mínima de 90 cm entre estantes.

A Biblioteca oferece:

- novas aquisições incorporadas ao acervo;
- aviso automático de vencimento de material emprestado;
- aviso automático para retirada do material reservado;
- exposição de novas aquisições no salão de estudo;
- divulgação nas redes sociais e em murais externos de cursos,

eventos e informes em gela;

- emissão de nada consta;
- Visita orientada;
- perguntas frequentes;



- guia de trabalhos acadêmicos;
- cabines de estudos individuais;
- mesas para estudo em grupo;
- mesas para pessoa com deficiência

A biblioteca funciona de segunda a sexta-feira no horário das 8h às 19h ininterruptamente.

## 9. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, José Mariano de. **A educação superior no Brasil**. São Paulo: Humus, 2006.
- BRASIL. FUNAI. **Dados demográficos das populações indígenas**. Coordenação Regional da Funai do Baixo Tocantins. 2016
- BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: < <http://indigenas.ibge.gov.br> > Acesso: setembro de 2016.
- Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no campo - Brasil, 2013. Coord.: Canuto, C.R. S. L. et al. CPT Nacional, 2013
- EMMI, Maria Emília. **A Oligarquia do Tocantins**. Belém: Paka-Tatú, 1999.
- FCP - Fundação Cultural Palmares. Portaria 98/2007. Disponível em < <http://www.palmares.gov.br> > Acesso em maio de 2015
- HEBETTE, Jean. **Cruzando fronteiras: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vol. I, II, III, e, IV. Belém: Universitária, 1996.
- HALL, A. L. **Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás**. Trad.: Jungmann, R. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- PALHANO, Antônio José Ribas. **Apontamentos educacionais**. São Paulo: Cidade Express, 2007.
- PNCSA. Boletim “O direito de dizer Não à Hidrelétrica de Marabá”. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Belém. 2010.
- Projeto Político Pedagógico. Marabá. IFPA rural. 2012

## 10. ANEXOS

### Anexo I: Atas de aprovação do PPC



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (ICH)  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA-TOCANTINS (FACSAT)  
Folha 31, Quadra 7, Lote Especial, s/n. Marabá – Pará CEP: 68507-590.  
Telefone: (94) 2101.7106 – Fax: (94) 2101.7106

1  
2  
3  
4  
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO NÚCLEO  
DOCENTE ESTRUTURANTE DA FACULDADE DE  
CIÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA – TOCANTINS  
DO QUINZE DE MARÇO DE 2017.

5 Aos quinze de março de dois mil e dezessete, na sala dos professores da FACSAT, a partir das  
6 09:30 horas, teve início a reunião ordinária do Núcleo Docente Estruturante da Faculdade de  
7 Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins, com a presença dos (as) docentes, Joseline Simone  
8 Barreto Trindade, diretora da Faculdade, André Augusto Inoue Oda, vice-diretor da Faculdade,  
9 Marilza Sales Costa, Célia Regina Congílio, Clóves Barbosa, Edma Silva Moreira, Raimundo  
10 Wanderley Correa Padilha e o secretário acadêmico da Faculdade, Rudson Resplandes Orlando.  
11 Estava ausente a professora Gisela Macambira Villacorta. A reunião tratou dos seguintes pontos  
12 de pauta: 1) Informes do PPC. 2) Aprovação do PPC do curso de Ciências Sociais Licenciatura  
13 2014 -2015 e Licenciatura 2017. Primeiramente, a profa. Joseline iniciou a reunião,  
14 apresentando os pontos de pauta. Em seguida, deu início ao primeiro ponto de pauta. Não  
15 houve informes. No segundo ponto de pauta, foi apresentado os PPC, e informado que circulou  
16 o PPC entre os docentes, para que dessem suas devidas contribuições, e assim poder concluir a  
17 versão final do projeto. Dado continuidade, o PPC de Licenciatura 2014-2015 foi aprovado pelo  
18 Núcleo Docente Estruturante da faculdade. Posteriormente, foi discutido acerca do PPC  
19 Licenciatura 2017, então a profa. Marilza solicitou a inclusão da sua linha de pesquisa no item  
20 inclusão social e políticas afirmativas do PPC, e foi acatada a inclusão, e procedido a alteração  
21 no devido texto. Em seguida o prof. Clóves propôs incluir a disciplina Fundamento Filosóficos da  
22 Educação, então, foi aprovado pelo NDE a inclusão da disciplina e procedida a mudança no PPC.  
23 Após esclarecimentos, o PPC de Licenciatura 2017 foi apreciado e aprovado pelo Núcleo Docente  
24 Estruturante da faculdade. Posteriormente, foi solicitado pela faculdade a todos os professores  
25 os documentos de cada um, currículo Lattes comprovados e diplomas. Nada mais, havendo a  
26 tratar, a reunião foi encerrada, e eu, Rudson Resplandes Orlando, lavrei esta ata que está  
27 assinada por todos os presentes.

28 Marabá, 15 março de 2017.

29 Clóves Barbosa Clóves Barbosa  
30 Marilza Sales Costa Marilza Sales Costa  
31 Célia Regina Congílio Célia Regina Congílio  
32 Joseline Simone Barreto Trindade Joseline Simone Barreto Trindade  
33 Raimundo Wanderley Correa Padilha Raimundo Wanderley Correa Padilha  
34 Rudson Resplandes Orlando (Técnico) Rudson Resplandes Orlando  
35 André Augusto Inoue Oda André Augusto Inoue Oda  
36 Edma do Socorro Silva Moreira Edma do Socorro Silva Moreira



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (ICH)  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA-TOCANTINS (FACSAT)  
Folha 31, Quadra 7, Lote Especial, s/n. Marabá – Pará CEP: 68507-590.  
Telefone: (94) 2101.7106 – Fax: (94) 2101.7106

1  
2  
3  
4

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO  
DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO  
ARAGUAIA – TOCANTINS DO QUINZE DE  
MARÇO DE 2017.

5 Aos quinze de março de dois mil e dezessete, na sala dos professores da FACSAT, a partir das  
6 10:00 horas, teve início a reunião ordinária do Conselho da Faculdade de Ciências Sociais do  
7 Araguaia-Tocantins, com a presença dos (as) docentes, Joseline Simone Barreto Trindade,  
8 diretora da Faculdade, André Augusto Inoue Oda, vice-diretor da Faculdade, Marilza Sales Costa,  
9 Célia Regina Congílio, Clóves Barbosa, Edma Silva Moreira, Raimundo Wanderley Correa Padilha  
10 e o secretário acadêmico da Faculdade, Rudson Resplandes Orlando. Estava ausente a  
11 professora Gisela Macambira Villacorta. A reunião tratou do seguinte ponto de pauta único: 1)  
12 Aprovação do PPC do curso de Ciências Sociais Licenciatura 2014 -2015 e Licenciatura 2017.  
13 Primeiramente, a profa. Joseline iniciou a reunião, apresentando o ponto de pauta. Em seguida,  
14 deu início ao primeiro ponto de pauta. Foi apresentado os PPC, e informado que circulou o PPC  
15 entre os docentes, para que dessem suas devidas contribuições, e assim poder concluir a versão  
16 final do projeto. Dado continuidade, o PPC de Licenciatura 2014-2015 foi aprovado pelo  
17 conselho da faculdade. Posteriormente, foi discutido acerca do PPC Licenciatura 2017, após  
18 esclarecimentos, o PPC foi apreciado e aprovado pelo conselho da faculdade. Nada mais,  
19 havendo a tratar, a reunião foi encerrada, e eu, Rudson Resplandes Orlando, lavrei esta ata que  
20 está assinada por todos os presentes.

21

Marabá, 15 março de 2017.

22

Clóves Barbosa

23

Marilza Sales Costa

24

Célia Regina Congílio

25

Joseline Simone Barreto Trindade

26

Raimundo Wanderley Correa Padilha

27

Rudson Resplandes Orlando (Técnico)

28

André Augusto Inoue Oda

29

Edma do Socorro Silva Moreira

## Anexo II: Desenho Curricular

Eixo de Formação Específica	Teoria Sociológica I	68
	Teoria Sociológica II	68
	Teoria Sociológica III	68
	Teoria Sociológica IV	68
	Teoria Antropológica I	68
	Teoria Antropológica II	68
	Teoria Antropológica III	68
	Teoria Antropológica IV	68
	Teoria Política I	68
	Teoria Política II	68
	Teoria Política III	68
	Teoria Política IV	68
	Epistemologia das Ciências Sociais I	68
	Epistemologia das Ciências Sociais II	68
	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais I	68
	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II	68
	Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais I	68
	Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais II	68
	Fundamentos Filosóficos da Educação	68

Eixo de formação complementar	Leitura e produção textual nas Ciências Sociais	68
	Didática	68
	Política educacional	68
	Formação histórica do mundo contemporâneo	68
	Formação social, econômica e política do Brasil	68
	Formação social, econômica e política da Amazônia	68
	Etnologia indígena	68
	Relações étnico-raciais	68
	Sociologia da educação	68
	Antropologia da educação	68
	Corpo, gênero e sexualidade: teorias e métodos	68
	LIBRAS	68

Eixo formação	[Formação livre I] (*)	68
	[Formação livre II] (*)	68
	[Formação livre III] (*)	68
	[Formação livre IV] (*)	68

Estágios	Estágio Supervisionado de Docência I	100
	Estágio Supervisionado de Docência II	100
	Estágio Supervisionado de Docência III	100
	Estágio Supervisionado de Docência IV	100

Sub-total disciplinas (*)	2780
Atividades complementares (*)	200
Trabalho de Conclusão de Curso	520
<b>Total Carga horária</b>	<b>3500</b>

Disciplinas da Formação Livre Optativas	Religião e Sociedade	68
	Teoria e Pesquisa sobre Violência	68
	Estudos de Povos Indígenas	68
	Questões urbanas: Teorias e Métodos	68
	Instituições Políticas Brasileiras	68
	Sistemas Partidários e Eleitorais no Brasil	68
	Pensamento Social Brasileiro	68
	Tópicos Temáticos em Antropologia	68
	Sociedade, Natureza e Educação Ambiental	68
	Conflitos Sociais: Terra e Território	68
	Tecnologia, trabalho e sociedade	68
	Estado, movimentos sociais e políticas públicas	68

(\*) O curso de Licenciatura em Ciências Sociais, como salientado no capítulo sobre nossa organização curricular, obedece à estruturação por Eixos de Formação (Específica, Complementar e Livre) recomendada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação, e detalhada no Parecer nº 492/2001, CNE/CP/MEC. A estruturação do curso nesses moldes não entra em conflito com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial (Resolução nº 2/2015, CNE/CP/MEC). Devemos constatar que os conteúdos pedagógicos trabalhados nas disciplinas obrigatórias e optativas orientam-se diretamente ao fortalecimento dos conhecimentos necessários

para a prática de ensino em Ciências Sociais. Nessas disciplinas, portanto, estão abrangidos os conteúdos preconizados no Núcleo de formação geral (Art. 12, Inciso I da Resolução supracitada) e no Núcleo de aprofundamento e diversificação de conteúdos (Art. 12, Inciso II desta Resolução). Deve-se também levar em conta que, na carga horária prática total nas disciplinas do curso, que somam 544 horas, está contido nosso comprometimento com a formação de educadores, atendendo ao disposto no Inciso I, do Art. 13 desta Resolução. Algo reforçado pela exigência de que os formandos da Licenciatura em Ciências Sociais elaborem de um plano de aula com base nos achados de pesquisa e concretizem-no na forma de apresentação didática no momento da Defesa Pública do TCC. Do mesmo modo, a exigência de 200 horas de "atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes" (DCN para a formação inicial em nível superior, Resolução nº 2/2015, CNE/CP/MEC) é cumprida tanto pela oferta de disciplinas do Eixo de Formação Livre (disciplinas optativas) quanto pela exigência de 200 horas de Atividades Complementares.

**Anexo III: Contabilidade Acadêmica I (por período letivo)**

Unidade responsável pela oferta		Atividades curriculares	Carga horária				
			Total do período letivo (em horas)	Semanal			
				Teórica	Prática	Extensão	Total (horas)
FACSAT	1º semestre	Teoria Sociológica I	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Antropológica I	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Política I	68	4	0	0	4
FACSAT		Epistemologia das Ciências Sociais I	68	4	0	0	4
FACSAT		Leitura e produção textual nas Ciências Sociais	68	0	4	0	4
FACSAT	2º semestre	Teoria Sociológica II	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Antropológica II	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Política II	68	4	0	0	4
FACSAT		Epistemologia das Ciências Sociais II	68	4	0	0	4
FACED		Didática	68	2	1	1	4
FACSAT	3º semestre	Teoria Sociológica III	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Antropológica III	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Política III	68	4	0	0	4
FACSAT		Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais I	68	2	2	0	4
FACSAT		Fundamentos Filosóficos da Educação	68	4	0	0	4
FACSAT	4º semestre	Teoria Sociológica IV	68	4	0	0	4



FACSAT		Teoria Antropológica IV	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Política IV	68	4	0	0	4
FACSAT		Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II	68	2	2	0	4
FACSAT		Formação histórica do mundo contemporâneo	68	3	1	0	4
FACSAT	5º semestre	Formação social, econômica e política do Brasil	68	3	1	0	4
FACSAT		Formação social, econômica e política da Amazônia	68	3	1	0	4
FACSAT		Estágio Supervisionado de Docência I	100	0	0	6	6
FACSAT		Etnologia indígena	68	2	2	0	4
FACSAT		Relações étnico-raciais	68	2	1	1	4
FACSAT	6º semestre	[Formação Livre I] (*)	68	2	1	1	4
FACSAT		[Formação Livre II] (*)	68	2	1	1	4
FACSAT		Estágio Supervisionado de Docência II	100	0	0	6	6
FACSAT		Sociologia da educação	68	2	1	1	4
FACSAT		Antropologia da educação	68	2	1	1	4
FACSAT	7º semestre	[Formação Livre III] (*)	68	2	1	1	4
FACSAT		[Formação Livre IV] (*)	68	2	1	1	4
FACSAT		Estágio Supervisionado de Docência III	100	0	0	6	6
FACSAT		Corpo, gênero e sexualidade: teorias e métodos	68	2	1	1	4
FACSAT		Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais I	68	0	4	0	4

FACSAT	8º semestre	Estágio Supervisionado de Docência IV	100	0	0	6	
FACSAT		Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais II	68	0	4	0	
FACSAT		Trabalho de Conclusão de Curso I (*)	226				
FACSAT FACED		Política Educacional	68	1	2	1	4
FACED	9º semestre	LIBRAS	68	2	0	2	4
FACSAT		Trabalho de Conclusão de Curso II (*)	294				

Carga horária teórica (disciplinas, sem TCC)	1632
Carga horária prática (disciplinas, sem TCC) (*)	544
Carga horária extensão (disciplinas, sem TCC)	604

Atividades complementares (*)	200
Total de horas	3500

(\*) O curso de Licenciatura em Ciências Sociais, como salientado no capítulo sobre nossa organização curricular, obedece à estruturação por Eixos de Formação (Específica, Complementar e Livre) recomendada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação, e detalhada no Parecer nº 492/2001, CNE/CP/MEC. A estruturação do curso nesses moldes não entra em conflito com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial (Resolução nº 2/2015, CNE/CP/MEC). Devemos constatar que os conteúdos pedagógicos trabalhados nas disciplinas obrigatórias e optativas orientam-se diretamente ao fortalecimento dos conhecimentos necessários para a prática de ensino em Ciências Sociais. Nessas disciplinas, portanto, estão abrangidos os conteúdos preconizados no Núcleo de formação geral (Art. 12, Inciso I da Resolução supracitada) e no Núcleo de aprofundamento e diversificação de conteúdos (Art. 12, Inciso II desta Resolução). Deve-se também levar em conta que, na carga horária prática total nas disciplinas do curso, que somam 544 horas, está contido nosso comprometimento com a formação de educadores, atendendo ao disposto no Inciso I, do Art. 13 desta Resolução. Algo reforçado pela exigência de que os formandos da Licenciatura em Ciências Sociais elaborem de um plano de aula com base nos achados de pesquisa e concretizem-no

na forma de apresentação didática no momento da Defesa Pública do TCC. Do mesmo modo, a exigência de 200 horas de "atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes" (DCN para a formação inicial em nível superior, Resolução nº 2/2015, CNE/CP/MEC) é cumprida tanto pela oferta de disciplinas do Eixo de Formação Livre (disciplinas optativas) quanto pela exigência de 200 horas de Atividades Complementares.

#### Anexo IV: Contabilidade Acadêmica II (por Eixos de Formação)

Unidade responsável pela oferta		Atividades curriculares	Carga horária				
			Total do período letivo (em horas)	Semanal (horas)			
				Teórica	Prática	Extensão	Total
FACSAT	Eixo de Formação	Teoria Sociológica I	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Sociológica II	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Sociológica III	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Sociológica IV	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Antropológica I	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Antropológica II	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Antropológica III	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Antropológica IV	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Política I	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Política II	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Política III	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Política IV	68	4	0	0	4
FACSAT		Epistemologia das Ciências Sociais I	68	4	0	0	4
FACSAT		Epistemologia das Ciências Sociais II	68	4	0	0	4
FACSAT		Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais I	68	2	2	0	4

FACSAT		Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II	68	2	2	0	4
FACSAT		Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais I	68	0	4	0	4
FACSAT		Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais II	68	0	4	0	4
FACSAT		Fundamentos Filosóficos da Educação	68	4	0	0	4

ICH	Eixo formaça complemen	Leitura e produção textual nas Ciências Sociais	68	0	4	0	4
ICH		Didática	68	2	1	1	4
ICH		Formação histórica do mundo contemporâneo	68	3	1	0	4
ICH		Formação social, econômica e política do Brasil	68	3	1	0	4
ICH		Formação social, econômica e política da Amazônia	68	3	1	0	4
FACSAT		Etnologia indígena	68	2	2	0	4
ICH		Relações étnico-raciais	68	2	1	1	4
ICH		Sociologia da educação	68	2	1	1	4
ICH		Antropologia da educação	68	2	1	1	4
ICH		Corpo, gênero e sexualidade: teorias e métodos	68	2	1	1	4
Unifesspa		LIBRAS	68	2	0	2	4
FACSAT- FACED		Política educacional	68	1	2	1	4

ICH	Eixo formação	[Formação livre I] (*)	68	2	1	1	4
ICH		[Formação livre II] (*)	68	2	1	1	4
ICH		[Formação livre III] (*)	68	2	1	1	4
ICH		[Formação livre IV] (*)	68	2	1	1	4

ICH		Estágio Supervisionado de Docência I	100	0	0	6	6
ICH		Estágio Supervisionado de Docência II	100	0	0	6	6

ICH	Estácio	Estágio Supervisionado de Docência III	100	0	0	6	6
ICH		Estágio Supervisionado de Docência IV	100	0	0	6	6

Carga horária teórica (disciplinas)	1632
Carga horária prática (disciplinas) (*)	544
Carga horária extensão (disciplinas)	604
Sub-total disciplinas	2780
Atividades complementares (*)	200
Trabalho de Conclusão de Curso (*)	520
<b>Total Carga horária</b>	<b>3500</b>

(\*)O curso de Licenciatura em Ciências Sociais, como salientado no capítulo sobre nossa organização curricular, obedece à estruturação por Eixos de Formação (Específica, Complementar e Livre) recomendada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação, e detalhada no Parecer nº 492/2001, CNE/CP/MEC. A estruturação do curso nesses moldes não entra em conflito com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial (Resolução nº 2/2015, CNE/CP/MEC). Devemos constatar que os conteúdos pedagógicos trabalhados nas disciplinas obrigatórias e optativas orientam-se diretamente ao fortalecimento dos conhecimentos necessários para a prática de ensino em Ciências Sociais. Nessas disciplinas, portanto, estão abrangidos os conteúdos preconizados no Núcleo de formação geral (Art. 12, Inciso I da Resolução supracitada) e no Núcleo de aprofundamento e diversificação de conteúdos (Art. 12, Inciso II desta Resolução). Deve-se também levar em conta que, na carga horária prática total nas disciplinas do curso, que somam 544 horas, está contido nosso comprometimento com a formação de educadores, atendendo ao disposto no Inciso I, do Art. 13 desta Resolução. Algo reforçado pela exigência de que os formandos da Licenciatura em Ciências Sociais elaborem de um plano de aula com base nos achados de pesquisa e concretizem-no na forma de apresentação didática no momento da Defesa Pública do TCC. Do mesmo modo, a exigência de 200 horas de "atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes" (DCN para a formação inicial em nível superior, Resolução nº 2/2015, CNE/CP/MEC) é cumprida tanto pela oferta de disciplinas do Eixo de Formação Livre (disciplinas optativas) quanto pela exigência de 200 horas de Atividades Complementares.

### Anexo V: Atividades curriculares por período letivo

Períodos	Disciplinas	Carga Horária
	Teoria Sociológica I	68
	Teoria Antropológica I	68
	Teoria Política I	68
	Epistemologia das Ciências Sociais I	68
	Leitura e produção textual nas Ciências Sociais	68
	Subtotal	340
	Teoria Sociológica II	68
	Teoria Antropológica II	68
	Teoria Política II	68
	Epistemologia das Ciências Sociais II	68
	Didática	68
	Subtotal	340
	Teoria Sociológica III	68
	Teoria Antropológica III	68
	Teoria Política III	68
	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais I	68
	Fundamentos Filosóficos da Educação	68
	Subtotal	340
	Teoria Sociológica IV	68
	Teoria Antropológica IV	68
	Teoria Política IV	68
	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II	68
	Formação histórica do mundo contemporâneo	68
	Subtotal	340
	Formação social, econômica e política do Brasil	68
	Formação social, econômica e política da Amazônia	68
	Estágio Supervisionado de Docência I	100
	Etnologia indígena	68
	Relações étnico-raciais	68

	Subtotal	372
c	[Formação Livre I]	68
	[Formação Livre II]	68
	Estágio Supervisionado de Docência II	100
	Sociologia da educação	68
	Antropologia da educação	68
	Subtotal	372
c	[Formação Livre III]	68
	[Formação Livre IV]	68
	Estágio Supervisionado de Docência III	100
	Corpo, gênero e sexualidade: teorias e métodos	68
	Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais I	68
	Subtotal	372
c	Estágio Supervisionado de Docência IV	100
	Política educacional	68
	Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais II	68
	Subtotal	168
o <sup>o</sup> cometr	LIBRAS	68
	Subtotal	68
	Sub-total de disciplinas	2780
	Atividades complementares	200
	Espaço sem atividades em sala de aula, reservado para elaboração do TCC	520

Total de horas	3500
----------------	------

### **Disciplinas da Formação Livre**

Religião e Sociedade	68h
Teoria e Pesquisa sobre Violência	68h
Estudos de Povos Indígenas	68h
Questões urbanas: Teorias e Métodos	68h
Instituições Políticas Brasileiras	68h
Sistemas Partidários e Eleitorais no Brasil	68h
Pensamento Social Brasileiro	68h
Tópicos Temáticos em Antropologia	68h
Sociedade, Natureza e Educação Ambiental	68h
Conflitos Sociais: Terra e Território	68h
Tecnologia, trabalho e sociedade	68h
Estado, movimentos sociais e políticas públicas	68h

### **Formação Livre Ofertadas por outras Faculdades**

Formação Territorial do Sul e Sudeste do Pará	FGEO	68
Desenvolvimento Sustentável	FAECON	60
Economia Política Afro-Brasileira	FAECON	60h
África Colonial e Pós-Colonial	FAHIST	34h
História e Cultura Afro-Brasileira	FAHIST	68h
História do Sul e Sudeste do Pará	FAHIST	34h
História Indígena e Indigenismo na Amazônia	FAHIST	68h
Ações Afirmativas e Educação	FAHIST	34h
História, Cidade e Políticas Públicas	FAHIST	34h
Direitos Humanos, Diversidade, Cidadania e Educação	FACED	60h
Vivência e Educação Especial na Perspectiva Inclusiva	FACED	60h
Psicologia da educação	FACED	68h



## Anexo VI: Atividades curriculares por competências e habilidades trabalhadas

Competência 1: Domínio da bibliografia teórica e metodologia básica

Competência 2: Autonomia intelectual

Competência 3: Capacidade analítica

Competência 4: Articulação entre teoria, pesquisa e prática social

Competência 5: Compromisso social

Competência 6: Competência na utilização da informática

Competência 7: Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio

Competência 8: Domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transposição do conhecimento para os diferentes níveis de ensino

Disciplina	Competências e habilidades trabalhadas
Teoria Sociológica I	01, 02, 03, 07
Teoria Sociológica II	01, 02, 03, 07
Teoria Sociológica III	01, 02, 03, 07
Teoria Sociológica IV	01, 02, 03, 07
Teoria Antropológica I	01, 02, 03, 07
Teoria Antropológica II	01, 02, 03, 07
Teoria Antropológica III	01, 02, 03, 07
Teoria Antropológica IV	01, 02, 03, 07
Teoria Política I	01, 02, 03, 07
Teoria Política II	01, 02, 03, 07
Teoria Política III	01, 02, 03, 07
Teoria Política IV	01, 02, 03, 07
Epistemologia das Ciências Sociais I	01, 02, 03, 07
Epistemologia das Ciências Sociais II	01, 02, 03, 07
Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais I	01, 02, 03, 04, 06
Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II	01, 02, 03, 04, 06
Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais I	01, 02, 03, 04, 06
Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais II	01, 02, 03, 04, 06
Fundamentos Filosóficos da Educação	01, 02, 03, 07
Leitura e produção textual nas Ciências Sociais	02, 03

Didática	04, 05, 06, 08
Política educacional	04, 05, 08
Formação histórica do mundo contemporâneo	01, 02, 03, 05, 07
Formação social, econômica e política do Brasil	01, 02, 03, 05, 07
Formação social, econômica e política da Amazônia	01, 02, 03, 05, 07
Etnologia indígena	01, 02, 03, 04, 05, 07
Relações étnico-raciais	01, 02, 03, 05, 07
Sociologia da educação	01, 02, 03, 04, 05
Antropologia da educação	01, 02, 03, 04, 05
Corpo, gênero e sexualidade: teorias e métodos	01, 02, 03, 04, 05, 07
LIBRAS	04, 05, 08
Religião e Sociedade	01, 02, 03, 04, 05, 07
Teoria e Pesquisa sobre Violência	01, 02, 03, 04, 05, 07
Estudos de Povos Indígenas	01, 02, 03, 04, 05, 07
Questões urbanas: Teorias e Métodos	01, 02, 03, 04, 05, 07
Instituições Políticas Brasileiras	01, 02, 03, 04, 05, 07
Sistemas Partidários e Eleitorais no Brasil	01, 02, 03, 04, 05, 07
Pensamento Social Brasileiro	01, 02, 03, 04, 05, 07
Tópicos Temáticos em Antropologia	01, 02, 03, 04, 05, 07
Sociedade, Natureza e Educação Ambiental	01, 02, 03, 04, 05, 07
Conflitos Sociais: Terra e Território	01, 02, 03, 04, 05, 07
Tecnologia, trabalho e sociedade	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07
Estado, movimentos sociais e políticas públicas	01, 02, 03, 04, 05, 07
Estágio supervisionado de docência I	01, 02, 03, 04, 05, 07, 08
Estágio supervisionado de docência II	01, 02, 03, 04, 05, 07, 08
Estágio supervisionado de docência III	01, 02, 03, 04, 05, 07, 08
Estágio supervisionado de docência IV	01, 02, 03, 04, 05, 07, 08

## Anexo VII: Tabela de equivalências referente ao antigo PPC de Licenciatura e Bacharelado (abrange as turmas 2013 e anteriores)

LICENC. + BACH - Turma 2013 pra trás	Lic. 2014-2015	Novo Bacharelado	Nova Licenciatura
Leitura e Produção Textual	ok.	Leitura e produção textual em Ciências Sociais	Leitura e produção textual em Ciências Sociais
Fundamentos do Conhecimento Científico	ok.	Epistemologia das Ciências Sociais I	Epistemologia das Ciências Sociais I
Fundamentos das Ciências Sociais	Introdução às Ciências Sociais	Epistemologia das Ciências Sociais II	Epistemologia das Ciências Sociais II
Fundamentos Filosóficos da Educação	(não há equivalente)	(não há equivalente)	(não há equivalente)
Formação Histórica do Pensamento Político Social Brasileiro	Pensamento social brasileiro	Pensamento social brasileiro [Eixo de formação livre]	Pensamento social brasileiro [Eixo de formação livre]
Sociologia Durkheimiana	Teoria sociológica I	Teoria sociológica I	Teoria sociológica I
Teorias Políticas Clássicas I	Teoria política I	Teoria política I	Teoria política I
Teorias Antropológicas	Teoria antropológica II	Teoria antropológica II	Teoria antropológica II
Metodologia de Pesquisa das Ciências Sociais I	(não há equivalente)	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais I
Economia Política I	(não há equivalente)	Economia política	Economia política
Teorias Sociológicas da Educação	Sociologia da educação	Sociologia da educação [Eixo de formação livre]	Sociologia da educação
Economia Política II	(não há equivalente)	Economia política	Economia política
Teorias Políticas Clássicas II	Teoria política II	Teoria política II	Teoria política II
Estatística Aplicada às Ciências Sociais	Estatística descritiva para as Ciências Sociais	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II
Diversidade Cultural Brasileira	Teoria antropológica I	Teoria antropológica I	Teoria antropológica I
Sociologia Weberiana	Teoria sociológica II	Teoria sociológica II	Teoria sociológica II
Organização Social e Parentesco	Etnologia indígena e políticas indigenistas	Etnologia indígena	Etnologia indígena
Movimentos Sociais, Estado e Políticas Públicas no Brasil	(não há equivalente)	Estado, movimentos sociais e políticas públicas	Estado, movimentos sociais e políticas públicas
Psicologia da Educação	(não há equivalente)	(não há equivalente)	(não há equivalente)
Antropologia Educacional	ok.	Antropologia da educação [Eixo de formação livre]	Antropologia da educação
Metodologia de Pesquisa das Ciências Sociais II	(não há equivalente)	LAPEx I - Laboratório de pesquisa e extensão nas Ciê	(não há equivalente)
Didática Geral	Didática do ensino nas Ciências Sociais	(não há equivalente)	Didática
Teorias Políticas Contemporâneas	ok.	Teoria política IV	Teoria política IV
Tecnologia e Sociedade	ok.	Tecnologia, trabalho e sociedade	Tecnologia, trabalho e sociedade [Eixo de formação liv
Geografia Humana e Econômica: Meio Ambiente e Sociedad	eFormação histórica e social da Amazônia	Formação social, econômica e política da Amazônia	Formação social, econômica e política da Amazônia
Sociologia Marxista	Teoria sociológica III	Teoria sociológica III	Teoria sociológica III
Antropologia da Religião	(não há equivalente)	Religião e sociedade [Eixo de formação livre]	Religião e sociedade [Eixo de formação livre]
Sociologia do Trabalho	(não há equivalente)	Tecnologia, trabalho e sociedade	Tecnologia, trabalho e sociedade [Eixo de formação liv
Teoria Sociológica Contemporânea	ok.	Teoria sociológica IV	Teoria sociológica IV
Política Brasileira	(não há equivalente)	Instituições políticas brasileiras [Eixo de formação li	vinstituições políticas brasileiras [Eixo de formação liv
Estágio de Docência I	Estágio supervisionado de docência I	(não há equivalente)	Estágio supervisionado de docência I
Sócia-Antropologia Rural	Sociologia rural	Conflitos sociais: terra e território [Eixo de formação	Conflitos sociais: terra e território [Eixo de formação li
Etnologia Indígena	Etnologia indígena e políticas indigenistas	ok.	ok.
Sociologia Econômica	(não há equivalente)	(não há equivalente)	(não há equivalente)
Política Educacional	ok.	(não há equivalente)	ok.

Estágio de Docência II	Estágio supervisionado de docência II	(não há equivalente)	Estágio supervisionado de docência II
Socio-Antropologia Urbana	Sociologia urbana	Questões urbanas: teorias e métodos [Eixo de forma	Questões urbanas: teorias e métodos [Eixo de formaçã
Sistemas partidários e eleitorais no Brasil	(não há equivalente)	Sistemas partidários e eleitorais no Brasil [Eixo de fo	Sistemas partidários e eleitorais no Brasil [Eixo de form
Políticas e Relações Internacionais	Formação histórica do mundo contemporâneo	Formação histórica do mundo contemporâneo	Formação histórica do mundo contemporâneo
Antropologia Econômica	Teoria antropológica III	Teoria antropológica III	Teoria antropológica III
Estágio de Docência III	Estágio supervisionado de docência III	(não há equivalente)	Estágio supervisionado de docência III
Tópicos Temáticos em Ciências Sociais	(não há equivalente)	LAPEX II - Laboratório de pesquisa e extensão em Ciê	(não há equivalente)
Estágio de Docência IV	Estágio supervisionado de docência IV	(não há equivalente)	Estágio supervisionado de docência IV
Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso	ok.	Elaboração, defesa e exame do Trabalho de Conclus	Elaboração, defesa e exame do Trabalho de Conclusão
Fundamentos da Educação Especial/Linguagem Brasileira de	ok.	(não há equivalente)	ok.

## Anexo IX: Tabela de equivalências referente ao antigo PPC de Licenciatura (abrange as turmas 2014 e 2015)

LICENCIATURA - Turmas 2014 e 2015	Novo Bacharelado	Nova Licenciatura
Introdução às Ciências Sociais	Epistemologia das Ciências Sociais I	Epistemologia das Ciências Sociais I
Fundamentos do Conhecimento Científico	Epistemologia das Ciências Sociais II	Epistemologia das Ciências Sociais II
Fundamentos Filosóficos da Educação	(não há equivalente)	(não há equivalente)
Formação Histórica do Mundo Contemporâneo	ok.	ok.
Leitura e Produção Textual em Ciências Sociais	ok.	ok.
Teoria Sociológica I	ok.	ok.
Teoria Antropológica I	ok.	ok.
Teoria Política I	ok.	ok.
Formação Histórica e Social do Brasil	Formação social, econômica e política do Brasil	Formação social, econômica e política do Brasil
Estatística Descritiva para as Ciências Sociais	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II
Teoria Sociológica II	ok.	ok.
Teoria Antropológica II	ok.	ok.
Teoria Política II	ok.	ok.
Laboratório de Pesquisa em Ciências Sociais I	LAPEX I - Laboratório de pesquisa e extensão nas Ciê	(não há equivalente)
Sociologia da Educação	ok. [Eixo de formação livre]	ok.
Teoria Sociológica III	ok.	ok.
Teoria Antropológica III	ok.	ok.
Teoria Política III	ok.	ok.
Laboratório de Pesquisa em Ciências Sociais II	LAPEX II - Laboratório de pesquisa e extensão nas Ciê	(não há equivalente)

Antropologia Educacional	Antropologia da educação [Eixo de formação livre]	Antropologia da educação
Teorias Sociológicas Contemporâneas	Teoria sociológica IV	Teoria sociológica IV
Teorias Antropológicas Contemporâneas	Teoria antropológica IV	Teoria antropológica IV
Teorias Políticas Contemporâneas	Teoria política IV	Teoria política IV
Estágio Supervisionado de Docência I	(não há equivalente)	ok.
Tecnologia e Sociedade	Tecnologia, trabalho e sociedade	Tecnologia, trabalho e sociedade [Eixo de formação liv
Pesquisa Educacional	(não há equivalente)	(não há equivalente)
Política Educacional	(não há equivalente)	ok.
Psicologia da Educação	(não há equivalente)	(não há equivalente)
Pensamento Social Brasileiro	ok. [Eixo de formação livre]	ok. [Eixo de formação livre]
Estágio Supervisionado de Docência II	(não há equivalente)	ok.
Etnologia Indígena e Políticas Indigenistas	Etnologia indígena	Etnologia indígena
Sociologia Rural	Conflitos sociais: terra e território [Eixo de formação	Conflitos sociais: terra e território [Eixo de formação li
Didática do Ensino das Ciências Sociais	(não há equivalente)	Didática
Formação Histórica e Social da Amazônia	Formação social, econômica e política da Amazônia	Formação social, econômica e política da Amazônia
Estágio Supervisionado de Docência III	(não há equivalente)	ok.
História e Cultura Afro-Brasileira	Relações étnico-raciais	Relações étnico-raciais
Sociologia Urbana	Questões urbanas: teoria e métodos [Eixo de formaç	Questões urbanas: teoria e métodos [Eixo de formaçã
Sociologia da Infância e Adolescência	(não há equivalente)	(não há equivalente)
Fundamentos da Língua Brasileira de Sinais	(não há equivalente)	ok.
Estágio Supervisionado de Docência IV	(não há equivalente)	ok.
Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso	Elaboração, defesa e exame do Trabalho de Conclus	Elaboração, defesa e exame do Trabalho de Conclusão

## Anexo X. Representação Gráfica do Perfil de Formação

	Disciplina 1	Disciplina 2	Disciplina 3	Disciplina 4	Disciplina 5
1º semestre	Teoria Sociológica I	Teoria Antropológica I	Teoria Política I	Epistemologia das Ciências Sociais I	Leitura e produção textual nas Ciências Sociais
2º semestre	Teoria Sociológica II	Teoria Antropológica II	Teoria Política II	Epistemologia das Ciências Sociais II	Didática
3º semestre	Teoria Sociológica III	Teoria Antropológica III	Teoria Política III	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais I	Fundamentos Filosóficos da Educação
4º semestre	Teoria Sociológica IV	Teoria Antropológica IV	Teoria Política IV	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II	Formação histórica do mundo contemporâneo
5º semestre	Formação social, econômica e política do Brasil	Formação social, econômica e política da Amazônia	Estágio Supervisionado de Docência I	Etnologia indígena	Relações étnico-raciais
6º semestre	[Formação Livre I]	[Formação Livre II]	Estágio Supervisionado de Docência II	Sociologia da educação	Antropologia da educação
7º semestre	[Formação Livre III]	[Formação Livre IV]	Estágio Supervisionado de Docência III	Corpo, gênero e sexualidade: teorias e métodos	Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais I
8º semestre	TCC	TCC	Estágio Supervisionado de Docência IV	Política educacional	Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais II
9º semestre	TCC	TCC	LIBRAS	TCC	TCC



## Anexo X: Ementas das Disciplinas Curriculares

### EIXO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

#### Epistemologia das Ciências Sociais I

Ementa: Fundamentos filosóficos do conhecimento humano. Aspectos da visão de ser humano, sociedade, economia, cultura e educação que contribuíram para fundamentar e subsidiar a produção de conhecimentos nas Ciências Sociais.

#### Bibliografia básica

ARISTÓTELES. Tópicos. Dos argumentos sofísticos. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultura, 1987.

\_\_\_\_\_. Poética, Organon, Política. Constituição de Atenas. São Paulo: Nova Cultural, 2004. KANT, I. Crítica da razão pura. Vol I e Vol. II, 3ª. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

#### Bibliografia complementar

BACON, F. Novum organon ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza. 2. ed. Coleção Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2008.

HUSSERL. E. Investigações lógicas (Elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento). Coleção Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2005.

MARX, K. Para a crítica da economia política. Coleção os pensadores. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 2005.

REALE, G. Aristóteles. Metafísica. Volume I, II e III. São Paulo: Loyola, 2005.

FERNANDES, F. Ensaio de sociologia geral e aplicada. 3ª ed. São Paulo: Pioneira, 1976.

#### Epistemologia das Ciências Sociais II

Ementa: As Ciências Sociais no contexto da modernidade; as principais contribuições de seus antecessores; a construção do objeto nas Ciências Sociais e seus conceitos fundamentais.

#### Bibliografia básica

BOURDIEU, P., CHAMBOREDON, J.-C., PASSERON, J.-C. Ofício de sociólogo. 8ª edição. Petrópolis:

Vozes, 2015.

COMTE, A. Discurso sobre o espírito positivo. (Coleção Os pensadores). São Paulo: Abril, Nova Cultural, 2005

ROUSSEAU, J.-J. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.

(Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril, Nova Cultural, 2005

#### Bibliografia complementar

BERGER, P. & LUCKMANN, T. A construção social da realidade. 36ª edição. Petrópolis: Vozes, 2014

COELHO, R. Indivíduo e sociedade na teoria de Auguste Comte. São Paulo: Perspectiva, 2005

FERNANDES, F. Fundamentos empíricos da explicação sociológica. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

MARX, K; ENGELS, F. A Ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007



STAROBINSKI, J. Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

### Teoria Sociológica I

Ementa: Fundamentos do pensamento sociológico na tradição da sociologia brasileira. Panorama da obra do sociólogo Émile Durkheim. Evolução do pensamento durkheimiano: teoria, método e estudos de caso. Contexto histórico-político francês no século XIX e começo do século XX. A fundação de uma nova disciplina científica e seus percalços. O suicídio e as religiões ditas “primitivas”. Evolução de suas formulações éticas e políticas

#### **Bibliografia básica**

DURKHEIM, E. Da divisão do trabalho social. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2015  
DURKHEIM, E. Regras do método sociológico. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2015  
DURKHEIM, E. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2015

#### **Bibliografia complementar**

ALEXANDER, J. (ed) Durkheimian sociology: cultural studies. Cambridge University Press, 1990  
DURKHEIM, E. Lições de sociologia. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.  
DURKHEIM, E. O suicídio: estudo de sociologia. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015  
DURKHEIM, E. Sociologia e filosofia. Bauru: EDIPRO, 2015  
GIDDENS, A. Política, sociologia e teoria social. São Paulo: Editora da UNESP, 1998

### Teoria Sociológica II

Ementa: Conceitos fundamentais da sociologia de Max Weber. Contexto histórico alemão e europeu do final do século XIX e começo do XX. Crítica do racionalismo moderno, teoria do conhecimento e sociologia compreensiva, sociologia histórica, sociologia da ação, sociologia política e da dominação, dilemas éticos na cultura moderna.

#### **Bibliografia básica**

WEBER, M. Economia e sociedade (volume 1): fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução: Barbosa, R. e Barbosa, K. E. Revisão técnica de Gabriel Cohn. 4ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, 2009  
WEBER, M. Economia e sociedade (volume 2): fundamentos da sociologia compreensiva (Volume 2). Tradução: Barbosa, R. e Barbosa, K. E. Revisão técnica de Gabriel Cohn. 4ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, 2009  
WEBER, M. Ética protestante e o “espírito” do capitalismo. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo; revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

### **Bibliografia complementar**

- MARCUSE, H. Cultura e sociedade, vol. II. Traduzido por Wolfgang Leo Maar, Isabel Maria Loureiro e Robespierre de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998
- WEBER, M. Ciência e política: duas vocações. 14ª edição. Tradução Hegenberg, L. & Mota, O. S. São Paulo: Cultrix, 2007
- WEBER, M. Ciência e Política: duas vocações. 17ª edição. São Paulo: Cultrix, 2015
- WEBER, M. Textos selecionados (Coleção Grandes Cientistas Sociais). Organizador: Gabriel Cohn. 6ª edição. São Paulo: Ática, 1997
- WEBER, Marianne S.. Max Weber: uma biografia. Casa Jorge Editorial, 2003

### **Teoria Sociológica III**

Ementa: Fontes constitutivas do materialismo histórico dialético. A constituição da sociedade em classes, os processos sociais de conflito e antagonismo, as relações entre Estado e classes sociais.

Crítica marxista ao modo de produção e reprodução social da sociedade capitalista. A concepção do Estado no materialismo histórico e dialético.

### **Bibliografia básica**

- MARX, K. Crítica do Programa de Gotha. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, K. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Boitempo, 2010.

### **Bibliografia complementar**

- ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. São Paulo: Global, 1986.
- MARX, K. As lutas de classes na França. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. Manuscritos econômicos e filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K. Sobre a questão judaica. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2010.

### **Teoria Sociológica IV**

Ementa: Sociólogos eminentes dos séculos XX e XXI que condicionam os debates contemporâneos na área da sociologia. O novo pensamento social posterior da Segunda Guerra Mundial; as diferentes críticas da razão no século XX e os processos históricos da modernidade na leitura desses autores; a teoria dos campos e as novas leituras sociológicas dos conflitos sociais.

### **Bibliografia básica**

- ELIAS, N. O processo civilizador: uma história dos costumes (vol. I). Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2013
- FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 41ª edição. Petrópolis: Vozes, 2015
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. 7ª edição. Trad.: F. Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

### **Bibliografia complementar**

- ADORNO T. W.; HORKHEIMER, M. Dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- BOURDIEU, P. A distinção: crítica social do julgamento. Tradução: Kern, D. & Teixeira, G. J. F. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- ELIAS, N. O processo civilizador: formação do estado e civilização (vol. II). Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2013
- FOUCAULT, M. Microfísica do poder. 15ª edição; organizado e traduzido por R. Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000
- WACQUANT, L. Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia: F. Bastos, 2001

### **Teoria Antropológica I**

Ementa: O processo de formação da antropologia. Panorama das suas perspectivas fundamentais

(evolucionismo, funcionalismo, culturalismo). Conceitos-chave da antropologia: cultura e sociedade, raça, alteridade, desigualdade, etnocentrismo, relativismo cultural, diferença e identidade, discutindo brevemente a relação entre a antropologia e outras disciplinas (a Antropologia e seus espelhos).

### **Bibliografia básica**

- BOAS, F. Antropologia cultural. 6ª edição. Editora Zahar, 2010
- CASTRO, C. (Org.) Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Jorge Zahar Editor, 2012
- MALINOWSKI, B. Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril, 1977. (Coleção Os Pensadores)

### **Bibliografia complementar**

- HARRIS, M A natureza das coisas culturais. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1968.
- LAPLANTINE, F. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- LARAIA, R. Cultura: um conceito Antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Partes I e II). Mana 3(1): 41-73, 1997 TAX, S. (org.). Panorama da Antropologia. Brasil: Fundo Cultural, 1996.

### **Teoria Antropológica II**

Ementa: A consolidação da antropologia no campo das Ciências Sociais. As especificidades da abordagem antropológica. A tradição antropológica: os clássicos e suas perguntas sobre o homem, a cultura e a sociedade.

### **Bibliografia básica**

- DUMONT, L. Homo hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações. São Paulo, EDUSP, 1992

LÉVI-STRAUSS, C. As estruturas elementares do parentesco. Petrópolis: Vozes, 2015  
MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. São Paulo: Cosac & Naify, 2013

### **Bibliografia complementar**

DOUGLAS, M. Pureza e perigo. Rio de Janeiro: Edições 70, 1991.  
DURKHEIM, E. e MAUSS, M. Sobre algumas formas primitivas de classificação. In: Durkheim, E. Sociologia, Rodrigues, J.A. (org.), Editora Ática, 1984  
EVANS-PRITCHARD, E. E. Os Nuer. São Paulo: Perspectiva, 2014  
LEVI-STRAUSS, C. Antropologia Estrutural I. São Paulo: Cosac & Naify, 2013  
VIVEIROS DE CASTRO, E. Antropologia do Parentesco - Estudos Ameríndios, Rio de Janeiro, UFRJ, 1995

## **Teoria Antropológica III**

Ementa: A diversidade de perspectivas e enfoques da antropologia. Contribuições da Antropologia para análise da sociedade. Processo de formação da antropologia e suas principais abordagens teóricas. Principais tradições teóricas da antropologia clássica da primeira metade do século XX. As principais tendências recentes da Antropologia, com ênfase nas abordagens que marcam a Antropologia a partir da década de 1960.

### **Bibliografia básica**

MALINOWSKI, Bronislaw. Os Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo, Coleção Os Pensadores, Ed. Victor Civita. 1984  
MEAD, Margareth. Sexo e temperamento. São Paulo.1988.ed. Perspectiva  
GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008

### **Bibliografia complementar**

LEVI-STRAUSS, C. O pensamento selvagem. 8ª edição. Trad.: Pellegrini, T. Campinas: Papyrus, 1989  
\_\_\_\_\_. Tristes trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2015  
GEERTZ, C. O saber local: novos ensaios de antropologia interpretativa. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015  
CLIFFORD, J. A experiência etnográfica. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1988  
GODELIER, M. O enigma do dom. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001  
Wolf, E, Antropologia e poder. Brasília: Ed. da UnB, 2003.

## **Teoria Antropológica IV**

Ementa: Panorama do pensamento antropológico após a segunda guerra mundial. As diferentes teorias da cultura e a diversificação dos paradigmas antropológicos em reação às escolas clássicas. Teoria antropológica a partir da repercussão e da revisitação da antropologia feita até a primeira metade do século XX. Proposições para as antropologias processuais, históricas, interpretativas e simbólicas. As críticas pós-coloniais e as novas expressões da antropologia. O estruturalismo, os paradigmas clássicos e o método etnográfico a partir das fronteiras entre a(s) antropologia(s) e outras disciplinas.

Desdobramentos mais recentes da teoria antropológica: a antropologia interpretativista de Clifford Geertz, as discussões metodológicas da antropologia pós-moderna, a revisitação contemporânea de temas constituintes da disciplina, tais como natureza e cultura, indivíduo e sociedade e as possibilidades de uma antropologia reflexa ou/e simétrica.

#### **Bibliografia básica**

SAHLINS, M. Ilhas de história. Rio de Janeiro: Zahar, 2003

STHARTHEN, Marlyn. O Efeito Etnográfico e outros Ensaios. São Paulo. Ed. Cosac Naify,

WAGNER, Roy. A invenção da Cultura. São Paulo. Cosac Naify, 2010.256 p.

#### **Bibliografia complementar**

AUGÉ, Marc. Por uma Antropologia dos Mundos Contemporâneos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Edusp/Perspectiva, 1997.

CLIFFORD, J. A experiência etnográfica, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

GEERTZ, C. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. 12ª edição. Petrópolis: Vozes, 2015

LEVI-STRAUSS, C. O cru e o cozido. Mitológicas I. São Paulo: Cosac & Naify, 2014

SAHLINS, M. Cultura e razão prática. Tradução: Lamarão, S. T. N. São Paulo: Zahar, 2006

### Teoria Política I

Ementa: Abordagens clássicas e contemporâneas sobre Democracia, Regimes políticos e Formas de Governo. Apresenta uma gênese da evolução da cidade-estado, suas instituições jurídicas, familiares, econômicas, culturais, políticas. Destaca ainda a formação e desenvolvimento da tradição filosófica ocidental, no exame do pensamento pré-socrático e na análise de obras importantes de Platão e Aristóteles e suas diferenças em relação ao pensamento político moderno.

#### Bibliografia básica:

ARISTÓTELES. S. A Política. Editora da Universidade de Brasília – Brasília, 1985.

MAQUIAVEL, N. O Príncipe. Prefácio de R. Aron. São Paulo: Martins Fontes, 1999. PLATÃO.

A República. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2015

#### Bibliografia complementar

ARENDT, H. A condição humana. 9ª edição. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999

BOBBIO, N. Estado, governo e sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2007

BOBBIO, N. Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro, Elsevier, 2000.

WEFFORT, F. (org.). Os Clássicos da Política, vol. I. 13ª edição. São Paulo, Ática, 2004

WEFFORT, F. (org.). Os Clássicos da Política, vol. II. 13ª edição. São Paulo, Ática, 2004

### Teoria Política II

Ementa: Origens do pensamento político moderno. A construção do objeto da Ciência Política. Os pensamentos Jusnaturalistas e Contratualistas: primeiras teorias políticas modernas acerca da natureza do Estado.

### **Bibliografia básica**

HOBBS, Thomas. Leviatã ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1997.

LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1997.

ROUSSEAU, J.J. O contrato social. (coleção Os Pensadores)

### **Bibliografia complementar**

BOBBIO, N. Liberalismo e democracia. São Paulo: Brasiliense, 2005

BOBBIO, Norberto, MATEUCCI, N. PASQUINO, G. Dicionário de Política. Vols. I e II, 3a ed., Brasília.

UnB, 1991.

BRUM TORRES, J. C. Figuras do Estado moderno: elementos para um estudo histórico-conceitual das formas fundamentais de representação política no Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FOUCAULT, M. Nascimento da biopolítica. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010

LOPES, Marcos Antônio. Para Ler os Clássicos do Pensamento Político. Rio de Janeiro, Editora, 2002.

### **Teoria Política III**

Ementa: Aspectos teóricos de duas correntes de pensamento político do século XX: a teoria política socialista marxista, o liberalismo político, Max Weber, Mosca, Pareto e Michels.

#### Bibliografia básica:

BOTTOMORE, T. As elites e a sociedade. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1974.

BOURDIEU, P. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Trad. Correa, M. Campinas: Papyrus, 1996

BOGO, A. Teoria da Organização Política V.1. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

#### Bibliografia complementar

ALTHUSSER, L. Aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1985

GRYNSPAN, M. "A teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada". BIB - Boletim Bibliográfico de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, n 41, 1o Sem/1996.

MICHELS, R. Sociologia dos Partidos Políticos. Brasília: UNB, 1982.

WEBER, M. Ciência e Política: duas vocações. 8a ed. São Paulo: Cultrix, 1996. LÊNIN, V.I. O Estado e a Revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

### **Teoria Política IV**

Ementa: Teorias políticas posteriores à segunda guerra mundial. As transformações no interior da teoria política marxista e a emergência de outros autores que sentarão as bases do pensamento político contemporâneo.



### **Bibliografia básica:**

ARENDT, H. Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MILIBAND, R. O Estado na sociedade capitalista. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

POULANTZAS, N. Poder político e classes sociais. São Paulo: Martins Fontes. 1972.

### **Bibliografia complementar**

ARENDT, H. A condição humana. 9ª edição. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

ALTVATER, E. El Estado capitalista contemporâneo. México: Siglo XXI. 1991.

EASTON, D. Uma teoria da análise política. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

LACLAU, E. Política e ideologia na teoria marxista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MAZOWER, M. Continente sombrio: a Europa no século XX. Traduzido por Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

OFFE, C.. Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984

## Fundamentos Filosóficos da Educação

**Ementa:** Fundamentos filosóficos: sociedade, economia, cultura e educação.

### **Bibliografia Básica**

ARISTÓTELES. Órganon: categorias, da interpretação, analíticos anteriores, analíticos posteriores, tópicos, refutação dos sofistas. 2. ed. Bauru: EDIPRO, 2010.

KANT, Immanuel. Crítica da razão pura. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 2008.

LARETIOS, Diôgenes. Vida e doutrina dos Filósofos ilustres. 2. ed. Brasília: UnB, 2008.

MANACORDA, M. Marx e a pedagogia moderna. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

### **Bibliografia Complementar**

BACON, F. Novum organun ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 2008.

BRANDÃO, C.R. O que é educação. 15. ed. São Paulo: brasiliense, 1985.

CUNHA, F. Filosofia da escola nova: do ato político ao ato pedagógico. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1986.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HEGEL, G. W. F. Ciência da lógica (excertos). São Paulo: Barcarolla, 2011.

MARK, K. Para a crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 2005.

## Métodos e Técnicas de Pesquisa nas Ciências Sociais I

**Ementa:** Modelos teóricos-metodológicos e técnicas de pesquisa que envolvem a abordagem qualitativa: observação participante, entrevistas, grupos focais, pesquisa documental

### **Bibliografia básica**

BOURDIEU, P. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp. Porto Alegre: Zouk, 2007.

LAPLANTINE, F. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2003  
OLIVEIRA, R.C.; O trabalho do antropólogo. Brasília Paralelo 15. Ed. Unesp . São Paulo, 2000.

### **Bibliografia complementar**

ANGROSINO, M. Etnografia e observação participante. (Coleção Pesquisa Qualitativa). Porto Alegre: Artmed, 2011  
FLICK, U. Qualidade na pesquisa qualitativa. (Coleção Pesquisa Qualitativa) Porto Alegre: Editora Artmed, 2008  
LAKATOS, E; MARCONI, M. Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 1986.  
LAPLANTINE, F. A Descrição etnográfica. São Paulo: Terceira-margem, 1943.  
WHYTE, W. F. Sociedade de esquina. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

### **Métodos e Técnicas de Pesquisa nas Ciências Sociais II**

Ementa: Fundamentos da abordagem estatística: conceitos básicos, comparação entre percentuais, frequências e taxas. Amostragem: conceito e plano de amostragem (survey), organização e apresentação dos dados estatísticos em tabelas e gráficos. Elaboração e apresentação de trabalhos práticos, divulgação e debates de estudos e pesquisas estatísticas.

### **Bibliografia básica:**

KIDDER, Louise H. (Org.). Métodos de pesquisa nas relações sociais. Vol. I. Delineamentos de pesquisa. 9. ed. São Paulo: EPU, 2005.  
LEVIN, Jack. Estatística aplicada a Ciências Humanas. 2ª ed. São Paulo: HARBRA, 1987.  
RICHARDSON, R. J. et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas. 2008.

### **Bibliografia complementar:**

ACKOFF, R. O planejamento da pesquisa social. São Paulo: EPU. 1975.  
GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas. 1988.  
MARTIN, O. Da estatística política à sociologia estatística: desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 21, n. 41, 2001.

Disponível

em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010201882001000200002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt#N01#N01](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882001000200002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt#N01#N01). Acesso em 28/11/14.

### **Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais I**

Avaliação e produção de um Projeto pesquisa; revisão bibliográfica ;construção das hipóteses de trabalho; um planejamento viável para a coleta de dados de análise; calendário de trabalho.; revisão bibliográfica inicial realizada pelos discentes, com vistas à ampliação do leque de leituras que contribuirão no desenvolvimento efetivo da pesquisa.

Bibliografia: a escolha da bibliografia fica a critério do docente.

### **Diálogos de Pesquisa em Ciências Sociais II**



Apresentação e avaliação do texto definitivo de Trabalho de Conclusão de Curso. Nessa disciplina, os discentes compartilharão suas experiências no desenvolvimento de seu trabalho, os achados de pesquisa e as dificuldades encontradas, em uma atividade coletiva que permita a abertura de seu trabalho individual às perspectivas e sugestões de seus colegas e dos docentes responsáveis. Na última metade dessa disciplina, prevemos a realização de uma série de seminários com foco especial na sustentação oral da defesa pública, estimulando as críticas e as sugestões dos colegas e docentes.

## EIXO DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

### Didática

**Ementa:** Enfoque e objetivo, a pesquisa em Didática, formas organizativas do ensino, a prática pedagógica e a organização dos espaços e tempos escolares, planejamento e avaliação do ensino. Construção de projetos de ensino. Experiência pedagógica alternativa. Relação teoria – prática na formação do professor.

#### Bibliografia Básica

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 20ª Ed. São Paulo, SP: Editora Paz e Terra, 1996. (Col. Leitura);  
CANDAU, Vera Maria (org.). Magistério: construção cotidiana. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997;  
\_\_\_\_\_. A Didática em questão. 28ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes,  
NÓVOA, Antônio. Os professores e a sua formação. 3ª Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

#### Bibliografia Complementar

CERTEAU, Michel. A Invenção do cotidiano: artes do fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994;  
UNESCO. Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo, SP: MEC/Cortez, 1998;  
PIMENTA, Selma Garrido. (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo, SP: Cortez, 1999. (Coleção Saberes da Docência);  
ALVES, Rubem. A Alegria de Ensinar. Campinas, SP: Editora Papirus, 2000.  
PERRENOUD, Phillipe. Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993;

### Política Educacional

**Ementa:** Contexto econômico político, social e cultural do Brasil contemporâneo. Política educacional na legislação para os níveis de escolaridade básica, média e superior. Relação entre o público e o privado no contexto da educação brasileira.

#### Bibliografia Básica

GENTILI, Pablo. Pedagogia da exclusão. Neoliberalismo e a crise da escola pública. Petrópolis, Vozes, 2005.  
SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.  
OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Política educacional: impasses e alternativas. São Paulo: Cortez, 2005.

### **Bibliografia Complementar**

- BIANCHETTI, Roberto Gerardo. *O modelo neoliberal e as práticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 2004.
- ROSENFELD, Denis. *A Ética na Política: Venturas e desventuras brasileiras*. SP, Brasiliense, 2002.
- SADER, Emir. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- VALLS, Álvaro L. M. *O que é. Ética?* 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004 (Col. Primeiros Passos).

### **Antropologia da Educação**

**Ementa:** Abordagens antropológicas sobre o processo de ensino e aprendizagem, englobando: estudos sobre socialização, escola de cultura e personalidade, transmissão de conhecimentos em diversos grupos sociais, noções culturais de infância, educação indígena, além variadas formas de ensino aprendizagem.

### **Bibliografia básica**

- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Antropologia e Educação: Origens de um diálogo. In: Caderno Cedes, vol.18, n.43. Campinas, dezembro de 1997.
- DAUSTER, Tânia. Um saber de fronteira- Entre a Antropologia e a Educação. In: DAUSTER, Tânia. (Org.). Antropologia e Educação: um saber de fronteira. SILVA, Aracy Lopes da. Uma “Antropologia da Educação” no Brasil? Reflexões a partir da escolarização indígena. In: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Orgs.). Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a escola. São Paulo: Global, 2001.

### **Bibliografia complementar**

- COHN, Clarice. A experiência da infância e o aprendizado entre os Xikrin. In: SILVA, Aracy Lopes da; NUNES, Ângela; MACEDO, Ana Vera Lopes (Orgs.). Crianças indígenas: ensaios antropológicos. São Paulo: Global, 2002.
- LUCIANO, Gerssem José dos Santos. Educação para manejo e domesticação do mundo: entre a escola ideal e a escola real .(tese) Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília. Brasília: 2011.
- SILVA, Márcio Ferreira da. A conquista da escola: educação escolar e movimento de professores indígenas no Brasil. Em Aberto, Brasília, ano 14, n.63, jul./set. 1994.
- TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. Políticas públicas e educação para e sobre indígenas. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, em Porto Seguro, Bahia, Brasil.
- TRAMONTE, Cristina. O samba conquista passagem: as estratégias e a ação educativa das escolas de samba. Vozes, 2001.

### **LIBRAS**

**Ementa:** Perspectivas históricas e conceituais. A declaração de Salamanca e a educação para todos. A proposta de inclusão: educação e diversidade. Multiculturalismo e políticas

inclusivas. Deficiência, lesão e preconceito. Política nacional de educação especial. Fundamentos de LIBRAS. Educação especial: principais conceitos.

### **Bibliografia Básica**

BRASIL. Senado Federal. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. MEC/SEESP, 2001.  
MAZZOTTA, Marcos. Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2003.  
VIGOTSKI, L. S. Fundamentos de defectologia. Obras completas, tomo V. Ciudad de la Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1989.

### **Bibliografia Complementar**

CARVALHO, Rosita Edler. Removendo barreiras para a aprendizagem. Educação Inclusiva. 4ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.  
DINIZ, Débora. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007.  
FIGUEIREDO, Rita Vieira de. A Educação Infantil e o Ensino Fundamental: das malhas do preconceito ao tecido da inclusão. In: CRUZ, Sílvia Helena Vieira Cruz;  
MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez.2006.  
SILVA, Luciene M. da. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. In: *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 33, p. 424-434, set. /dez.2006.

### **Leitura e Produção textual em Ciências Sociais**

Ementa: Ferramentas de compreensão sistêmica, analítica e crítica de textos das Ciências Humanas Ferramentas para o planejamento e elaboração de textos científicos. As características do texto argumentativo-científico, questões de argumentação e linguagem, coerência textual, coesão textual. O efeito de unidade do texto científico e pedagógico. Prática de produção e redação de textos de diferentes tipologias e gêneros. Fichamento. Resenhas. Resumos. Relatórios. Pareceres. Diagnósticos.

### **Bibliografia básica**

BARRAS, R. Os Cientistas precisam escrever. São Paulo: T. A. Queiroz, 1986.  
FALSTICH, E.L.J. Como ler, entender e redigir um texto. Petrópolis: Vozes, 1980.  
ORLANDI, E. P. Discurso e leitura. Campinas: Unicamp, 1988.

### **Bibliografia complementar**

GNERRE, M. Linguagem, escrita e poder. São Paulo: Martins Fontes, 1998.  
PÉCORA, A. Problemas de redação. São Paulo: Martins Fontes, 1986.  
PENTEADO, J.R. A Técnica da Comunicação Humana. São Paulo: Pioneira, 1986.  
SERAFINI, M.T. Como escrever textos. Rio de Janeiro: Globo, 1974.  
SIGNORINI, I. (Org). Investigando a relação oral/escrito. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

### **Formação Social, Econômica e Política da Amazônia**

Ementa: História de ocupação da Amazônia. A Amazônia no contexto histórico social e econômico brasileiro: o ciclo da borracha e as relações de trabalho e a constituição diversificada de sua ocupação territorial. A formação da sociedade amazônica. Os grandes projetos na Amazônia e os impactos sociais, econômicos, culturais, políticos e ambientais. Problemas locais e globais na contemporaneidade na Amazônia

### **Bibliografia básica:**

COSTA, M. J. J. (Org.). Sociologia na Amazônia. Debates teóricos e experiências de pesquisa. Belém:

UFPA, 2001. p. 71-103.

HEBETTÉ, J. Cruzando a fronteira. 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: UFPA, 2004. 4 v.

PETIT, P. Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará. Belém:

Editora Paka-Tatu, 2008.

### **Bibliografia complementar**

COSTA, F. de A. Elementos para uma economia política da Amazônia: historicidade, territorialidade, diversidade, sustentabilidade. Belém: NAEA, 2012.

D'INCAO, M. A. & SILVEIRA, I. M. (orgs). A Amazônia e a crise de modernização. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994

OLIVEIRA, A. U. Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos. Campinas: Papirus, 1989

SANTOS, R. História Econômica da Amazônia (1800-1920). São Paulo: T. A.

VELHO, O. G. Frente de expansão e estrutura agrária: estudos do progresso de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972

## **Formação Social, Econômica e Política do Brasil**

Ementa: O processo de formação social do Brasil. A herança colonial e a constituição do Estado

Nacional. Emergência e crise da República Velha. Instauração e Colapso do Estado Novo. Industrialização, urbanização e o surgimento de novos atores políticos. Inserção e dependência no sistema capitalista. Modernização conservadora no período pós 64. O fim do milagre. Transição democrática e neoliberalismo. O Brasil do século XXI.

### **Bibliografia básica**

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 27. ed. São Paulo: Nacional: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

PRADO JUNIOR, C. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1974

SANTOS, W. G. do. Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro:

Campus, 1994.

### **Bibliografia complementar:**

CARVALHO, J. M. de. A construção da ordem: a elite política imperial/Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LEAL, V. N. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo. 2. ed. São Paulo: AlfaOmega, 1975.

ROUQUIÉ, A. A estado militar na América Latina. São Paulo: Alfa-Omega, 1984

SKIDMORE, T. De Castello a Tancredo, 1964-1985. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

SODRÉ, N. W. Desenvolvimento brasileiro e luta pela cultura nacional. Organizado por Sodré, O. IPEA

– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Itu: Ottoni Editora, 2010

### Formação Histórica do Mundo Contemporâneo

Ementa: O período de transição do mercantilismo para o capitalismo liberal a partir do século XVIII até a crise do modelo liberal na terceira década do século XX. Crises e conflitos internacionais. A Guerra Fria, a configuração da nova ordem mundial e seus aspectos econômicos, sociais, cultural e políticos com base na orientação historiográfica de autores inclinados à história social. O neoliberalismo e a globalização do mundo contemporâneo

#### **Bibliografia básica:**

ANDERSON, P. Linhagens do Estado absolutista. São Paulo: Brasiliense, 2004.

HARVEY, D. Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008

MAZOWER, M. Continente sombrio: a Europa do século XX. Trad.: Feist, H. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

#### **Bibliografia complementar:**

CALAZANS FALCON, F. J. A época pombalina. São Paulo: Ática, 1993.

CASTRO, R. G. de. Relações econômicas internacionais. Brasília: VESTCON, 2000.

FERNANDES, F. Marx e Engels. História. São Paulo: Ática, 2003.

HARVEY, D. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 14 ed. [São Paulo]: Loyola, 2005.

MELLO, A. F. De. Capitalismo e mundialização em Marx. São Paulo: Perspectiva, 2000

### Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais I

As atividades do LAPEX enquanto disciplina são divididas em três etapas separadas e complementares. a) montagem do instrumental para a coleta do material empírico; b) trabalho de análise, sistematização e revisão bibliográfica sobre temas adjacentes; e c) produção de relatório parcial. A bibliografia complementar a ser trabalhada, a cada semestre, será discutida e consolidada pelo docente responsável.

### Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais II

As atividades do LAPEX enquanto disciplina são divididas em três etapas separadas e complementares. a) montagem do instrumental para a coleta do material empírico; b) trabalho de análise, sistematização e revisão bibliográfica sobre temas adjacentes; e c) produção de relatório parcial. A bibliografia complementar a ser trabalhada, a cada semestre, será discutida e consolidada pelo docente responsável.

### Relações Étnico-raciais

Ementa: Teorias raciais do século XIX e suas consequências no Brasil; Relações raciais e miscigenação; Analisar os conceitos de etnia, raça, racialização, identidade, diversidade, diferença. Compreender os grupos étnicos e processos de colonização e póscolonização. Políticas afirmativas para populações étnicas e políticas afirmativas específicas em educação. Populações étnicas e diáspora. Racismo, discriminação e perspectiva didático-pedagógica de educação anti-racista. Currículo e política curriculares. Etnia/Raça e a indissociabilidade de outras categorias da diferença.

### **Bibliografia básica**

- FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2008.
- GUIMARÃES, A. S. Classes, raça e democracia. São Paulo: Fundação de Apoio à USP, Editora 34, 2002.
- SOUZA, J. (org.) Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15, 1997
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

### **Bibliografia complementar:**

- HASENBALG, C. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. 2ª edição. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora UFMG/IUPERJ/Ucam, 2005
- MACHADO, M. H. O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição. Editora da UFRJ/Edusp, 1994
- MATTOS, H. M. Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.
- MUNANGA, K. (1999); Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Editora Vozes, 1999
- NOGUEIRA, O. “Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil”. Tempo social – Revista de Sociologia da USP, v.19, n.1, novembro de 2006.

### **Corpo, gênero e sexualidade**

Ementa: O corpo pelas lentes das Ciências Sociais e seus principais questionamentos, em particular as questões de gênero e sexualidade que decorrem dessa novidade teórica. Introdução às abordagens pós-estruturalistas e contextualização histórica dos novos movimentos sociais em todo mundo a partir dos anos 1960-70.

### **Bibliografia básica:**

- BOURDIEU, P. A dominação masculina. 11ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014
- BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Aguiar, R. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FOUCAULT, M. História da sexualidade I: a vontade de saber. Trad.: Albuquerque, M. T. da C. & Albuquerque, J. A. G. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988



MAUSS, M. Sociologia e antropologia (Sexta parte: as técnicas do corpo). Precedido de Introdução à obra de Marcel Mauss por Claude Levi-Strauss. 2ª edição. Trad.: P. Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

### **Bibliografia complementar:**

FRIEDAN, B. A mística feminina. Petrópolis: Vozes, 1971

GIDDENS, A. A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas.

Trad.: Lopes, M. São Paulo: Editora da UNESP, 1993

MEAD, M. Sexo e temperamento. São Paulo: Perspectiva, 2006

SCOTT, J. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". Rev. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº2, jul/dez 1995.

SPIVAK, G. C. Pode o subalterno falar? Tradução de Almeida, S. R. G. et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

## **Etnologia Indígena**

Ementa: Noções de etnologia indígena. Organização social e política indígena. Terras e territórios indígenas. Educação Escolar Indígena e Ensino Superior. Saúde dos povos indígenas no Brasil. Povos indígenas no Brasil e políticas indigenistas. Identidade étnica, etnicidade e etnogêneses. Arte indígena. Economia indígena e Etnodesenvolvimento. Cosmologia, mito e identidade étnica. Etnografias de povos indígenas no Brasil.

### **Bibliografia Básica**

OLIVEIRA, João Pacheco; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. "Regime dos aldeamentos missionários (1549-1755)". In: A presença indígena na formação do Brasil. (Introdução). Brasília,

Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006, pp.: 17-61.

LUCIANO, Gersem dos Santos. "Quem são e quantos são os índios no Brasil". In: O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

LEVI-STRAUSS, C. Tristes Trópicos. Lisboa: Ed. 70, 1971.

### **Bibliografia complementar**

SEEGER, Anthony; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Batalha. Terras e territórios indígenas no Brasil.

Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, v. 12, n.1-2, p. 101-114, 1979.

OLIVEIRA, Roberto. "Identidade étnica, identificação e manipulação". In: Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo, Pioneira, 1976. BARTH, F. 2000.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. "As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político". Mana 12(1): 39-68. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104).

LUCIANO, Gersem dos Santos. “Economia Indígena”. In: O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação

RIBEIRO, D. Diários índios urubus Kaapó. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

### Sociologia da educação

Ementa: Perspectivas teórico-normativas da educação. Educação, capital cultural e classificação social. O direito à educação como direito humano: contexto histórico do segundo pós-guerra. Educação e mundo do trabalho: ideologias e políticas públicas. Educação brasileira no contexto das reformas de estado da década de 1990.

#### **Bibliografia básica:**

BOURDIEU, P. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3ª ed. Rio de Janeiro:

Livraria Francisco Alves Editora, 1992.

DURKHEIM, E. Educação e sociologia. 4ª ed. Trad.: Filho, L. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

FRIGOTTO, G. (Org.). Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. 2ª ed. Petrópolis:

Vozes, 1998.

#### **Bibliografia complementar:**

BOURDIEU, P. A distinção: crítica social do julgamento. 2ª ed. 2ª reimpr. Porto Alegre: Zouk, 2015.

MARSHALL, T.H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

FRIGOTTO, G. Educação e a crise do capitalismo real. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MESZARÓS, I. Educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2010.

ARENDT, H. Entre o passado e o futuro. 4ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1997.



## EIXO DE FORMAÇÃO LIVRE

### Sociedade, Natureza e Educação Ambiental

Ementa: Introdução às diferentes abordagens das Ciências Sociais acerca da relação entre homem e natureza, com foco nas questões ambientais da contemporaneidade, na emergência do ativismo ambientalista e a incorporação desses discursos pelos diferentes agentes sociais: desde empresas, o poder público, até movimentos sociais. Aprofundamento teórico-prático na temática das relações entre sociedade e natureza, e preparação dos discentes para a ação e educação ambientais.

#### **Bibliografia básica:**

LOUREIRO, C. F. B. Trajetória e fundamentos da educação ambiental. 3ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LOUREIRO, V. R. Amazônia: Estado - homem - natureza. Belém: CEJUP, 1992.

HEBETTÉ, J. Cruzando a fronteira. 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: UFPA, 2004. 4 v.

#### **Bibliografia complementar:**

ALONSO, A. & COSTA, V. Ciências sociais e meio ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. BIB – Revista brasileira de informação bibliográfica em Ciências Sociais. São Paulo, n.53, 1º semestre, 2002

GONÇALVES, C. W. P. Amazônia, Amazônia. São Paulo: Contexto, 2012.

GRÜN, M. Em busca da dimensão ética da educação ambiental. São Paulo: Parirus, 2007.

BECKER, B. K. A Urbe amazônica: a floresta e a cidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

MARTINS, J.P. de A. Educação ambiental crítica e formação de docentes fundada na investigação-ação e na parceria colaborativa. Tese. Piracicaba-SP, 2016.

### Religião e Sociedade

Ementa: Quadro geral das grandes questões ligadas à temática “religião”, tradicionalmente estudadas tanto pela Antropologia quanto pela Sociologia. Pesquisas sobre religiosidades na Amazônia. Religião e modernidade, religião e espaço público, ensino religioso, laicidade, Xamanismo urbano, Nova Consciência Religiosa, Santo Daime e Rastafarianismo.

#### **Bibliografia Básica**

DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Edições Paulinas, 1989

GEERTZ, Clifford. “A religião como sistema cultural”. In: \_\_\_\_\_. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WEBER, Max. A ética protestante e o “Espírito do Capitalismo”. Edição de Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.

#### **Bibliografia Complementar**

ALVES, Rubem. O que é religião. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BEZERRA, Débora Andrade. O Movimento Rastafari: Da Jamaica para Identidade e Cultura em Fortaleza. Tese de doutorado. Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Fortaleza, 2012.

EVANS-PRITCHARD, E. Bruxaria, oráculos e magia entre os azande. Rio de Janeiro: Zahar, 2005

LEVI-STRAUSS, Claude. “O feiticeiro e sua magia”; “A eficácia simbólica”. In: \_\_\_\_\_. Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003

WEBER, M. Economia e sociedade. Vol. II. Brasília, DF: Ed. da Universidade de Brasília. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999

### Teoria e pesquisa sobre violência

Ementa: Introdução aos trabalhos consagrados das Ciências Sociais brasileiras e estrangeiras acerca dos fenômenos de violência estatal e não-estatal. Introdução à pesquisa na temática das violências: os diferentes fundamentos teóricos e as abordagens próprias da Sociologia, da Antropologia e da Ciência Política.

#### **Bibliografia básica**

CALDEIRA, T. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Trad.: Oliveira, F. & Monteiro, H. São Paulo: Editora 34, EDUSP, 2000

CPT – Comissão Pastoral da Terra (Org.). Conflitos no campo: Brasil, 2013. Coord.: Canuto, A. et al. Brasil: CPT Nacional, 2013

KURCHHEIMER, & RUSCHE. Punição e estrutura social. 2ª edição. Trad.: Neder, G. São Paulo: Editora Revan, 2004

#### **Bibliografia complementar**

CARDIA, N. Direitos Humanos: Ausência de cidadania e exclusão moral. Princípios de Justiça e Paz. Comissão Justiça e Paz, São Paulo: 1995

GIRARD, R. A violência e o sagrado. 3ª edição. Trad.: Grambini, M. C. São Paulo: Paz e Terra, 2008 TELES, E. & SAFATLE, V (orgs.) O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

WACQUANT, L. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011

WAISELFISZ, J. J. Mapa da Violência: Mortes matadas por arma de fogo. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2013.

### Estudos de Povos Indígenas

Ementa: Os caminhos da etnologia no Brasil e, em particular, na Amazônia. Introdução à etnologia indígena. A sociodiversidade nativa brasileira e na região amazônica. Problemas vivenciados pelos povos indígenas na Amazônia. Problemas e desafios etnológicos no estudo dos povos indígenas no estado do Pará.

#### **Bibliografia básica:**

BESSA FREIRE, J. R. Rio Babel: a história das línguas na Amazônia, Atlântica – UERJ, Rio de Janeiro, 2004

CUNHA, M. C. (Org.) História dos índios do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

SILVA, L., (Org.), Coletânea da legislação indigenista brasileira, Brasília, Editado por CGDTI/FUNAI, 2008

**Bibliografia complementar:**

FAUSTO, C., Os Índios antes do Brasil. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000

MASTOP-LIMA, L. N. O tempo antigo entre os Suruí/Aikewára: um estudo sobre mito e identidade étnica. Dissertação de Mestrado. Belém: UFPA, 2002

Oliveira, R. C. de. A Crise do Indigenismo, Campinas: Editora da UNICAMP 1988

SAMPAIO & ERTHAL (orgs.). Rastros da Memória: Histórias e Trajetórias das Populações Indígenas na Amazônia, Manaus: EDUA, 2006

VIVEIROS DE CASTRO, E. & CUNHA, M. C. da (Orgs.). Amazônia – Etnologia e história indígena. São Paulo: NHII/USP, 1993

**Questões urbanas: teoria e métodos**

Ementa: Conceitos antropológicos e sociológicos sobre a vida nas cidades e os processos sócioespaciais no Brasil. As dinâmicas urbanas através das organizações sociais e políticas e culturais. As políticas urbanas e a estruturação das cidades. Uso e controle social das cidades e as suas formas de violência.

**Bibliografia básica:**

BANFIELD, E. C. A crise urbana: natureza e futuro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CASTELLS, M. Problemas de investigação em sociologia urbana. Florença: Avante, 1975.

VELHO, G. Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

**Bibliografia complementar:**

ELIAS, N. A solidão dos moribundos: envelhecer e morrer. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FREITAG, B. Teorias da cidade. Campinas: Papirus, 2006

KOWARICK, L. Escritos urbanos. São Paulo: Editora 34, 2000.

LEEDS, A. & LEEDS, E. A sociologia do Brasil urbano. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1978

MARICATO, E. O impasse da política urbana no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. Brasil: território e sociedade no início do século XXI, Record, 2001

**Instituições Políticas Brasileiras**

Ementa: A Formação do Estado Nacional Brasileiro. Poder Local na Política Brasileira. O Populismo na Política Brasileira. O Militarismo na Política Brasileira. O Novo Sindicalismo na Política Brasileira.

**Bibliografia básica**

FAORO, R. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 1995.

IANNI, O. O colapso do populismo no Brasil. 2a edição. Revista – Civilização Brasileira. Rio de Janeiro- 1971.

LEAL, V. N. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa Omega, 1975.

#### **Bibliografia complementar**

CARVALHO, J. M. De. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi, 3°. Ed. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

HOLLANDA, S. B. de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

SODRÉ, N. W. Capitalismo e revolução burguesa no Brasil. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990

VIANNA, L. W. Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976

WEFFORT, F. O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980.

#### **Sistemas Partidários e Eleitorais no Brasil**

Ementa: O sistema partidário e eleitoral no Brasil: conceitos básicos e perspectivas teóricas e metodológicas. A formação do sistema partidário e das eleições municipais no contexto do Sul e Sudeste paraense.

#### **Bibliografia básica:**

FRANCO, A. A. de M. História e teoria dos partidos políticos no Brasil. 3a Edição. Editora Alfa-OLmega. São Paulo, 1980.

MOTTA, R. P. S. Introdução à história dos partidos políticos brasileiros. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000

NICOLAU, J. M. Sistemas eleitorais. Rio de Janeiro. Editora Getúlio Vargas, 1999.

#### **Bibliografia complementar:**

MAINWARING, S.; MENEGUELLO, R.; POWER, T. Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são as suas bases. São Paulo: Paz e Terra, 2000

MMEZZARROBA, Or. Partidos políticos: princípios e garantias constitucionais. Lei 9.096/95 – anotações jurisprudenciais. Curitiba: Juruá, 2005.

PRADO JÚNIOR, C. Evolução política do Brasil e outros estudos. 2a ed. São Paulo: Brasiliense, 1957. (Brasil Império)

SOARES, G. A. D.; RENNÓ, L. R. (Orgs.) Reforma política: lições da história recente. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SOUZA, M. do C. C. Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo: Alfa-Ômega, 1976 Pensamento Social Brasileiro

Ementa: Interpretações do Brasil nos séculos XIX e XX que buscaram compreender nossa particularidade histórica, explicar nossas desigualdades sociais e determinar a natureza própria do poder político no Brasil. As perspectivas de hierarquias raciais, de uma sociedade de classes, até a de um estado patrimonialista e a de um estado de direito incompleto. Embates teóricos entre diferentes narrativas e suas implicações políticas, sociais e culturais.

### **Bibliografia básica**

- CUNHA, E. da. Os sertões: campanha de Canudos. 39ª.edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora: Publifolha, 2000
- FREYRE, G. Casa Grande & Senzala. Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 42ª.edição. Rio de Janeiro: Record, 2001
- HOLANDA, S. B. de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987.

### **Bibliografia complementar**

- BASTOS, T. A província: estudo sobre a descentralização no Brasil. Companhia Editora Nacional, Coleção Brasileira n 105, 3a ed. São Paulo, 1965
- CASTRO, J. de. Geografia da fome. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946
- FAORO, R. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 10ª edição. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000
- NABUCO, J. O abolicionismo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000
- RICÚPERO, B. Sete lições sobre as interpretações do Brasil. Alameda, São Paulo, 2007
- SCHWARTZ, R. Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 6ª edição. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2012
- VIANNA, O. Populações meridionais do Brasil. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973
- Estado, movimentos sociais políticas publicas

### **Tópicos temáticos em Antropologia**

Disciplina ministrada com foco na linha de pesquisa desenvolvida no campo da Antropologia, aberta ao desenvolvimento de um tema de interesse específico do docente e/ou dos discentes.

### **Conflitos sociais: terra e território**

Ementa: Atores envolvidos nos conflitos por terra na Amazônia e conformação histórica deste conflito: camponato, agronegócio, mineração, empreiteiras, comunidades tradicionais.

### **Bibliografia básica**

- ACSELRAD, H. Sustentabilidade e articulação territorial do desenvolvimento brasileiro. Paper apresentado no II Seminário internacional sobre desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul, 2004. Disponível em < <http://www.unisc.br/slide/sidr/2004/conferencias/02.pdf> > Acesso em julho de 2015
- HARVEY, D. Os limites do capital. (Cap. 12: A produção das configurações espaciais: as mobilidades do capital e do trabalho) São Paulo: Boitempo, 2013
- WAGNER, A. Carajás: a guerra dos mapas. 2ª ed. rev. e ampliada. Belém: [s.n.] 1995.

### **Bibliografia complementar:**

- COSTA, W. M. O estado e as políticas territoriais no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997
- EMMI, M. Oligarquia dos Tocantins e o domínio dos castanhais. 2ª ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999
- ESTERCI, N. et al. (org.). Territórios socioambientais em construção na Amazônia brasileira. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

GRAMKOW, M. M. (org.) Demarcando terras indígenas II: experiências e desafios de um projeto de parceria. Brasília: FUNAI/PPTAL/GTZ, 2002

HALL, A. L. Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Trad.: Jungmann, R. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

VELHO, O. G. Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

### Estado, Movimentos Sociais e Políticas Públicas

Ementa: Análise de políticas públicas a partir das concepções de Estado e das políticas sociais que sustentam seus programas de intervenção. A relação entre políticas públicas e as reivindicações dos movimentos sociais históricos.

#### **Bibliografia Básica:**

GOHN, M. G. Teorias de Movimentos Sociais. São Paulo: Loyola, 1997.  
[https://books.google.com.br/books?id=h5OeDwqDC9MC&printsec=frontcover&source=gb\\_s\\_slider\\_thumb#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=h5OeDwqDC9MC&printsec=frontcover&source=gb_s_slider_thumb#v=onepage&q&f=false).

POULANTZAS, Nicos. Poder Político e Classe Sociais Paulo. Martins Fontes. 1972.  
Disponível em <http://www.docfoc.com/download/documents/10-poder-politico-e-classes-sociais-nicospoulantzas>

VIANA, N. Estado, Democracia e Cidadania: a dinâmica da política institucional no capitalismo. Disponível em <http://2012.nildoviana.com/wp/wp-content/uploads/2012/09/EstadoDemocracia-e-Cidadania-Nildo-Viana.pdf>.

#### **Bibliografia complementar:**

BOITO JR, A. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1999.

HARVEY, D. Espaços de Esperança. Cap. 5: Desenvolvimentos geográficos desiguais e direitos universais (p.105 a 131). São Paulo: Loyola, 2004.

MÉSZAROS, I. O século XXI: socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo 2003.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social.  
2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Acesso em <http://periodicos.unb.br/index.php/estado/article/view/3565>

### Tecnologia, Trabalho e Sociedade

Ementa: Tecnologia enquanto relação social fundamental. Desenvolvimento social, tecnologia e cultura. Processos de mudança tecnológica, seus impactos sobre a sociedade e as novas relações estabelecidas no mundo do trabalho.

#### **Bibliografia Básica:**

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 6. ed., 2002

HARVEY, David. Condição pós-moderna uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural 22 ed., 2012

SCHAFF, Adam. A Sociedade informática: as consequências sociais da segunda revolução industrial. 1990

### **Bibliografia Complementar**

ANTUNES, Ricardo L. C. Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6ª ed., 1999

CASTELLS, Manuel. Fim de milênio. 1999

SCHAFF, Adam. História e verdade. 5ª ed., 1991

MARX, Karl. Grundrisse manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. 2011

LOJKINE, J. A Revolução informacional. São Paulo: Cortez Editora, 1999.







## **Anexo XI: Lei nº 6.888/1980: Dispõe sobre a profissão de sociólogo/a**

Lei nº6.888, de 10 de dezembro de 1980.

*Dispõe sobre o exercício da profissão do Sociólogo e dá outras providências.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e ou sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - O exercício, no País, da profissão de Sociólogo, observadas as condições de habilitação e as demais exigências legais, é assegurado:

- a) aos bacharéis em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, diplomados por estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos;
- b) aos diplomados em curso similar no exterior, após a revalidação do diploma, de acordo com a legislação em vigor;
- c) aos licenciados em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, com licenciatura plena, realizada até a data da publicação desta lei, em estabelecimentos de ensino superior oficiais ou reconhecidos;
- d) aos mestres ou doutores em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, diplomados até a data da publicação desta lei, por estabelecimento de Pós-Graduação oficiais ou reconhecidos;
- e) aos que embora não diplomados nos termos das alíneas a, b, c, e d, venham exercendo efetivamente, a mais de cinco anos, atividade de sociólogo, até a data da publicação desta lei.

Art. 2º - É da competência do sociólogo:

I - elaborar, supervisionar, coordenar, planejar, programar, implantar, controlar, dirigir, executar, analisar ou avaliar estudos, trabalhos, pesquisas, planos programas e projetos atinentes à realidade social;

II - ensinar sociologia geral ou especial nos estabelecimentos de ensino, desde que cumpridas as exigências legais;

III - assessorar e prestar consultoria a empresas, órgãos da administração pública direta ou indireta, entidades e associações, relativamente à realidade social;

IV - participar da elaboração, supervisão, orientação, coordenação, planejamento, programação, implantação, direção, controle, execução, análise ou avaliação de qualquer estudo, trabalho, pesquisa, plano, programa ou projeto global, regional ou setorial, atinente à realidade social.

Art. 3º - os órgãos públicos da administração direta ou indireta ou entidades privadas, quando encarregados da elaboração e execução de plano, estudos, programas e projetos sócio-econômicos ao nível global, regional ou setorial, manterão, em caráter permanente, ou enquanto perdurar a referida atividade, Sociólogos legalmente habilitados, em seu quadro de pessoal, ou em regime de contrato para a prestação de serviços.

Art. 4º - as atividades de Sociólogo serão exercidas na forma de contrato de trabalho, regido pela consolidação das Leis do Trabalho, em regime do estatuto dos funcionários públicos, ou como atividades autônomas.

Art. 5º - admitir-se-á, igualmente, a formação de empresas ou entidades de prestação de serviço previstos nesta Lei, desde que as mesmas mantenham sociólogo como responsável técnico e não cometam atividades privativas de sociólogo a pessoas não habilitadas.

Art. 6º - o exercício da profissão de sociólogo requer prévio registro no Órgão competente no Ministério do Trabalho, e se fará mediante a apresentação de:

I - Documento comprobatório de conclusão dos cursos previstos nas alíneas a, b, c e d do artigo 1º, ou a comprovação de que vem exercendo a profissão, na forma de alínea e do art. 1º;

II - Carteira Profissional.

Parágrafo Único: para os casos de profissionais incluídos na alínea e do art. 1º, a regulamentação desta lei disporá sobre os meios e modos da devida comprovação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da respectiva publicação.

Art. 7º - o Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 8º - esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - revogam-se as disposições em contrário.

Decreto nº 89.531, de 05 de abril de 1984

Regulamenta a Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o exercício da profissão de sociólogo e dá outras providências.

## **Anexo XII: Decreto nº 89.531/1984: Regulamenta a profissão de sociólogo/a**

Decreto nº 89.531, de 05 de abril de 1984.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 7º da Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980.

DECRETA:

Art. 1º - O exercício, no País, da profissão de sociólogo, observadas as condições de habilitação e as demais exigências legais, é assegurado:

a) aos bacharéis em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, diplomados por estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos;

b) aos diplomados em curso similar no exterior, após a revalidação do diploma, de acordo com a legislação em vigor;

c) aos licenciados em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, com licenciatura plena, realizada até 11 de dezembro de 1980, em estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos;

d) aos mestres ou doutores em Sociologia, Sociologia Política ou Ciências Sociais, diplomados

até 11 de dezembro de 1980, por estabelecimentos de pós-graduação, oficiais ou reconhecidos;

e) aos que, embora não diplomados nos termos das alíneas a, b, c, e d, tenham exercido,

efetivamente, há mais de 5 (cinco) anos, até 11 de dezembro de 1980, uma das atividades definidas no artigo 2º deste Decreto.

Art. 2º - São atribuições dos sociólogos:

I - elaborar, supervisionar, orientar, coordenar, planejar, programar, implantar, controlar, dirigir, executar, analisar ou avaliar estudos, trabalhos, pesquisas, planos, programas e projetos atinentes à realidade social;

II - ensinar Sociologia Geral ou Especial, nos estabelecimentos de ensino, desde que cumpridas as exigências legais;

III - assessorar e prestar consultoria a empresas, órgãos da administração pública direta ou indireta, entidades e associações, relativamente à realidade social;

IV - participar da elaboração, supervisão, orientação, coordenação, planejamento, programação, implantação, direção, controle, execução, análise ou avaliação de qualquer estudo, trabalho, pesquisa, plano, programa ou projeto global, regional ou setorial, atinente à realidade social.

Art. 3º - Os órgãos públicos da administração direta ou indireta ou as entidades provadas, quando encarregados da elaboração e execução de planos, programas e projetos sócio-econômicos ao nível global, regional ou setorial, manterão, em caráter permanente, ou enquanto a referida atividade, sociólogos legalmente habilitados, em seu quadro de pessoal, ou em regime de contrato para a prestação de serviços.

Art. 4º - As atividades de sociólogo serão exercidas:

I - mediante contrato de trabalho, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho,

II - em regime estatutário (Estatuto dos Funcionários Públicos); e

III - de forma autônoma.

Art. 5º - Admitir-se-á, igualmente, a formação de empresas ou entidades de prestação de serviços para a realização das atividades previstas no artigo 2º deste Decreto, desde que as mesmas mantenham sociólogo como responsável técnico e não cometam atividades privativas de sociólogo a pessoas não habilitadas.

Art. 6º - O exercício da profissão depende de prévio registro no órgão regional do Ministério do Trabalho.

Parágrafo 1º - O registro a que se refere este artigo será efetuado a requerimento do interessado, instruído com os seguintes documentos:

- a) diploma mencionado na alínea a, b, ou d do artigo 1º, ou ainda
- b) título de habilitação específica em Sociologia, Sociologia Política ou Ciências Sociais, com licenciatura plena, realizada na forma do disposto no artigo 1º;
- c) documento comprobatório de atividade profissional de sociólogo, durante pelo menos 5 (cinco) anos, até 11 de dezembro de 1990, observado o previsto no artigo seguinte;
- d) Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Parágrafo 2º - O requerimento de que trata o parágrafo anterior deverá conter, além do nome do interessado, a filiação, o local e a data de nascimento, o estado civil, indicação da residência e local onde exerce a profissão, número da Carteira de Identidade, seu órgão expedidor e data da expedição, bem como o número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.

Art. 7º - A prova da situação prevista na alínea e do artigo 1º será feita por qualquer meio em direito permitido, notadamente pela Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou pelo recibo de pagamento do imposto relativo ao exercício da atividade profissional e somente admitida no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da publicação deste Decreto.

Art. 8º - O órgão regional do Ministério do Trabalho anotarà na carteira de Trabalho e Previdência Social do interessado a data e o registro da profissão.

Art. 9º - O Ministério do Trabalho expedirá as instruções que se fizerem necessários à execução deste decreto.

Art. 10º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 05 de abril de 1984; 163º da Independência e 96º da República.